

PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DA FAZENDA
ALAGOAS ATIVOS

RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2020



AlagoasAtivos

PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DA FAZENDA
ALAGOAS ATIVOS S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2020

Relatório de Gestão do exercício de 2020, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta empresa pública está obrigada nos termos do art. 8º, inciso IX da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Maceió, 12 de julho de 2021
Alagoas Ativos S.A.
CNPJ nº 29.218.037/0001-72
Assessoria de Compliance e Auditoria Interna

Lista de Siglas e Abreviações

ABDE – Associação Brasileira de Desenvolvimento
ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCERC – Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso
CEASA – Central de Abastecimento
CGE – Controladoria Geral do Estado
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CPP – Companhia Paulista de Parcerias
CP³P – Certified PPP Professional
CPPP – Complexo Prisional Público Privado
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DFC - Demonstrativo de Fluxo de Caixa
DLPA - Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados
DVA - Demonstração do Valor Adicionado
e-OUV – Portal de Ouvidoria do Estado de Alagoas
e-SIC – Portal de Serviço de Informação ao Cidadão
FAP – Fundo Alagoano de Parcerias
FGBP – Fundo Garantidor Baiano de Parcerias
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FISCO – Autoridade Fazendária
FPE – Fundo de Participação dos Estados
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
GP – Goiás Parcerias
GPA – Gestores Prisionais Associados
IN – Instrução Normativa
IP – Iluminação Pública
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
ISO - International Organization for Standardization
MGI – Minas Gerais Participações S.A.
NBR ISO – Norma Brasileira da Organização Internacional de Normatização
PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PDEG - Programa de Desmobilização de Ativos do Estado de Goiás

PGE – Procuradoria Geral do Estado

PPP – Parceria Público Privada

PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

RJ – Rio de Janeiro

SEFAZ – Secretaria de Estado da Fazenda

S.A. – Sociedade Anônima

SPE – Sociedade de Propósito Específico

STF – Supremo Tribunal Federal

SEI - Sistema Eletrônico de Informações

SUPARC - Superintendência de Parcerias e Concessões Piauí

SEGES/MP - Secretaria de Gestão - Ministério do Planejamento

SEPLAG - Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão

SEF - Secretaria de Estado da Fazenda

SP – São Paulo

SPDA - Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos

SEDETUR - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo

UAI – Unidade de Atendimento Integrado

UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos

Lista de Figuras

Figura 1 – Organograma	15
Figura 2 - Modelo de Governança.....	24
Figura 3 - Fluxo de PPPs.....	41

Lista de Quadros

Quadro 1 - Mapa estratégico	22
Quadro 2 – Carta de Serviços.....	32
Quadro 3 - Mapa de Riscos	33
Quadro 4 - Gerenciamento de Riscos.....	36
Quadro 5 - Quadro geral de lotação de vagas	52

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Orçamento por categoria.....	48
Gráfico 2 - Pessoal	49
Gráfico 3 – Custeio	51
Gráfico 4 – Disponibilidades Financeiras	52

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Pessoal.....	49
Tabela 2 - Custeio	50
Tabela 3 - Capital	51

Lista de Fluxogramas

Fluxograma 1 – Termo de Contrato 001/2020	54
Fluxograma 2 – Termo de Contrato 002/2020	54
Fluxograma 3 – Termo de Contrato 003/2020	55
Fluxograma 4 – Termo de Contrato 004/2020	56
Fluxograma 5 – Termo de Contrato 005/2020	56
Fluxograma 6 – Termo de Contrato 006/2020	57
Fluxograma 7 – Termo de Contrato 007/2020	58
Fluxograma 8 – Termo de Contrato 008/2020	58

Sumário

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE.....	13
1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	14
1.1 IDENTIFICAÇÃO E DECLARAÇÃO DE MISSÃO E VISÃO DA UNIDADE	14
1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	15
1.3. MISSÃO INSTITUCIONAL DOS ÓRGÃOS DA EMPRESA.....	15
1.3.1. A ASSEMBLEIA GERAL.....	15
1.3.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	16
1.3.3. CONSELHO FISCAL.....	16
1.3.4. DIRETORIA	16
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA.....	18
2.1 PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA UNIDADE E PLANOS PARA IMPLEMENTAR AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DA GESTÃO.....	18
2.2 MODELO E ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	23
2.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS	24
2.2.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	26
2.2.3 INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA	27
2.2.4 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	27
2.2.5 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO	27
2.2.6 POLÍTICA DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES NAS ASSEMBLEIAS E NOS COLEGIADOS DE CONTROLADAS, COLIGADAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	27
2.2.7 MODELO DE GOVERNANÇA DA ENTIDADE EM RELAÇÃO ÀS EMPRESAS DO CONGLOMERADO.....	28
2.2.8 PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DE MEMBROS DE COLEGIADOS DA ENTIDADE.	28
2.3 CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS	28
2.4 CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	29
2.5 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS	30
3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	33
3.1 PRINCIPAIS RISCOS	33
3.1.1 PERSPECTIVA CLIENTES.....	33
3.1.2 PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS	34
3.1.3 APRENDIZADO E CONHECIMENTO	34

3.1.4 PERSPECTIVA FINANCEIRA	34
3.2 MODELO DE GESTÃO DOS RISCOS	35
4. RESULTADO DA GESTÃO.....	37
4.1 RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ÀS PRIORIDADES DE GESTÃO	37
4.1.1 PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO	37
4.1.2 PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS	40
4.1.3 PERSPECTIVA CLIENTES.....	40
4.1.4 PERSPECTIVA FINANCEIRA	42
4.2 PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS OU INICIATIVAS.....	43
4.2.1 ABATEDOURO REGIONAL DE VIÇOSA.....	43
4.2.2 AVALIAÇÃO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE ALAGOAS - CEASA	44
4.2.3 FORMATAÇÃO DO FUNDO IMOBILIÁRIO DE ALAGOAS.....	45
5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	47
5.1 ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR OS PRINCIPAIS OBJETIVOS DA UNIDADE	47
5.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	47
5.2.1. ORÇAMENTO 2020.....	48
5.2.2. ORÇAMENTÁRIO POR CATEGORIA DE DESPESA	48
5.2.3. PESSOAL	48
5.2.4. CUSTEIO.....	49
5.2.5. CAPITAL.....	51
5.2.6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	52
5.3 GESTÃO DE PESSOAS.....	52
5.4 GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS.....	53
5.4.1. DETALHAMENTO DAS CONTRATAÇÕES.....	53
5.4.1. DETALHAMENTO DAS AQUISIÇÕES	59
A. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSUMO.....	59
B. EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA.....	59
C. NOTEBOOK.....	59
D. CERTIFICADOS DIGITAIS	60
E. LICENÇAS DO WINDOWS	60
F. MÁSCARAS DESCARTÁVEIS E ÁLCOOL EM GEL	60
G. NOTEBOOKS.....	61
H. EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO INTERNA.....	61
I. PELÍCULA DE PROTEÇÃO SOLAR.....	61
5.4.1. TERMOS ADITIVOS E APOSTILAMENTOS 2020.....	62
A. ADITIVO AO CONTRATO 002/2018 CELEBRADO ENTRE ALAGOAS ATIVOS S.A E A EMPRESA MEYER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	62

5.5 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA.....	65
5.6 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	65
5.7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	65
6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	67
6.1 OPINIÃO DOS AUDITORES EXTERNOS	67
6.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	67
6.3 NOTAS EXPLICATIVAS.....	67
7. CONCLUSÃO E APROVAÇÃO	68
8. ANEXOS E APÊNDICES	69
ANEXO I - CARTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA	69
ANEXO II - RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE.....	85
ANEXO III – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	98

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

A Alagoas Ativos S.A., empresa pública vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas, apresenta o Relatório de Gestão que versa sobre os atos de gestão praticados no exercício de 2020 e contém a apresentação da empresa, a visão geral organizacional e ambiente externo, planejamento estratégico e governança, gestão de riscos e controles internos, resultados da gestão, alocação de recursos e áreas especiais de gestão e outras informações relevantes.

O presente relatório foi editado para atender às determinações do art. 8º, IX da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que determina que as empresas públicas e sociedades de economia mista deverão divulgar relatório integrado ou de sustentabilidade, de forma a obedecer ao postulado da transparência e da Resolução Normativa nº 001/2016 do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas - TCE/AL.

O ano de 2020 foi particularmente importante para a empresa, uma vez que foi o primeiro desde sua criação em que obteve receitas, referente à administração do Fundo Alagoano de Parcerias - FAP, atingindo metas importantes relacionadas a sua atividade fim e seus objetivos financeiros.

Internamente, tendo em vista a perspectiva de desenvolvimento de novos projetos de concessão e parceria-público privada, a empresa implantou o cargo de Assessoria de Projetos, além de ter finalizado a implantação da área de compliance, em conjunto com as políticas internas mapeadas pela área.

A empresa, em conjunto com consultoria especializada, revisou todo o seu planejamento estratégico, desde as diretrizes até os objetivos e metas, além de ter reestruturado seus processos internos e área de qualidade e de ter dado o primeiro passo para a implantação de gestão de pessoas.

Por fim, no que se refere às suas finalidades institucionais, em 2020 a empresa voltou seus esforços ao atingimento das metas em aberto de 2019, mantendo o foco do ano anterior, principalmente em três aspectos principais:

- I - Estruturação e capitalização do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, que viabilizará a realização de um maior número de concessões e Parcerias Públicos Privados no Estado de Alagoas;
- II – Desenvolver a modelagem de concessões e Parcerias Público Privadas no Estado de Alagoas, em conjunto com outros órgãos estaduais interessados; e
- III – Definir os ativos patrimoniais imobiliários do Estado de Alagoas que ficarão sob sua responsabilidade.

O Relatório de Gestão 2020 da Alagoas Ativos apresenta as ações executadas em suas principais áreas de atuação e seus resultados, mostrando como a empresa desenvolveu as ações de seu planejamento e enfrentou os desafios de consolidar-se como a empresa alagoana de gestão dos ativos patrimoniais e responsável pelas Parcerias Público Privadas do Estado de Alagoas.

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1 IDENTIFICAÇÃO E DECLARAÇÃO DE MISSÃO E VISÃO DA UNIDADE

A Alagoas Ativos é uma empresa pública do Estado de Alagoas, constituída sob a forma de Sociedade por Ações de capital fechado, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), com sede e foro em Maceió, e tem como missão “Viabilizar investimentos para o Estado de Alagoas, através de estrutura qualificada gerando desenvolvimento socioeconômico alinhado aos anseios da sociedade”.

A visão da empresa é “Ser reconhecida nacionalmente como uma importante conexão entre os investimentos públicos e o desenvolvimento socioeconômico do estado de Alagoas”.

Sua criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 7.893, de 23 de junho de 2017, que, juntamente com seu Estatuto Social, instrumentalizado pelo Decreto Estadual nº 58.861, de 03 de maio de 2018, define seu fim específico, quais sejam:

I – colaborar, apoiar e viabilizar a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas, e outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social e das finanças públicas do Estado de Alagoas;

II – gerir os ativos patrimoniais do Estado ou de entidades da administração indireta, ou que tenham sido adquiridos a qualquer título;

III – gerir os ativos financeiros, mobiliários, imobiliários e fiduciários que integrem o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP; e

IV – estruturar e implementar operações para obtenção de recursos junto ao mercado de capitais.

Ainda, ambas as normas identificam os objetivos sociais da empresa, cujas atividades serão realizadas em nome próprio e por sua responsabilidade:

I – administrar e explorar economicamente ativos estaduais;

II – auxiliar o Tesouro Estadual na captação de recursos financeiros;

III – estruturar e implementar operações que visem à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;

IV – auxiliar o Estado na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos estaduais em geral;

V – auxiliar o Estado na atividade de conservação e manutenção de seus bens;

VI – colaborar, apoiar e viabilizar os projetos de concessão, de parcerias público-privadas, de locação de ativos e de outros instrumentos similares podendo, para tanto, assumir obrigações ou prestar garantias;

VII – participar de outras sociedades cujo objeto social seja compatível com suas finalidades; e

VIII – realizar quaisquer atividades que sirvam de instrumento para a conquista dos objetivos enunciados nos incisos anteriores.

Além das referidas normas, a empresa também é regida pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto Estadual nº 52.555, de 14 de março de 2017, pela Lei nº 6.404, de 15 de novembro de 1976 e demais legislações aplicáveis.

A composição acionária da Alagoas Ativos é formada essencialmente pelo Estado de Alagoas, que integralizou seu capital social subscrito de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), divididos em 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cabendo a cada uma o direito a um voto nas deliberações da assembleia. Não houve mudanças na composição acionária da Alagoas Ativos em 2020 e a empresa não possui participação em outras sociedades.

1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Alagoas Ativos finalizou o ano de 2020 com a seguinte estrutura organizacional:

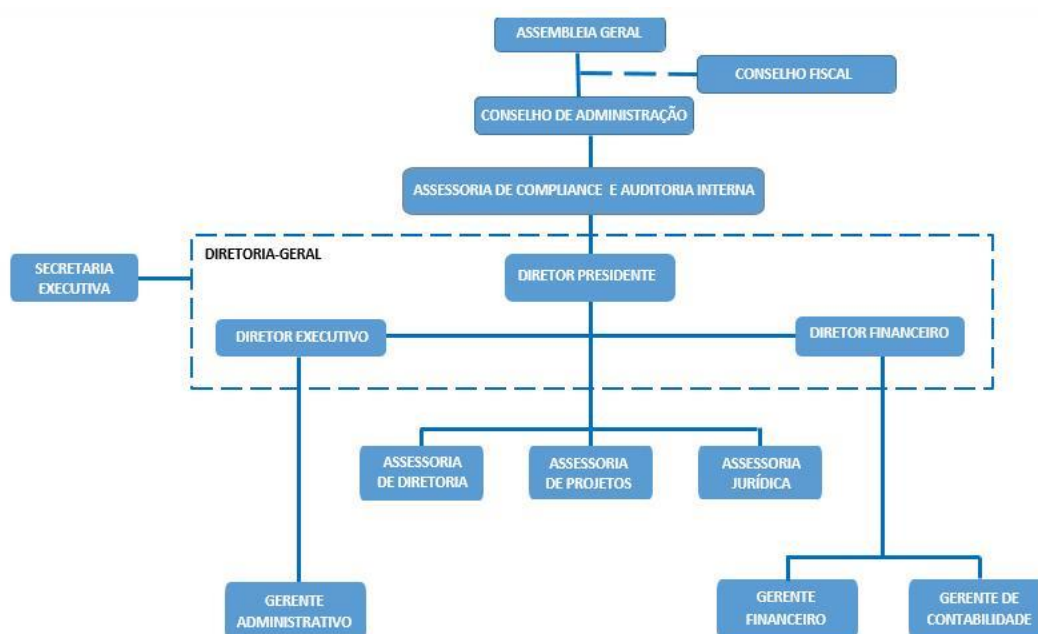


Figura 1 – Organograma

1.3. MISSÃO INSTITUCIONAL DOS ÓRGÃOS DA EMPRESA

1.3.1. A ASSEMBLEIA GERAL

É o órgão composto pelos acionistas da Alagoas Ativos, que em 2020 foi somente o Estado de Alagoas, que tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as decisões necessárias para a sua defesa e desenvolvimento.

De acordo com Estatuto da empresa, a Assembleia Geral tem poderes para tomar as contas anuais dos seus administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas, deliberar sobre a destinação do lucro líquido de exercício e a distribuição dos dividendos, eleger os membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração e aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

1.3.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

É o órgão de deliberação colegiada responsável, juntamente com a Diretoria, pela administração da empresa, sob a fiscalização do Conselho Fiscal, composta por cinco membros escolhidos pela Assembleia Geral, observados os requisitos constantes no art. 5º, do Decreto Estadual nº. 52.555/2017, que regulamenta a Lei nº. 13.303/2016.

O Conselho de Administração tem por missão institucional principal cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral, além de competências gerenciais da empresa, como eleger e destituir os Diretores da Companhia, escolher e destituir Auditores independentes, aprovar regimentos, políticas e códigos internos da empresa e práticas de governança corporativa e de controle de orçamento, informações contábeis e financeiras da empresa.

Quanto à missão estratégica da companhia, o Conselho de Administração tem a atribuição de fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e deliberar sobre as modelagens técnicas, econômico-financeiras e jurídicas dos projetos de Concessões e Parceria Público-Privadas, para posterior encaminhamento ao Conselho Gestor de Parceria Público-Privada, que se manifestará nos termos da legislação vigente.

1.3.3. CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é o órgão competente para controlar e fiscalizar os atos da empresa, dos seus administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, opinando sobre o relatório anual da administração e sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão, denunciar os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis a companhia e analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia.

É órgão de funcionamento permanente, composto, em 2020, por quatro membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de três anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador em empresa, e eleitos pela Assembleia Geral Ordinária.

1.3.4. DIRETORIA

Conforme seu Estatuto Social, a Diretoria da Alagoas Ativos é composta por um Diretor-Presidente, um Diretor Executivo e um Diretor Financeiro, a quem cumpre a missão institucional de cumprir as metas e resultados estabelecidos pelo Conselho de Administração, observados os fins específicos da companhia, além de ser o órgão competente para elaborar, realizar e cumprir as políticas, códigos, regimentos e relatórios internos da empresa, realizar aquisições, representar a companhia ativa e passivamente e deliberar sobre as modelagens técnicas, econômico-

financeiras e jurídicas dos projetos de Concessões e Parceria Público-Privadas, e submetê-las à deliberação do Conselho de Administração.

Durante boa parte do exercício de 2020, a Diretoria foi formada pelo Diretor Presidente e Pelo Diretor Executivo, que, por deliberação do Conselho de Administração, foi autorizado a acumular as funções da Diretoria Financeira, previstas no art. 27 do Estatuto Social da companhia. No entanto, em agosto de 2020, o Diretor Financeiro tomou posse e iniciou suas atividades na empresa.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

2.1 PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA UNIDADE E PLANOS PARA IMPLEMENTAR AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DA GESTÃO

Em 2020, a Alagoas Ativos continuou a perseguir os objetivos previstos no planejamento estratégico formulado para o ano de 2019, tendo em vista não ter conseguido alcançar todas as metas estabelecidas. Dessa forma, sua atenção voltou-se para os objetivos relacionados diretamente com sua missão institucional, sem deixar de lado a objetivos focados na devida estruturação da empresa, de acordo com os seguinte Mapa Estratégico:

MAPA ESTRATÉGICO

Perspectiva	Objetivos Estratégicos	Indicadores Estratégicos	Meta Estratégica	Ações Estratégicas da Unidade
RESULTADOS	Iniciar gestão do Fundo Alagoano de Parcerias - FAP	Percentual de estruturação do FAP	100% do FAP estruturado até março de 2020	Firmar contrato do FAP até dezembro de 2019
				Definir estratégias e diretrizes do FAP
				Contratar empresa para realizar estudo de viabilidade dos projetos
	Estruturar Fundo Imobiliário	Fundo Imobiliário 100% estruturado	Fundo estruturado até dezembro de 2020	Criar Fundo Imobiliário
				Definir Relação dos imóveis desafetados
				Estruturar Fundo Imobiliário
	Garantir todos os projetos solicitados através do FAP	Percentual de projetos garantidos	Garantir 100% dos projetos solicitados até julho de 2021	Garantir SANAMA
	Participar da modelagem de três projetos de	Quantidade de projetos	Modelar 3 projetos até julho de 2021	Realizar modelagem do Aeroporto de Maragogi

	concessões ou PPPs até 2020	modelados pela Alagoas Ativos		Realizar modelagem do CEASA
				Realizar modelagem do matadouro de Viçosa
Processos	Aprimorar processos e procedimentos internos e externos	Quantidade de processos padronizados	4 processos padronizados	Definir processo do FAP
		Percentual do processo implantado	100% do processo de modelagem implantado	Definir processo de modelagem de concessões e PPPs
		Percentual do processo implantado	100% do processo do FII implantado	Definir processos do FII
	Implantar área de comunicação	Percentual de Implantação	Implantar área de comunicação até dezembro de 2020	Contratar assessoria de comunicação
		Percentual de plano implantado	100% Plano desenvolvido e implantado até 2020	Desenvolver plano de comunicação externa
		Percentual de plano implantado	100% Plano desenvolvido e implantado até 2020	Desenvolver plano de comunicação interna
	Aprimorar área de Compliance	Percentual das políticas internas implantadas	100% das políticas mapeadas implantadas	Implantar políticas internas

		Quantidade de manuais desenvolvidos	4 Manuais desenvolvidos	Desenvolver manuais da área de Compliance	
		Percentual dos controles necessários implantados	100% dos controles definidos implantados	Implantar gestão de riscos	
	Promover adequação a órgãos reguladores	Percentual das exigências cumpridas	Cumprir 100% das exigências até junho de 2020	Adequar a empresa às exigências da CVM	
		Percentual das exigências cumpridas	Cumprir 100% das exigências até dezembro de 2020	Adequar a empresa às exigências do BCB	
	Realizar planejamento de contratações e aquisições para 2020	Percentual de contratações e aquisições definidas	100% das contratações e aquisições definidas	Definir contratações e aquisições a serem realizadas em 2020	
		Percentual Planejamento realizado	100% do Planejamento realizado	Realizar planejamento de contratações e aquisições	
	Aprendizado e Conhecimento	Aprimorar Governança corporativa e Gestão	Percentual do planejamento realizado	100% do planejamento estratégico realizado	Realizar planejamento estratégico
			Percentual da equipe capacitada	100% da equipe capacitada no Manual de Governança Corporativa	Implantar Manual de governança corporativa
			Percentual da equipe capacitada	100% da equipe capacitada no Manual de	Implantar Manual de Relacionamento com investidores

			Relacionamento com investidores	
Aprimorar estrutura de tecnologia da informação (TI)	Percentual do sistema implantado	100% do sistema implantado e em funcionamento	Implantar sistema de background check	
	Percentual do sistema implantado	100% do sistema implantado e em funcionamento	Implantar sistema financeiro e orçamentário	
Implantar gestão de pessoas	Quantidade de benefícios implantados	1 benefício implantado	Implantar pelo menos 1 benefício à equipe	
	Total de cursos realizados	Cada colaborador realizar 2 cursos técnicos em 2020	Elaborar plano de treinamento individual e para todos os colaboradores.	
	Percentual da equipe capacitada no Manual de Gestão de Pessoas	100% da equipe capacitada no Manual de Gestão de Pessoas	Implantar Manual de gestão de pessoas	
Implantar gestão de informações e do conhecimento	Percentual da equipe capacitada no Manual de segurança da Informação	100% da equipe capacitada no Manual de segurança da Informação	Implantar Manual de Segurança da Informação	
		100% das informações e	Implantar classificação de informações	

		Percentual de informações classificadas	documentos classificados	
		Percentual de informações classificadas	100% das informações e documentos classificados	Implantar classificação de informações da LAI
	Repor 1% do capital social	Percentual de capital social reposto	1% do capital social reposto ao final do exercício social de 2020	Repor 1% do capital social em 2020
	Criar 3 fontes de renda até 2021	Quantidade de fontes de renda criadas	3 fontes de renda criadas até dezembro de 2020	Criar receita a partir da Modelagem de projetos
Criar receita a partir da outorga de Garantia a projetos de PPP				
Criar receita a partir da Gestão do FAP				
	Atingir receita anual bruta de R\$ 2.200.000 em 2020	Percentual do valor definido	100% do valor definido recebido	Atingir receita bruta de R\$ 2.200.000,00 em 2020
	Realizar planejamento tributário para 2020	Percentual do planejamento tributário realizado	100% do Planejamento tributário realizado	Realizar Planejamento tributário para o exercício de 2020
		Percentual do orçamento reestruturado	100% do orçamento reestruturado de 2020, com base no orçamento de 2019.	Elaborar a planilha orçamentária de 2020

Quadro 1 - Mapa estratégico

Na perspectiva Aprendizado e Crescimento foram definidos os objetivos estratégicos de “Aprimorar Governança Corporativa e Gestão”, “Aprimorar Estrutura de tecnologia da Informação (TI)”, “Implantar gestão de pessoas” e “Implantar gestão de informações e do conhecimento”, cuja estratégia foi melhorar as estruturas internas da empresa, além de focar no crescimento individual dos colaboradores e de toda a equipe.

Já na perspectiva Processos Internos estabeleceu os objetivos estratégicos de “Aprimorar processos e procedimentos internos e externos”, “Implantar área de comunicação”, “Aprimorar área de compliance”, “Promover adequação a órgãos reguladores” e “realizar planejamento de contratações e aquisições para 2020” cuja intenção foi melhorar os processos e procedimentos internos da empresa, além de promover a implantação de novas estruturas que auxiliem no aprimoramento interno da empresa.

A perspectiva Clientes se transformou na perspectiva Resultados, em que foram definidos quatro objetivos estratégicos: “Iniciar gestão do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP”, “Estruturar Fundo Imobiliário”, “Garantir todos os projetos solicitados através do FAP” e “Participar da modelagem de três projetos de concessões ou PPPs até 2020”, que tiveram como estratégia o foco da empresa em ações que efetivamente tenham relação com o objetivo institucional da empresa.

Por fim, na Perspectiva Financeira, foram identificados os objetivos estratégicos de “Repor 1% do Capital Social da Empresa”, “Criar 3 fontes de renda até 2021”, “atingir receita anual bruta de R\$ 2.200.000 em 2020” e “Realizar planejamento tributário para 2020”, cujas ações tiveram a intenção de focar nos resultados financeiros da empresa.

Os objetivos traçados para 2020 na Perspectiva Clientes se alinharam diretamente com a missão da Alagoas Ativos, pois se voltaram prioritariamente para a realização dos estudos necessários para a entrega de modelagens de projetos de concessões e PPPs às Secretarias responsáveis, para a criação de um mecanismo garantidor que reduza os riscos para o investidor privado e para a efetiva garantia de projetos estruturados pelo Estado de Alagoas.

Quanto aos objetivos estratégicos traçados nas Perspectivas Aprendizado e Crescimento, Processos Internos e Financeiro se voltaram a apoiar a empresa, capacitando seus colaboradores, criando processos ágeis e em conformidade com o ordenamento jurídico aplicável e definindo metas financeiras que motivem a empresa a alcançar sua missão institucional.

2.2 MODELO E ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A Alagoas Ativos S.A. foi criada através da Lei 7.893, de 23 de junho de 2017, com a finalidade de dotar o Estado de mecanismos modernos de gestão e adequados à estrutura normativa vigente, otimizando desta forma a eficiência na gestão de ativos, visando o melhor atendimento ao interesse público.

Por ser uma empresa pública, a Alagoas Ativos S.A deve operar nos moldes da Lei Federal 13.303/2016, em conjunto com a Lei nº 6.404/76 e com o Decreto Estadual nº 52.555/2017, no tocante às exigências estatutárias, governança corporativa, treinamento de pessoal, compliance, controle interno e demais providências legais.

Dessa forma, a Alagoas Ativos apresentou, em 2020, a seguinte estrutura de Governança:

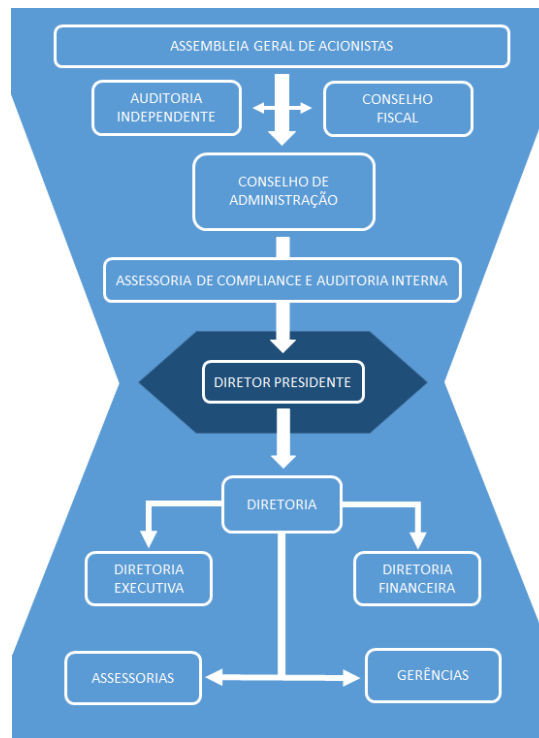


Figura 2 - Modelo de Governança

Em sua estrutura de Governança, hoje, a Alagoas Ativos mantém a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, além da Diretoria Geral, formada pela Presidência, Diretoria Executiva e Diretoria Financeira. Como órgãos internos de apoio à Governança existem a Assessoria de Compliance e Auditoria Interna, a Assessoria da Presidência, a Assessoria Jurídica, a Assessoria de Projetos e as Gerências Administrativa, Contábil e Financeira, que também funcionam como órgãos de apoio à Gestão.

2.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS

De acordo com seu Estatuto, a Alagoas Ativos, além da Assembleia Geral, dispõe de Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Geral como órgãos colegiados estatutários.

A. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o órgão deliberativo da Companhia e é constituído por quatro membros escolhidos pela Assembleia Geral entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento, devendo ser atendidos os requisitos constantes no art. 5º do Decreto Estadual nº 52.555, de 14 de março de 2017.

Ao longo do ano de 2020 foram realizadas doze Reuniões Ordinárias, que aconteceram mensalmente conforme previsão do Estatuto Social da empresa, e uma Reunião Extraordinária, e todas as reuniões contaram com todos os quatros membros.

O Conselho prestou um papel essencial nas decisões estratégicas da empresa, sempre alinhadas com as diretrizes do Governo do Estado, proporcionando suporte à Diretoria e direcionando a empresa a trabalhar com segurança e com as melhores práticas.

Adicionalmente, segue a composição do Conselho de Administração em 2020:

George André Palermo Santoro, Presidente do Conselho de 01/01/2020 a 31/12/2020.

José Ernesto de Sousa Filho, Conselheiro de 01/01/2020 a 31/12/2020.

Gabriela Magalhães Conselheira de 01/01/2020 a 31/12/2020.

Antônio Tenório Cavalcante Neto, Conselheiro de 01/01/2020 a 31/12/2020.

B. DIRETORIA GERAL

A Diretoria Geral é composta pelo Diretor Presidente, um Diretor Executivo e um Diretor Financeiro, escolhidos entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento, devendo ser atendidos os requisitos constantes no art. 5º do Decreto Estadual nº 52.555, de 2017.

Os critérios de elegibilidade de administradores, prazos de gestão e atribuições são fixados pelo Estatuto Social da Alagoas Ativos e segue os requisitos exigidos pela Lei nº 13.303/16 e pelo Decreto Estadual nº 52.555/17.

Após três anos em que a Diretoria Executiva acumulava suas funções com a da Diretoria Financeira, o acionista Estado de Alagoas indicou o Sr. José Helenildo Ribeiro Monteiro como Diretor Financeiro, que foi aprovado e empossado na Reunião Ordinária do Conselho de Administração da empresa em 07 de agosto de 2020.

Adicionalmente, seguem as informações individuais dos dirigentes, retratando a composição da Diretoria da Alagoas Ativos em 2020:

Antônio Tenório Cavalcante Neto, Presidente de 01/01/2020 a 31/12/2020.

Andrey Mello Cavalcante Gameleira, Diretor Executivo de 01/01/2020 a 31/12/2020.

José Helenildo Ribeiro Monteiro, Diretor Financeiro de 07/08/2020 a 31/12/2020.

B. CONSELHO FISCAL

No ano de 2020 foram realizadas seis Reuniões Ordinárias do Conselho Fiscal da Alagoas Ativos, realizadas bimestralmente conforme preceitua o Estatuto Social da empresa. Na ocasião das reuniões foram aprovados os balancetes relativos ao bimestre anterior à reunião, que apresentavam as movimentações relativas aos gastos com pessoal, custeio e capital da empresa, os quais foram todos aprovados pelo Conselho.

Adicionalmente, segue a composição do Conselho Fiscal em 2020:

Adrualdo de Lima Catão, Presidente do Conselho de 01/01/2020 a 31/12/2020.

Renata dos Santos, Conselheira de 01/01/2020 a 31/12/2020

José Ediberto de Omena, Conselheiro de 01/01/2020 a 31/12/2020.

Isabella Laíse Menezes Vasconcelos Vieira, Conselheira de 01/01/2020 a 31/12/2020.

2.2.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A atuação da auditoria interna é regulada pelo Estatuto Social do Alagoas Ativos, que prevê que a empresa deve ter uma estrutura administrativa que contenha área de compliance e área de auditoria interna, conforme determina a Lei nº 13.303/16 e o Decreto Estadual nº 52.555/17.

O Estatuto da empresa prevê que a área deverá ser vinculada diretamente ao Conselho de Administração e é responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras e pela elaboração de relatórios sobre as conclusões de todas as suas atividades, sempre visando a transparência e ao interesse público, assegurado o necessário sigilo durante a coleta e análise de dados e informações.

Em 2020, a área de Compliance focou no aperfeiçoamento das normativas internas, desenvolvendo as seguintes políticas:

- Políticas de Compliance
- Política de Fornecedores
- Política de Avaliação de Imóveis
- Políticas de Combate à Lavagem de Dinheiro, Nepotismo e Fraude
- Política de Atuação em Projeto
- Política de Capacitação

Com essas políticas aprovadas, a Alagoas Ativos tem em seu arcabouço as principais normas internas necessárias para sua atuação.

Importante mencionar que as Políticas de Avaliação de Imóveis e de Atuação em Projetos foram desenvolvidas para proteger a atuação da empresa, tendo em vista que são voltadas para as atividades específicas que desenvolve e que são bastante sensíveis.

Ainda em 2020, por conta da pandemia da COVID-19, a área de compliance atuou diretamente na implantação do trabalho telepresencial e no desenvolvimento do protocolo interno de retorno às atividades presenciais da empresa, implantando medidas de proteção para os colaboradores e terceiros que eventualmente compareçam à empresa.

Além disso, a área de compliance atuou diretamente nas fases de Consulta Pública e de Audiência Pública do Projeto do Abatedouro Frigorífico de Viçosa, supervisionando o recebimento de manifestações e atuação dos colaboradores da empresa durante tais eventos.

Em 2020, não foram realizados procedimentos de auditoria interna, porém a área desenvolveu seu Plano Anual para 2021, além de fixar as metas de criar o Estatuto e o Manual de Auditoria Interna, de forma que consiga implantar adequadamente a área e auditar todos os processos da empresa, iniciando, assim a implantação dos procedimentos de Auditoria Interna, ainda não realizada de maneira abrangente pelo foco mais especializado que foi dado ao setor de compliance.

Por fim, em 2021 a Assessoria de Compliance deverá realizar a avaliação dos controles já existentes na empresa e análise de demais controles necessários para a mitigação dos riscos identificados tanto na área de compliance, quanto nas demais áreas da empresa, que está pendente.

Ainda, realizará a revisão do Código de Conduta e das políticas já implantadas, além de desenvolver um plano de comunicação e de treinamento interno, de forma a disseminar e reter os conhecimentos e as ações da área para todos os colaboradores.

2.2.3 INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA

Em atendimento às disposições da Lei nº 11.638/07, da Lei nº 6.404/76, da Lei nº 13.303/16 e das instruções, normas e procedimentos expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão, a Alagoas Ativos S.A. contratou em fevereiro de 2020 o serviço de auditoria independente para avaliação de suas Demonstrações Contábeis da empresa.

Nesses termos, as Demonstrações Contábeis da Alagoas Ativos referentes ao exercício de 2019, foram avaliadas pela empresa Convicta Auditores Independentes SS, inscrita no CNPJ sob o nº 03.061.922/0001-05, contratada por meio de dispensa de licitação, e entregou seu relatório contendo avaliação sobre o balanço patrimonial, demonstrações do resultado, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações das mutações do patrimônio líquido e demonstrações dos fluxos de caixa.

O relatório da Auditoria Independente consta do Anexo II deste relatório.

2.2.4 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

De acordo com o Regimento Interno da Alagoas Ativos, é de competência da Assessoria de Compliance e Auditoria Interna, a verificação do cumprimento de obrigações, da conduta, integridade, gestão de riscos, prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude dentro da empresa, além de cuidar da implementação e cumprimento do Código de Conduta e Integridade da Companhia.

Nesse sentido, não houve ilícitos administrativos a serem apurados no ano de 2020, não havendo atividade de correção nesse período.

2.2.5 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO

Do mesmo modo que o item anterior, em 2020 não houve condutas por parte dos colaboradores da empresa que dessem causa à apuração de responsabilidade por danos ao erário.

2.2.6 POLÍTICA DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES NAS ASSEMBLEIAS E NOS COLEGIADOS DE CONTROLADAS, COLIGADAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

A Alagoas Ativos é uma empresa pública que não possui subsidiárias e não está conglomerada ou coligada a nenhuma outra empresa estatal. Não há, portanto, política de

designação de representantes de Assembleias e Colegiados de controladas e coligadas ou de Sociedades de Propósito Específico.

2.2.7 MODELO DE GOVERNANÇA DA ENTIDADE EM RELAÇÃO ÀS EMPRESAS DO CONGLOMERADO

Conforme item anterior, como a empresa não possui subsidiárias, controladas ou coligadas, não fazendo parte de conglomerado, não existe modelo de governança dessa natureza.

2.2.8 PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DE MEMBROS DE COLEGIADOS DA ENTIDADE.

A Alagoas Ativos é uma empresa pública que tem o Estado de Alagoas como seu único acionista. Dessa forma, não há participação acionária de qualquer membro dos colegiados da entidade.

2.3 CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Com a publicação da Lei Estadual nº 8.232, o Estado de Alagoas atualizou o Programa de Concessões e Parceria Público-Privada do Estado de Alagoas, com o intuito de promover, fomentar e disciplinar a realização de concessões e parcerias público-privadas no âmbito da Administração Pública Estadual direta e indireta, revogando a Lei Estadual nº 6.972/08.

A referida lei foi publicada após diversos estudos sobre as concessões e PPPs existentes no Estado e traz as diretrizes de estruturação e governança do Programa de Concessões e PPPs, o Plano Estadual de Concessões e PPPs, além de dispor sobre os instrumentos, regras de licitação e contratos firmados no âmbito do Programa.

Nesse novo contexto criado pela referida lei estadual, a Alagoas Ativos tem o papel principal de ser responsável por gerir o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, criado para garantir o adimplemento das obrigações financeiras contraídas pelo Estado de Alagoas em contratos de concessão e de PPPs, enquanto parceiros públicos.

Ainda, a empresa tem como um de seus objetivos institucionais ser uma entidade de auxílio ao Estado na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos estaduais em geral, de forma a viabilizar projetos de concessão e de Parcerias Público-Privadas junto às Secretarias de Estado interessadas, realizando análises e modelagens de projetos de concessões e parcerias público-privadas.

A Alagoas Ativos também é responsável pela gestão patrimonial e dos ativos do Estado de Alagoas ou de seus órgãos e entidades da administração direta, auxiliando na conservação, manutenção e melhor aproveitamento dos bens públicos estaduais.

Em relação aos principais programas e projetos, a empresa realizou estudos sobre potenciais projetos de PPPs e concessões para o Estado de Alagoas, avaliando diversas demandas dos órgãos estaduais e analisado a sua viabilidade enquanto projeto de PPP e concessão, em conjunto com a consultoria contratada para auxiliar nessa atividade.

Em relação às metas que dizem respeito ao cumprimento de políticas públicas do Estado de Alagoas, a empresa definiu dois objetivos estratégicos principais: Realizar a Modelagem de Concessões e PPPs e a criação do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP.

Em 2020, a empresa cumpriu as seguintes metas:

- a) Entrega e finalização do projeto de concessão do Abatedouro Regional de Viçosa;
- b) Realização de consulta e audiência públicas do projeto do Abatedouro Regional de Viçosa;
- c) Entrega de minutas de edital e contrato referentes ao projeto de concessão do Abatedouro Regional de Viçosa;
- d) Finalização da estruturação do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP;
- e) Criação de receita a partir da administração do Fundo Alagoano de Parcerias - FAP;

A Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa detalhada consta do Anexo I deste relatório.

2.4 CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Estrutura de Governança da Alagoas Ativos é composta por um Conselho de Administração, integrado por cinco membros escolhidos pela Assembleia Geral, observados os requisitos constantes no art. 5º, do Decreto Estadual nº. 52.555, 2017, que regulamenta a Lei nº. 13.303/2016, e uma Diretoria Geral, constituída por três Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Executivo e um Diretor Financeiro, eleitos pelo Conselho de Administração.

Como instância maior de fiscalização da empresa está o Conselho Fiscal, composto por quatro membros, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador em empresa, e eleitos pela Assembleia Geral Ordinária

A empresa conta, ainda, com uma Assessoria de Compliance e Auditoria Interna, responsável tanto pela implantação, execução e monitoramento do Sistema de Compliance da empresa, da verificação da conformidade da empresa às exigências legais e pela implantação, execução e monitoramento da auditoria interna da empresa e avaliação e acompanhamento dos controles internos de cada área.

Como resultado do trabalho realizado pela Assessoria de Compliance em 2020, a empresa conta com os seguintes documentos internos:

- a) Código de Conduta Ética
- b) Política de Classificação de Informações
- c) Política de Divulgação de informações
- d) Política de Porta-Vozes
- e) Política de Transação com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses
- f) Política de Indicação de Administradores
- g) Política de Distribuição de Dividendos
- h) Política de Remuneração dos Administradores
- i) Política de Diárias e Passagens
- j) Políticas de Compliance
- k) Política de Fornecedores
- l) Política de Avaliação de Imóveis
- m) Políticas de Combate à Lavagem de Dinheiro, Nepotismo e Fraude
- n) Política de Atuação em Projeto
- o) Política de Capacitação

Outros documentos essenciais para o desenvolvimento das atividades da empresa são o Estatuto Social e o Regimento Interno, ambos revisados em 2020.

Importante mencionar que todas as mudanças de diretoria e as contratações realizadas em 2020 foram precedidas do procedimento de due diligence, ou diligência prévia, implantado pela Assessoria de Compliance e Auditoria Interna para verificar a adequação da pessoa ao cargo, se ela preenche os requisitos legais e regimentais e se existe alguma situação de conflito de interesse que possa prejudicar ou interferir nas atividades da Alagoas Ativos.

Mantendo sua atuação em conformidade com as exigências legais, a área continuou a operar e gerenciar o canal de denúncias, por meio do sistema virtual e-OUV e o sistema de informações ao cidadão e-SIC, ambos coordenados pela Controladoria Geral do Estado – CGE, em que qualquer cidadão pode pedir informações, adequando a empresa às exigências de transparência governamental.

A Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa detalhada consta do Anexo I deste relatório.

2.5 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

A Alagoas Ativos, pautada em seus valores Ética, Transparência, Competitividade, Responsabilidade Socioambiental e Compromisso com a Sociedade, tem como um de seus princípios de atuação a clareza de sua atuação e publicidade de suas informações e tem, como seus principais canais de comunicação, o site da empresa, o contato telefônico, contato via e-mail institucional, o canal de denúncias disponibilizado no site da empresa, além de visita presencial a sua sede.

Por sua vez, ainda não dispõe de dados sobre participação cidadã em seus processos decisórios, nem possui resultados de satisfação dos seus usuários, tendo em vista ainda não ter os procedimentos implantados para aferir esse grau.

No que se refere a mecanismos, a empresa possui uma seção específica de Transparência em seu site, onde disponibiliza todas as informações cabíveis e necessárias, tanto internas, quanto em relação à sua atividade fim, para acesso fácil e rápido por todos os interessados.

Dessa forma, e em conjunto com a infraestrutura de sua sede adequada à acessibilidade de todos os cidadãos, tem o objetivo de manter a transparência e de seus dados, documentos e informações a todos que tenham interesse.

Em observância aos requisitos legais da Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/11, e da Lei Estadual nº 8.087/19, a Alagoas Ativos possui sua Carta de Serviços ao Cidadão, que possui as seguintes informações:

<u>DESCRIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE (NOME, FINALIDADE, LEGISLAÇÃO)</u>
--

Empresa pública integrada à administração indireta do Estado de Alagoas, criada pela Lei Estadual nº 7.893, de 23 de junho de 2017, tendo sua estrutura disciplinada pelas normas internas definidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Geral da empresa.
--

É responsável pela viabilização da implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas e outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social e das finanças públicas do Estado, gerir os ativos patrimoniais do Estado e de entidades da administração indireta, além dos ativos financeiros, mobiliários e fiduciários do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP e estruturar e implementar operações para obtenção e recursos junto ao mercado de capitais.

COMPROMISSOS E PADRÕES DE QUALIDADE

Prioridade de Atendimento

- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a atender aos usuários dos serviços públicos que comparecerem à Sede da empresa por ordem de chegada, ressalvados os casos de urgência e prioridade legal;
- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a atender com prioridade, às pessoas com deficiências e/ou necessidades especiais, idosos, gestantes, lactantes e pessoas com criança de colo;
- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a garantir a acessibilidade às pessoas com deficiências e/ou necessidades especiais.

Previsão do Tempo de Espera para Atendimento

- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a atender aos usuários em sua Sede por ordem de chegada, ressalvados os casos de urgência, em até dez minutos;
- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a atender as ligações telefônicas em até (cinco) toques.
- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a responder e-mails em até quarenta e oito horas úteis.
- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a respeitar os prazos legais de resposta a solicitações via Sistema de Informações ao Cidadão ou via Ouvidoria.

Mecanismo de Comunicação com os Usuários

- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a disponibilizar mecanismos de comunicação com os usuários dos serviços públicos, como e-mail, número de telefone, número de celular, atendimento presencial, formulários impressos e sistemas eletrônicos.

Procedimentos para Receber e Responder as Manifestações dos Usuários

- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a disponibilizar meios de comunicação ao usuário do serviço público para apresentar eventual manifestação sobre a prestação do serviço público, seja pela via presencial na sede da Empresa ou via sistema de solicitação de informações e de manifestação de informações, como e-mail, número de telefone, número de celular, atendimento presencial, formulários impressos e sistemas eletrônicos.

Mecanismos de Consulta por Parte dos Usuários, Acerca do Andamento do Serviço Solicitado ou de Eventual Manifestação

- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a disponibilizar aos usuários dos serviços públicos o andamento do serviço solicitado e de eventual manifestação presencialmente ou por meio dos canais eletrônicos e-SIC e e-Ouv.

QUADRO GERAL DE SERVIÇOS (2)

<ol style="list-style-type: none"> 1. Serviço de Informação ao Cidadão 2. Ouvidoria 																				
<u>INFORMAÇÕES</u>	<u>HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO</u>																			
Endereço: Edf. Delman Empresarial, Rua Sampaio Marques, 25, sala 608, Pajuçara, Maceió/AL, CEP 57030-107 Telefones: (82) 98862-0344 Dirigente: Antônio Tenório Cavalcante Neto Diretor Presidente Site oficial do Órgão: www.alagoasativos.com E-mail oficial do Órgão: contato@alagoasativos.com		<table> <thead> <tr> <th></th> <th>Início</th> <th>Fim</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Segunda-feira</td> <td>08:00</td> <td>17:00</td> </tr> <tr> <td>Terça-feira</td> <td>08:00</td> <td>17:00</td> </tr> <tr> <td>Quarta-feira</td> <td>08:00</td> <td>17:00</td> </tr> <tr> <td>Quinta-feira</td> <td>08:00</td> <td>17:00</td> </tr> <tr> <td>Sexta-feira</td> <td>08:00</td> <td>17:00</td> </tr> </tbody> </table>		Início	Fim	Segunda-feira	08:00	17:00	Terça-feira	08:00	17:00	Quarta-feira	08:00	17:00	Quinta-feira	08:00	17:00	Sexta-feira	08:00	17:00
	Início	Fim																		
Segunda-feira	08:00	17:00																		
Terça-feira	08:00	17:00																		
Quarta-feira	08:00	17:00																		
Quinta-feira	08:00	17:00																		
Sexta-feira	08:00	17:00																		
<p>Esta é a Carta de Serviços ao Usuário do(a) Alagoas Ativos - Alagoas Ativos, gerada automaticamente a partir dos Dados Abertos do Guia de Serviços do Governo de Alagoas (http://servicos.al.gov.br), disponibilizados em cumprimento ao Art. 8º, § 3º, III da Lei Federal 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao Art. 5º do Decreto Estadual 58.690/2018. A Carta de Serviços ao Usuário é uma obrigação legal determinada pelo Art. 7º da Lei Federal 13.460/2017 e pelo Art. 5º do Decreto Estadual 58.690/2018.</p>																				

Quadro 2 – Carta de Serviços

3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 PRINCIPAIS RISCOS

Mapa de Riscos

Perspectiva	Tipo de Risco	Principais riscos
Resultados	Operacional	Demora nos processos advindos da cadeia de valor
	Estratégico	Modelo de negócio estar na mão de terceiros (consultoria)
	Estratégico	Descontinuidade de projetos em razão de estratégias de Governo
Processos Internos	Operacional	Não conseguir desenvolver os processos principais da empresa
	De conformidade	Não ter todas as estruturas internas de governança exigidas pela legislação
	De conformidade	Não possuir estruturas que reforcem a segurança das informações sensíveis
Aprendizado e Crescimento	Estratégico e Operacional	Não ter pessoal capacitado para atuar na atividade fim da empresa
Financeira	Estratégico	Utilização do capital social

Quadro 3 - Mapa de Riscos

3.1.1 PERSPECTIVA CLIENTES

Em relação à perspectiva Clientes, a Alagoas ativos tem como principais riscos:

- Demora nos processos advindos da cadeia de valor – risco operacional que impacta diretamente na missão institucional na empresa, tendo em vista que a atuação da empresa depende de processos anteriores advindos dos órgãos demandantes das concessões e PPPs e a demora nessa cadeia de valor pode interferir nas atividades da empresa e em sua sustentabilidade de longo prazo.
- Modelo de negócio estar na mão de terceiros (consultoria) – risco estratégico que impacta na perenidade do negócio, tendo em vista que o conhecimento elementar sobre

o negócio está concentrado na empresa de consultoria contratada para dar suporte à implantação das atividades na Alagoas Ativos.

- Descontinuidade de projetos em razão de estratégias de Governo – risco estratégico que afeta diretamente a atuação e as receitas da empresa, tendo em vista que a decisão do Governo do Estado em descontinuar um projeto de concessão e parceria público-privada prejudica a atuação da Alagoas Ativos e a obtenção de receitas advindas desse projeto, inclusive quanto a potencial utilização do mecanismo de garantias operado pela empresa.

3.1.2 PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

- Não conseguir desenvolver os processos principais da empresa – risco operacional que configura a dependência da empresa em um processo de desenvolvimento dos fluxos padrão de concessões e PPPs que envolve diversos órgãos governamentais da esfera estadual, prolongando a sua definição e, por conseguinte, a operacionalização da empresa.
- Não ter todas as estruturas internas de governança exigidas pela legislação – risco de conformidade, tendo em vista que a Lei nº 13.303/16 e o Decreto Estadual nº 52.555/17 exigem que as empresas públicas tenham estruturas internas de governança específicas para o seu funcionamento e a Alagoas Ativos ainda não possui todas essas estruturas, devendo se adequar o quanto antes à legislação pertinente.
- Não possuir estruturas que reforcem a segurança das informações sensíveis – risco de conformidade que afeta diretamente a atuação estratégica da Alagoas Ativos, uma vez que a empresa lida com informações estratégicas, sensíveis e sigilosas e a sua divulgação não autorizada ou utilização por interesses individuais gera prejuízo de competitividade, de imagem e financeiro.

3.1.3 APRENDIZADO E CONHECIMENTO

- Não ter pessoal capacitado para atuar na atividade fim da empresa – risco estratégico que se funda na dependência da Alagoas Ativos no conhecimento e na mão de obra de terceiros, uma vez que não tem pessoal capacitado para modelar projetos de grande porte de concessão e PPP, nem realizar os estudos específicos pertinentes.

3.1.4 PERSPECTIVA FINANCEIRA

- Utilização do capital social - risco estratégico que se funda na sustentabilidade da empresa, tendo em vista estar utilizando seu capital social porquanto não possui fontes de renda capazes de manter sua estrutura e repor o capital já utilizado.

Por fim, em relação aos riscos referentes a ações trabalhistas, em 2020, a empresa não foi surpreendida com nenhuma demanda. Portanto, não há informações pertinentes a esse tema.

3.2 MODELO DE GESTÃO DOS RISCOS

A gestão do risco da empresa é realizada semestralmente em Reunião de Análise de Riscos, momento em que a situação da empresa é analisada criticamente, assim como todos os riscos relacionados as suas atividades internas e externas, principais e de apoio, são avaliados e são definidas as ações e metas para monitoramento e controle dos principais riscos que podem interferir na persecução dos objetivos institucionais da empresa.

Em relação aos riscos relacionados especificamente aos seus objetivos estratégicos, elenca-se os seguintes:

GERENCIAMENTO DE RISCO			
PROBLEMA	CAUSA	SOLUÇÃO	TIPO DE RISCO
Demora no processo advindo da cadeia de valor	Falta de conhecimento do processo	Apresentação para todos os envolvidos do funcionamento processo de PPP	OPERACIONAL
Modelo de Negócio estar nas mãos de terceiros (consultoria)	Falta de expertise para desenvolvimento do fluxo	Capacitar os colaboradores para operação do processo	ESTRATÉGICO
Descontinuidade de projetos em razão de estratégias de Governo	Desinteresse do Governo em continuar com o projeto	Montar uma carteira com projetos viáveis e de alto retorno para o Estado e para a sociedade	ESTRATÉGICO
Não conseguir desenvolver os processos principais da empresa	Demora em consenso dos envolvidos	Definir o processo	ESTRATÉGICO
Não ter todas as estruturas internas de governança exigidas pela legislação	Falta de estrutura	Criação do mínimo exigido	CONFORMIDADE
Não possuir estruturas que reforcem a segurança das informações sensíveis	Falta de estrutura, normas e procedimentos internos	Desenvolver políticas de segurança da informação e implantar procedimentos a serem seguidos	CONFORMIDADE

Não ter pessoal capacitado para atuar na atividade fim da empresa	Não ter pessoa com expertise em PPP	Contratar pessoa que conheça de PPP	ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
Utilização do capital social	Não ter iniciado as operações	Gerar receita	ESTRATÉGICO

Quadro 4 - Gerenciamento de Riscos

O controle interno da empresa é realizado principalmente com base em planilhas de controle financeiro e contábil, além de planilhas de controle de licitações, contratos e processos administrativos.

No que se refere às demandas judiciais, a empresa possui um departamento jurídico, representado pela Assessoria Jurídica, responsável pelas demandas jurídicas internas, em relação aos processos administrativos essenciais para o desenvolvimento das atividades diárias da empresa.

A Assessoria Jurídica também é responsável pela gestão e controle de demandas judiciais que envolverem os interesses da empresa. No entanto, no ano de 2020, a Alagoas Ativos não sofreu nem demandou judicialmente, não havendo necessidades dessa gestão, nem existindo números ou dados que representem os resultados do departamento.

4. RESULTADO DA GESTÃO

4.1 RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ÀS PRIORIDADES DE GESTÃO

4.1.1 PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

A Alagoas Ativos definiu como o objetivo estratégico específico a revisão de todo o planejamento estratégico anteriormente realizado, visto que a realidade da empresa foi alterada significativamente, inclusive o contexto em que ela se encontra e seu papel dentro da estrutura de projetos de infraestrutura do Estado de Alagoas. Esse objetivo foi completado em sua integralidade e se encontra em avaliação e monitoramento.

Outro objetivo estratégico da perspectiva Aprendizado e Crescimento foi “Implantar gestão de pessoas” em que estabeleceu a ação de capacitar sua equipe. Apesar da mudança na realidade do país, devido a pandemia da COVID-19, durante o ano de 2020, seguindo a orientação de governança corporativa da Alagoas Ativos S.A. em prestar os serviços concernentes aos seus objetivos com excelência, a empresa conseguiu capacitar, mesmo que remotamente, todos os diretores e demais colaboradores da empresa nas suas respectivas áreas de atuação.

A. CERTIFICAÇÃO EM PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CP³P

O Guia de Certificação em PPPs da APMG é o Corpo de Conhecimento (BoK, da sigla em inglês para “Book of Knowledge”) que fornece os detalhes de todos os aspectos relevantes da criação e implementação de Parcerias Público- Privadas (PPPs) eficientes e sustentáveis. Destina-se ao uso por profissionais de PPP, governos, consultores, investidores e outros interessados em PPPs. Essa certificação faz parte da família de credenciais CP³P que, uma vez obtida, permite que os aprovados utilizem o título “Certified PPP Professional”, uma designação criada sob os auspícios do Programa de Certificação de PPPs da APMG.

A Certificação CP³P foi concebida pelo Banco Mundial, junto com outros multilaterais e é implementada pela APMG International, uma das principais certificadoras profissionais do mundo, com sede em Londres e escritório em 13 países. A certificação CP³P foi desenhada para profissionais que pretendem consolidar seu conhecimento especializado no mercado de investimentos privados em infraestrutura e que desejam entender melhor as boas práticas internacionais, especialmente especialistas do governo e equipes de unidades de PPP e profissionais que atuam diretamente na estruturação de desenho de projetos. Além disso, a certificação permite o desenvolvimento de uma linguagem e de práticas comuns entre gestores do setor privado que possuem interface com o governo, e os gestores públicos a frente dos projetos. Como a Alagoas Ativos é uma empresa pública que objetiva fomentar os contratos de Parcerias Público-Privadas no Estado de Alagoas, os profissionais do seu quadro atuam na estruturação de projetos, necessitando observar o quanto as práticas são diferentes entre os setores, entre os governos e mesmo entre os projetos. Além disso, apesar da enorme experiência do Brasil em investimento privado em infraestrutura pública, ainda não se consolidou uma linguagem comum, com conceitos claros, que viabilize uma discussão eficiente entre governos, entre agências do mesmo governo e entre o governo e a iniciativa privada. Assim, a certificação profissional permitiu o acesso a boas práticas e a conhecimentos-chave exigidos profissionalmente em diversos países do mundo, o alinhamento de conceitos com as principais agências que atuam no

mercado (incluindo de financiamento) no mundo (e.g. Banco Mundial), a possibilidade de uma harmonização entre a linguagem necessária para as discussões entre os órgãos públicos e entre eles e os operadores e investidores, bem como o reconhecimento da especialidade profissional em um campo que tem sido foco de esforços do governo federal e de governos subnacionais para implementação de infraestrutura econômica e social no país. Foram certificados o Diretor Financeiro, a Assessora de Compliance e Auditoria Interna e o Assessor da Diretoria, além do Presidente do Conselho de Administração e um membro do Conselho Fiscal.

B. PARTICIPAÇÃO EM CURSO DE LICITAÇÃO NAS MODALIDADES PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO

O curso de Pregão Presencial e Eletrônico teve como mote a imersão no estudo dos aspectos teóricos e práticos acerca da referida modalidade de contratação, ocasião em que foram abordados os temas atuais e entendimento dos Tribunais de Contas acerca da matéria. O Gerente Administrativo da Companhia foi capacitado para conduzir os processos de contratação pública sob a ótica das melhores práticas adotadas atualmente, mais especificamente no que pertine, dentre outros quesitos, ao atendimento das exigências das fases interna e externa, sessão pública, impugnação e esclarecimentos, recursos, penalidades, credenciamento, seleção de propostas, etapa de lances, negociação, credenciamento, análise e julgamento das propostas, habilitação e adjudicação. Inobstante a isso, o curso promoveu a simulação da disputa através do sistema COMPRASNET, nos modos de Disputa aberto e aberto e fechado.

C. CAPACITAÇÃO EM CPA-20

A CPA-20 é destinada aos profissionais que atuam na distribuição de produtos de investimento para clientes dos segmentos varejo alta renda, private, corporate e investidores institucionais em agências bancárias ou em plataformas de atendimento. Neste curso, foram capacitados o Diretor Presidente e o Diretor Executivo, onde as aulas trataram, dentre outras peculiaridades, da ANBIMA, aspectos do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), Bancos Múltiplos, Corretoras e Distribuidoras, Sistemas de Liquidação e Custódia, Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), Compliance legal, ética e análise de perfil do investidor, princípios básicos de economia e finanças, instrumentos de renda variável, renda fixa e derivativos, fundos de investimentos, previdência complementar aberta e mensuração e gesto de performance e riscos. Foram capacitados o Diretor Presidente e o Diretor Executivo da empresa.

D. PARTICIPAÇÃO EM CURSO DE AUDITORIA INTERNA

O curso AUDI 1 é um treinamento para profissionais que queiram desenvolver seu conhecimento na área de auditoria interna, ou profissionais que estejam no início de sua carreira e queiram aprender os conceitos básicos para o desempenho da função de auditor interno. Visa a capacitação profissional em Auditoria Interna focando nas práticas profissionais recomendadas internacionalmente e em conformidade com o código de ética do The IIA (The Institute of Internal

Auditors). O curso contou com a participação da Assessora de Compliance e Auditoria Interna e se mostrou essencial para o exercício de suas atribuições, tendo em vista a necessidade de desenvolver os conhecimentos e habilidades necessárias para praticar suas atividades de forma a melhor atingir o interesse público. Foi capacitada a Assessora de Compliance e Auditoria interna da empresa.

E. PARTICIPAÇÃO EM CURSO DE CONCESSÕES E PPPS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS NA PRÁTICA

Este curso contou com a participação do Diretor Presidente e do Diretor Executivo. O curso é considerado como de nível “avançado” e propôs ao aluno se atualizar e se aperfeiçoar sobre o tema concessões e PPPs, percorrendo desde os preparativos a serem realizados pelo poder concedente para ofertar ao mercado um projeto técnico econômico-financeiro robusto, atrativo e amparado nas normas legais e técnicas de cada setor até a outorga do serviço à iniciativa privada e a execução do contrato.

F. CURSO DE FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE PREGOEIRO E SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

A contratação de serviços das empresas estatais é regulamentada pela Lei 13.303/16 que normatiza a contratação por licitação, preconizando o art. 32, inciso IV, a adoção preferencial do pregão eletrônico para aquisição de bens e serviços comuns, com isso foi identificada a necessidade de capacitação de dois colaboradores desta Alagoas Ativos no curso, componentes da CPL, a fim de adquirir conhecimentos gerais nos procedimentos e orientações acerca de licitações com ênfase em pregão – presencial e eletrônico. A capacitação objetivou ao colaborador exercer a atividade de Pregoeiro nos termos da legislação aplicável, familiarizando-os e atualizando-os com as exigências das Leis e da Jurisprudência; com os principais vícios cometidos pelos Órgãos Públicos e pelos licitantes; com os privilégios concedidos às ME’s e EPP’s pela Lei Complementar nº 123/2006, dentre outros temas, sempre à luz das Leis nº 8.666/93 (das Licitações e Contratos), nº 10.520/2002 (dos Pregões), do Decreto nº 3.555/2000 (do Pregão Presencial), do Decreto nº 10.024/2019 (do Pregão Eletrônico), do Decreto nº 7.892/2013 e alterações (do Sistema de Registro de Preços), da Lei Complementar nº 123/2006, e das mais recentes decisões do Tribunal de Contas da União. Foram capacitados o Gerente Financeiro e a Secretária Executiva.

G. PARTICIPAÇÃO EM CURSO DE RETENÇÕES DE TRIBUTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E NOVAS DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS A PARTIR DE 2020: SPED, E-SOCIAL EFD-REINF E DCTFWEB

O curso teve por objetivo formar e qualificar a Gerente Contábil para a correta análise da legislação pertinente ao assunto de retenções tributárias e a consequente retenção e recolhimento dos tributos, atualizar, aperfeiçoar, capacitar e gerar conhecimentos relativos à retenção de tributos na administração pública e em relação às novas declarações obrigatórias (SPED; e-Social; EFD-Reinf e DCTFWeb), habilitar o aluno para identificar, de forma clara e objetiva, a legislação

que trata das retenções de tributos e assegurá-lo para registrar as devidas retenções, bem como efetuar o recolhimento dos tributos retidos.

4.1.2 PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

No que se refere à Perspectiva Processos Internos, a Alagoas Ativos estabeleceu o objetivo estratégico de “Aprimorar processos e procedimentos internos e externos” e, como a empresa já padronizou todos os processos internos, passou a focar nos processos externos, ou seja, naqueles processos que se referem a suas atividades principais.

Nesse sentido, a empresa passou a direcionar seus esforços na padronização dos processos referentes ao Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, o que realizou com sucesso, conseguindo mapear e padronizar 100% dos processos referentes ao fundo. Assim, no final de 2020, o Fundo possui os processos de contratação, acionamento e devolução devidamente mapeados e está efetivamente pronto para receber solicitações de outorga de garantia pelos órgãos e entidades do Estado de Alagoas.

Ainda, iniciou o procedimento de mapeamento dos processos referentes ao serviço de modelagem de projetos de concessões e parcerias público-privadas, tomando como base todo o procedimento realizado no projeto do Abatedouro de Viçosa, que está em sua fase final.

Também na Perspectiva Processos Internos, a empresa finalizou a implantação da área de Compliance, com a publicação de normas internas e revisão do programa como um todo, partindo, em 2021, para a gestão e monitoramento do programa. Com essa implantação finalizada, a área focará na implantação e desenvolvimento da área de auditoria interna.

4.1.3 PERSPECTIVA CLIENTES

Em relação à perspectiva Clientes, a empresa definiu os objetivos de “Iniciar gestão do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP”, “Estruturar Fundo Imobiliário”, “Garantir todos os projetos solicitados através do FAP” e “Participar de três projetos de concessões ou PPPs até 2020”, alterando tais objetivos, tendo em vista ter avançado no seu desenvolvimento.

Tal avanço se deu principalmente nas ações relacionadas ao projeto do Abatedouro Regional de Viçosa e ao Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, apesar de também ter caminhado com algumas ações referentes a outros projetos, como se verá a seguir.

A. INICIAR GESTÃO DO FUNDO ALAGOANO DE PARCERIAS - FAP

O surgimento da Lei nº 11.079/2004 trouxe o instituto das parcerias público-privadas, que harmoniza o interesse da administração pública em desenvolver projetos públicos com o interesse do setor privado em realizar investimentos seguros e rentáveis. Uma grande preocupação da referida lei é oferecer ao parceiro privado a segurança necessária no intuito de atrair recursos e investimentos para os projetos públicos. Essa segurança pode ser refletida na criação de garantias conferidas pela administração pública aos parceiros privados, a fim de mitigar os riscos de inadimplemento das contraprestações assumidas pelo parceiro público.

Com este objetivo, o FAP foi criado formalmente no final de 2019 e tem por finalidade prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelo Estado de Alagoas, na condição de parceiro público, em virtude de contratos de PPPs, não podendo ser extinto antes da quitação da totalidade dos débitos garantidos ou da liberação das garantias pelos credores.

Com natureza jurídica de direito privado, o FAP tem patrimônio próprio e separado do patrimônio de seus cotistas, sendo sujeito de direitos e obrigações próprias, onde o Estado de Alagoas é constituído como seu cotista inicial. Seu Estatuto e Regulamento já foram criados e sua estrutura contará com uma Assembleia de Cotistas e um Conselho Consultivo, a quem caberá a análise técnica dos pedidos de garantias de projetos efetuados ao Fundo.

O FAP será administrado e gerido pela Alagoas Ativos e, a princípio, o FAP será constituído por retenções mensais no percentual de 12% dos repasses a título de FPE recebidos pelo Estado de Alagoas, que ficarão temporariamente na conta do Fundo para caso seja necessário garantir alguma contraprestação pública. Assim será o funcionamento do Fundo:

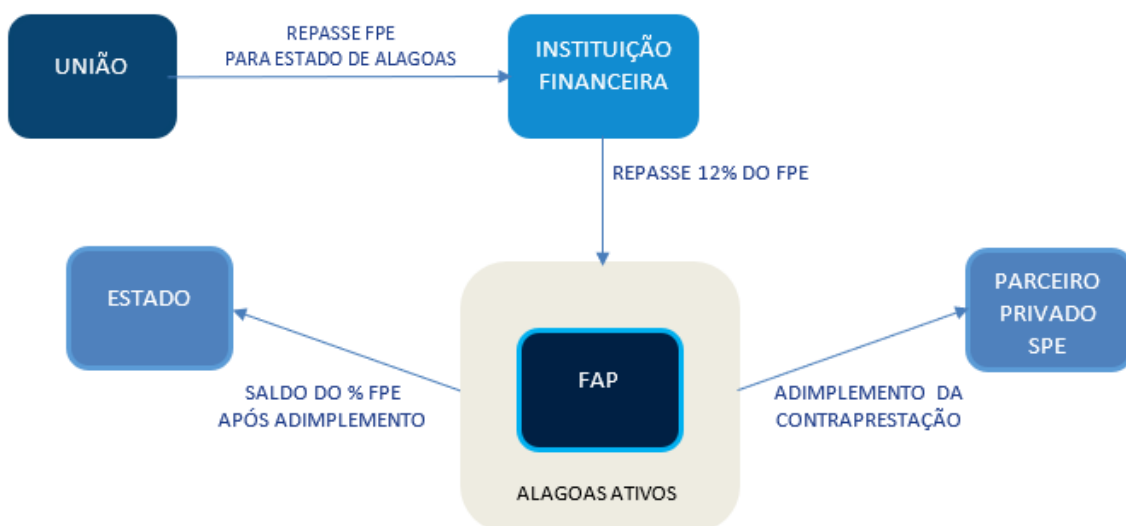


Figura 3 - Fluxo de PPPs

O objetivo estratégico referente à gestão do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP foi totalmente concluído em 2020, tendo em vista a assinatura do contrato entre a Alagoas Ativos, a SEFAZ/AL e o Banco do Brasil, instituição financeira que funcionará como Agente de Pagamento das garantias outorgadas pelo Fundo, tendo em vista ser o banco responsável pelos repasses do FPE aos Estados.

Além da assinatura do contrato, todos os processos internos necessários ao funcionamento do Fundo também foram mapeados e padronizados, quais sejam, os processos de contratação, acionamento e devolução. Em consequência, a empresa convocou Assembleia de Cotistas para alteração da documentação institucional do Fundo – Estatuto e Regulamento Interno.

Com o contrato, Estatuto e Regulamento devidamente adequados à realidade atual, o Fundo passou a estar efetivamente apto a funcionar e receber solicitações de garantias, já recebendo os repasses mensais do FPE e pronto para garantir projetos de parcerias público-privadas nos quais o Estado de Alagoas seja o parceiro público, aguardando somente a integralização das cotas pelo Estado de Alagoas.

B. ESTRUTURAR FUNDO IMOBILIÁRIO

Quanto ao objetivo estratégico referente à estruturação do Fundo Imobiliário do Estado de Alagoas, foi o único objetivo estratégico que não obteve avanços significativos, tendo em vista o foco da empresa em outros projetos, como FAP e o Abatedouro Regional de Viçosa.

Foram realizadas pesquisas mais aprofundadas sobre o funcionamento de fundos imobiliários, além de reuniões com representantes da Companhia Paulista de Parcerias – CPP, único Estado hoje no Brasil que possui um fundo dessa natureza em funcionamento.

No entanto, em relação à estruturação do fundo em si, a empresa, por priorizar outros projetos, passou sua efetiva implantação para 2021.

C. GARANTIR TODOS OS PROJETOS SOLICITADOS ATRAVÉS DO FAP

Como mencionado no item zA. desta seção, o FAP foi efetivamente estruturado e entrou em funcionamento em 2020, podendo ser solicitado e outorgar garantias a projetos do Estado de Alagoas, o que não foi possível de ocorrer ainda em 2020. No entanto, a outorga de garantias pelo Fundo será um dos principais focos da empresa para 2021.

D. PARTICIPAR DE TRÊS PROJETOS DE CONCESSÕES OU PPPS ATÉ 2020

Em 2020, a empresa realizou os maiores avanços em relação às modelagens de concessões e PPPs, tendo vários desenvolvimentos importantes quanto aos projetos e tendo cumprido o objetivo de participar de três projetos dessa natureza, uma vez que participou do projeto do Abatedouro Regional de Viçosa, da Concessão do CEASA e do Aeroporto de Maragogi.

O Projeto que mais obteve avanços significativos foi o Abatedouro de Viçosa, tendo em vista que a empresa entregou todos os serviços propostos ao órgão concedente. A empresa finalizou os estudos principais, realizou roadshows, consulta e audiência públicas e entregou as minutas de edital e contrato da licitação para a sua concessão.

Quanto ao projeto do CEASA, a empresa já havia apresentado estudos preliminares, porém, por conta do lapso temporal entre a sua realização e o presente momento, foi solicitada a sua atualização para que a empresa possa passar para as próximas etapas.

Por fim, em relação ao Aeroporto de Maragogi, se trata do projeto mais embrionário, tendo em vista ser um projeto que necessita de algumas etapas e estruturas que não dependiam da empresa, para que pudesse iniciar os estudos preliminares. Porém, em 2020, a empresa deu os primeiros passos necessários para o seu desenvolvimento, que terá maior prioridade em 2021.

4.1.4 PERSPECTIVA FINANCEIRA

Perspectiva Financeira, foi identificado como o principal objetivo estratégico a “Reposição do 1% do Capital Social da Empresa”, “Criar 3 fontes de renda até 2021”, “Atingir

receita anual bruta de R\$ 2.200.000, 00 (dois milhões e duzentos mil reais) em 2020” e “Realizar planejamento tributário para 2020”.

Tendo em vista 2020 ter sido um ano muito proveitoso financeiramente para a empresa, essa perspectiva, diferente de anos anteriores, foi o que obteve maiores avanços. A empresa efetivamente criou duas fontes de renda, a partir da administração do FAP e da gestão das garantias outorgadas.

Ainda, atingiu a receita anual bruta de R\$ 2.200.000, 00 (dois milhões e duzentos mil reais) em 2020, a partir do recebimento de valores retroativos referentes à administração do FAP no período entre outubro de 2018 e dezembro de 2019, no montante de R\$ 3 milhões. Com o recebimento desse valor, a empresa conseguiu repor o valor fixado de 1% do valor do capital social, referente ao valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), atingindo também tal objetivo.

Por fim, em relação ao objetivo referente à realização de planejamento tributário, em 2020 a empresa realizou tal planejamento de forma embrionário, porém concluiu pela necessidade de contratação de consultoria especializada para tanto, o que ocorrerá em 2021.

4.2 PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS OU INICIATIVAS

Em relação aos principais programas e projetos, a empresa concentrou suas ações no desenvolvimento de estudos sobre os projetos prioritários definidos pelo Estado de Alagoas, avaliando diversas demandas dos órgãos estaduais e analisado a sua viabilidade enquanto projeto de PPP e concessão, em conjunto com a consultoria contratada para auxiliar nessa atividade.

Ainda, em 2020, a empresa focou na constituição e formalização do Fundo Alagoano de Parcerias, assim como nas avaliações dos imóveis de titularidade do Estado de Alagoas e nos estudos preliminares sobre a constituição de um Fundo de investimentos Imobiliários para gerir os imóveis do Estado.

4.2.1 ABATEDOURO REGIONAL DE VIÇOSA

Com o objetivo de ofertar a população carne inspecionada e fortalecer a cadeia produtiva da pecuária de corte de Alagoas, o Governo do Estado através da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura - SEAGRI lançou o programa de regionalização de abatedouros. Ele consiste na readequação e construção de novas unidades, a fim de que o rebanho do Estado seja abatido conforme à legislação sanitária e ambiental vigente.

Em virtude de funcionarem em condições sanitárias e estruturas físicas inadequadas, representando um grande risco à saúde pública, ocasionando a exposição da população a às zoonoses como tuberculose, brucelose e toxoplasmose, vários municípios estão sofrendo com o fechamento dos matadouros, acarretando desemprego, retorno do abate clandestino, escassez de produto nas feiras livres e aumento de preço dos produtos.

Nesse contexto, o Abatedouro de Viçosa está em construção e é objeto do Programa de Regionalização do Estado. Possui estrutura moderna, com 2.341 m² de área construída, composta por currais, área destinada à administração, caldeiras, vestiários, subestação de energia, blocos de abate, necropsia, pocilga, lagoas tratamento e depósito para cascos e chifres e possui capacidade de produção projetada de 140 animais/dia, com possibilidade de expansão.

Após período de coleta de dados sobre este ativo e análise das possibilidades de um melhor aproveitamento do mesmo com eficiência, o estudo preliminar foi concluído em agosto de 2018, com a recomendação de concessão de uso da planta, sem outorga inicial com percentual da receita bruta como contrapartida do operador privado ao Estado, incluindo metas de desempenho e investimentos.

Em 2019, o projeto foi aprovado após apresentação e avaliações pelo Conselho Gestor de PPP do Estado. Após a aprovação, o projeto de Lei de Concessão foi encaminhado à Assembleia Legislativa para deliberação e aprovação, o que ocorreu ainda em 2019.

Ao longo do ano de 2020, o projeto de Concessão do Abatedouro de Viçosa, cuja estruturação está sendo conduzida pela Alagoas Ativos S/A, avançou à fase preparatória de licitação, incluindo a finalização do Edital de Licitação e do Termo de Concessão, a aprovação dos referidos documentos no Conselho Gestor de Parcerias (CGP), a realização de consulta pública, de audiência pública e de roadshow, bem como o início do processo de aprovação junto à Procuradoria Geral do Estado (PGE), dando sequência aos estudos realizados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), no âmbito do Produto 11, incluído no escopo do Primeiro Termo Aditivo ao contrato firmado entre a FGV e a Alagoas Ativos S/A.

A aprovação do edital e do termo de concessão pelo CGP foi um processo que se dividiu em duas reuniões distintas: uma realizada no dia 07/10/2020 e outra realizada no dia 13/10/2020. As discussões realizadas no âmbito do referido Conselho estão documentadas no Processo Administrativo nº E:62017.0000000179/2020. Havendo a aprovação pelo CGP, seguiu-se para realização da consulta pública, aberta no dia 03/11/2020 e finalizada no dia 03/12/2020, período no qual recebeu-se contribuições sobre o edital e o termo de concessão. A consulta pública foi documentada no Processo Administrativo nº E:62017.0000000217/2020. No dia 18/11/2020, realizou-se audiência pública na Câmara Municipal de Viçosa/AL, contando com a participação de membros da sociedade civil. As discussões realizadas na referida audiência foram documentadas no Processo Administrativo nº E:62017.0000000218/2020. Por fim, durante o mesmo período de realização da consulta pública (03/11 a 03/12/2020), conduziu-se um roadshow, por meio do qual as empresas interessadas em participar da licitação foram convidadas a se reunir com os responsáveis pela estruturação do projeto para tirar dúvidas e expor críticas e sugestões de alteração do edital e do termo de concessão. O roadshow foi documentado no Processo Administrativo nº E:62017.0000000219/2020.

Todos os processos foram conduzidos pela Alagoas Ativos, contando com a colaboração da Unidade de Parcerias da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG). A consulta e a audiência públicas contaram também com a participação da Comissão Especial de Licitação, instituída pela Portaria SEPLAG nº 9.099/2020, responsável pela condução do processo licitatório do Abatedouro de Viçosa.

Em paralelo, esta Alagoas Ativos conduziu reuniões periódicas com a Procuradoria Geral do Estado para alinhamento de pontos de sensibilidade no projeto, visando garantir que esteja totalmente adequado às exigências legais. Caminha-se, agora, para aprovação formal do projeto na PGE, seguindo-se, após, para efetiva publicação do edital de licitação.

4.2.2 AVALIAÇÃO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE ALAGOAS - CEASA

A Central de Abastecimento de Alagoas - CEASA/AL é administrada pelo Instituto de Desenvolvimento Rural e Abastecimento de Alagoas - IDERAL, autarquia estadual criada pela Lei nº 6.194/00, e vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura - SEAGRI.

A empresa é gerida com uma combinação de recursos oriundos de receitas próprias e dotação pública. O IDERAL tem como objetivo dar suporte à SEAGRI na implementação de sua agenda de promoção da agricultura, pesca e abastecimento a partir da prestação de serviços de distribuição, classificação e armazenagem.

Na distribuição, o IDERAL atua tanto no nível estadual quanto no nacional como um canal de comercialização de seus produtores, viabilizando toda a cadeia de distribuição agroalimentar. Nesta função, a CEASA/AL desempenha papel fundamental de controle e a fiscalização do fluxo, da qualidade e das condições higiênicas e sanitárias das mercadorias.

Após estudos preliminares, os dados levantados demonstraram que, apesar da evolução na receita durante o período analisado, parte desta receita é custeada pelos aportes realizados pela SEFAZ/AL e por conta disso a CEASA/AL fica extremamente dependente deste repasse, o que reflete na grande variação entre lucros/prejuízos.

O estudo, então, recomendou o modelo de Concessão de Uso de Bem público com a Exploração, Operação e Manutenção, de forma que o Estado poderá exigir mais investimento de modernização das atividades do aparelho estatal, uma vez que ele possui instrumentos legais de controle e fiscalização do concessionário, acarretando a desoneração do ente federativo da prestação do serviço público.

Em 2020, o projeto se tornou prioridade para o Estado, tendo a SEFAZ iniciado a edição de Decreto concedendo benefícios fiscais importantes para aqueles interessados em trabalhar no CEASA, o que tornará o projeto ainda mais atrativo.

Assim, a empresa passou a atualizar as informações referentes ao projeto e também os estudos já realizados anteriormente, para que, em 2021, possa passar para as próximas fases e entregar os demais documentos para o órgão solicitante.

4.2.3 FORMATAÇÃO DO FUNDO IMOBILIÁRIO DE ALAGOAS

Com o intuito de melhorar a eficiência da gestão de patrimônio do Estado de Alagoas, reduzindo gastos e aumentando sua rentabilidade, a Alagoas Ativos, como empresa pública gestora dos ativos do Estado, iniciou em 2018 estudos sobre a formatação, constituição e gestão de Fundos Imobiliários.

Após visitas técnicas realizadas em 2018 à SP Parcerias e Companhia Paulista de Parcerias - CPP, em São Paulo, e à MGI, em Minas Gerais, com a finalidade de reunir informações e dados sobre o procedimento de formatação e constituição desses fundos, a Alagoas Ativos, em conjunto com a FGV, que lhe presta consultoria, passou a realizar os estudos iniciais sobre a constituição, integralização e gestão do Fundo Imobiliário do Estado de Alagoas.

Em 2019, a empresa realizou o primeiro estudo sobre a adequação e gestão de ativos, em que fez uma análise sobre as possibilidades de gestão dos ativos imobiliários de acordo com sua situação de afetação ou desafetação e apontou os requisitos e procedimentos preliminares para a constituição do Fundo Imobiliário do Estado de Alagoas.

Também em 2019, a Alagoas Ativos, em conjunto com órgãos do Estado, realizou levantamento dos ativos imobiliários do Estado e avaliação de seu valor de mercado, além de um estudo econômico-financeiro preliminar, a partir dos dados apresentados, que deverá continuar em 2020.

Em 2020, a empresa focou na avaliação dos imóveis já levantados pelo Estado, de forma a ter um portfólio completo dos imóveis que constituirão o Fundo, além de ter realizado pesquisas aprofundadas relacionadas ao efetivo funcionamento de um fundo dessa natureza e iniciar sua estruturação, que ocorrerá efetivamente em 2021.

5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

5.1 ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR OS PRINCIPAIS OBJETIVOS DA UNIDADE

Os dois objetivos principais da empresa, que possuem relação direta com a sua missão institucional de “Viabilizar investimentos para o Estado de Alagoas, através de serviços técnicos diversificados e de excelência e diálogo aberto entre os setores público e privado” e com seus objetivos institucionais, são a participação em, pelo menos, três projetos de concessão e PPPs do Estado de Alagoas, de forma a realizar modelagens desses projetos, e o início da gestão do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, de forma a viabilizar garantias para as PPPs em curso no Estado. Todos os outros objetivos definidos em seu planejamento estratégico são de apoio para esses dois objetivos principais.

Para alcançar ambos os objetivos, a empresa definiu estratégias, que envolvem tanto o ambiente interno, quanto partes relacionadas do ambiente externo. Dessa forma, uma das estratégias internas adotadas foi a capacitação técnica de sua equipe, tendo sido concluída com sucesso, uma vez que, em 2020, mais de 50% da equipe estava capacitada na atividade fim da empresa.

Ainda como estratégia para alcançar seus objetivos principais, a empresa contratou consultoria externa da Fundação Getúlio Vargas – FGV para realização dos estudos e das modelagens dos projetos prioritários definidos pelo Governo.

No âmbito interno, a empresa realizou nova contratação de consultoria específica para a elaboração e acompanhamento do planejamento estratégico da empresa, revisão e reavaliação dos processos internos e principais e implantação de estrutura de gestão de pessoas.

Assim, a partir dessas estratégias implantadas, a empresa concretizou o objetivo estratégico de iniciar a gestão do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, que está efetivamente preparado para receber solicitações de garantias, e, no que se refere ao objetivo estratégico de participar de projetos de concessões e PPPs, a empresa alcançou resultados significativos, tendo em vista ter avançado no projeto do abatedouro regional de Viçosa, entregou os estudos preliminares referentes ao CEASA e iniciou as primeiras análises referentes ao projeto do Aeroporto de Maragogi, dependendo agora da decisão das secretarias interessadas para dar o devido andamento.

5.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Em razão de sua natureza e como resultado de sua gestão, a empresa não sofreu nenhuma restrição ou aplicação de multas em decorrência de fiscalização de suas atividades, nem possui informações sobre precatórios. Nesse mesmo sentido, a empresa não é responsável ou gestora de fundos ou programas e não auferiu ou renunciou receitas, razão pela qual não há informações pertinentes a esse tema,

No que se refere a demandas judiciais e administrativas, a empresa não foi demandada, nem demandou em juízo ou na seara administrativa e, por esse motivo, não possui informações sobre indenizações a clientes em quaisquer das duas esferas. Por fim, também não realizou ou foi objeto de depósitos judiciais ou extrajudiciais.

5.2.1. ORÇAMENTO 2020

Em dezembro de 2019, o Conselho de Administração da Alagoas Ativos S.A., aprovou o orçamento para o exercício de 2020, o qual perfaz o total de R\$ 7.241.604,67 (sete milhões duzentos e quarenta e um mil seiscientos e quatro reais e sessenta e sete centavos).

5.2.2. ORÇAMENTÁRIO POR CATEGORIA DE DESPESA

O orçamento da Alagoas Ativos S.A foi dividido por categoria de despesa, a fim de demonstrar com precisão a aplicação dos recursos e seus percentuais. Em 2020 foi orçado R\$7.241.604,67 dividido em R\$ 1.886.544,67 para a categoria de pessoal, R\$ 5.305.060,00 para custeio e R\$ 50.000,00 de capital.

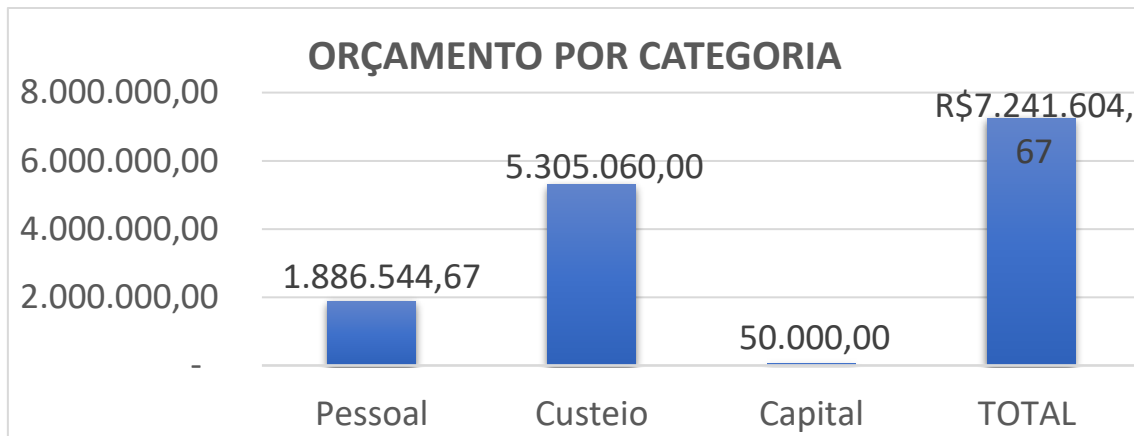


Gráfico 1 - Orçamento por categoria

- **PESSOAL:** compreende as verbas, encargos sociais que incidem sobre a folha de pagamento e inclui as remunerações dos Jetons.
- **CUSTEIO:** recursos aplicados nas despesas com contratos de prestação de serviços, aquisição de materiais de consumo, diárias, passagens e toda manutenção da administração.
- **CAPITAL:** conhecido com investimento, são recursos aplicados no patrimônio, tais como obras, construções, instalações e aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

5.2.3. PESSOAL

No exercício de 2020, foi orçado R\$ 1.886.544,67 para pessoal, dos quais foram executados R\$ 1.332.823,33, equivalente a 70,65% do orçado. Nas categorias salários e encargos foram executados 78,4% do orçado, em remuneração de diretores e encargos, foram executados 77,2% do orçado e em Conselhos, 65,5% do orçado no exercício, conforme demonstrado abaixo. As demais despesas correspondem a obrigações trabalhistas e remuneratórias dos funcionários

Pessoal	Orçado	Executado
Salários empregados + encargos	R\$ 523.533,33	R\$ 410.385,11
Salários diretores + encargos	R\$ 518.050,00	R\$ 400.180,08
FGTS e INSS (EMPRESA)	R\$ 280.961,33	R\$ 260.258,14
Estagiários	R\$ 10.000,00	R\$ -
Vale refeição	R\$ 75.000,00	R\$ -
Plano de Saúde	R\$ 75.000,00	R\$ -
Exames ocupacionais	R\$ 4.000,00	R\$ -
Conselhos	R\$ 400.000,00	R\$ 262.000,00
TOTAL	R\$ 1.886.544,66	R\$ 1.332.823,33

Tabela 1 – Pessoal

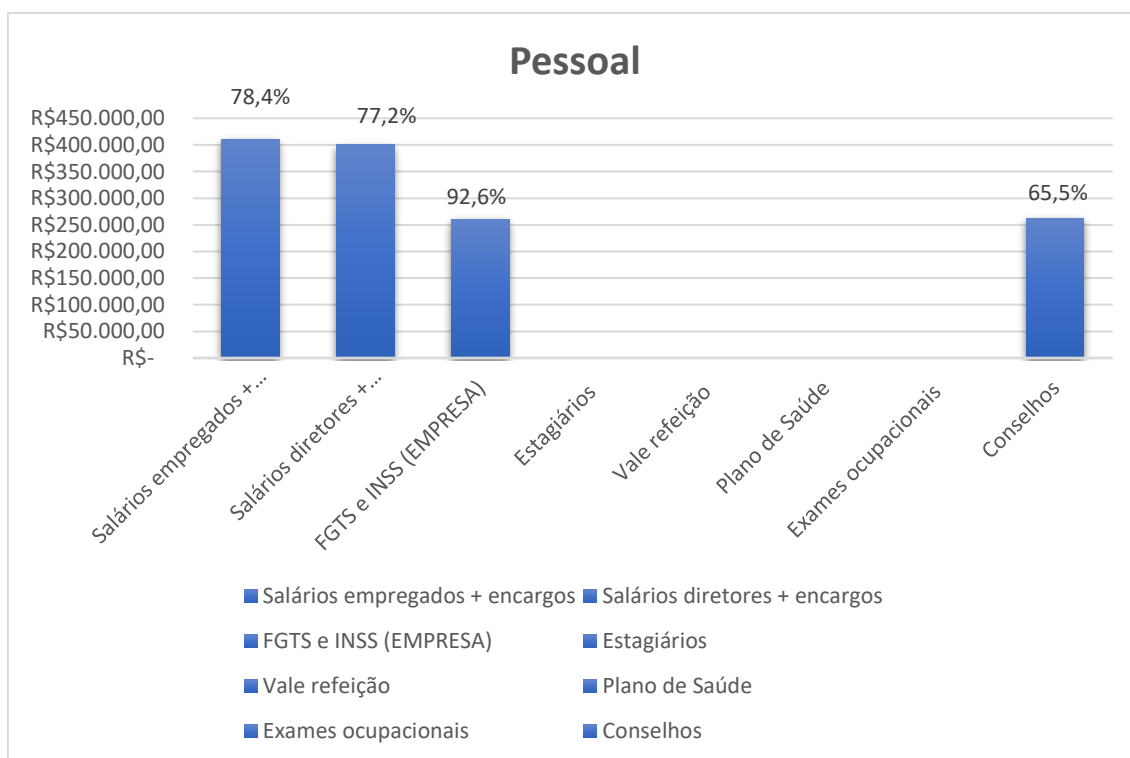


Gráfico 2 - Pessoal

5.2.4. CUSTEIO

No exercício de 2020, foi orçado R\$ 5.305.060,00 para custeio e executado R\$ 577.101,55, o equivalente a 10,88% do orçado, conforme demonstrado a abaixo.

O valor mais relevante no quadro abaixo, refere-se a despesa com Fundação Getúlio Vargas – FGV, que nos assessoria na adequação da gestão de Ativos do Estado de Alagoas.

Custeio	Orçado	Executado
Terceirizados	R\$ 108.000,00	69.123,68
Aluguel	R\$ 120.000,00	87.037,19
Impressoras	R\$ 14.400,00	8.000,00
Combustível	R\$ 30.000,00	12.995,84
Assist. técnica em TI	R\$ 11.000,00	6.414,08
Energia	R\$ 10.000,00	5.457,79
Diárias	R\$ 120.000,00	18.850,00
Passagens	R\$ 240.000,00	45.393,50
Capacitação	R\$ 120.000,00	48.383,00
Consultoria	R\$ 4.000.000,00	156.100,00
Seguros	R\$ 15.000,00	-
Fundo Fixo	R\$ 3.000,00	-
Serviço de Ass. De imprensa	R\$ 36.000,00	-
Serviço de manutenção site	R\$ 105.000,00	7.905,52
Jornais e publicações	R\$ 25.000,00	22.672,48
Aluguel de veículos	R\$ 115.000,00	22.404,26
Sistema contábil	R\$ 12.000,00	8.444,78
Taxas e impostos	R\$ 5.000,00	3.168,34
Junta comercial	R\$ 11.100,00	10.120,00
Despesas cartoriais	R\$ 1.560,00	-
Telefonia fixa	R\$ 3.600,00	-
Telefonia movel	R\$ 3.600,00	2.528,05
Internet	R\$ 12.800,00	10.800,00
Serv. Terc. P.J.	R\$ 25.000,00	18.819,76
Serviços contábeis	R\$ 18.000,00	-
Material de escritório	R\$ 4.000,00	-
Material higiene e limpeza	R\$ 4.000,00	1.032,10
Material eletroeletronico	R\$ 4.000,00	-
Material de informática	R\$ 4.000,00	1.804,17
Material de copa e cozinha	R\$ 4.000,00	1.105,40
Material de consumo	R\$ 4.000,00	1.518,63
Reproduções e serviços gráficos	R\$ 10.000,00	4.950,00
Reembolso viagens	R\$ 10.000,00	2.072,98
Sistema compliance	R\$ 12.000,00	-
Sistema orçamentário	R\$ 12.000,00	-
Serviço de linha ética	R\$ 72.000,00	-
TOTAL	R\$ 5.305.060,00	R\$ 577.101,55

Tabela 2 - Custeio

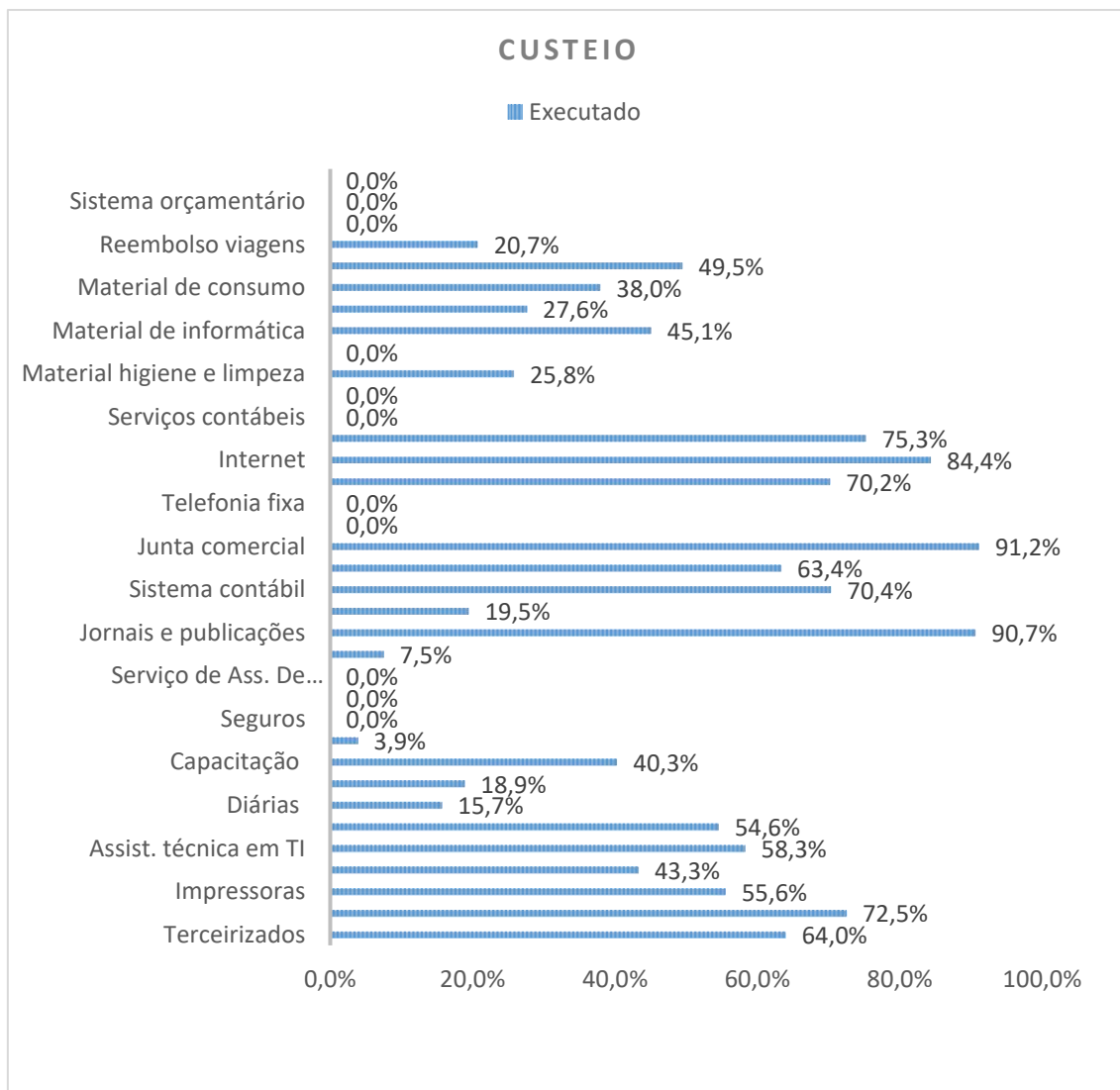


Gráfico 3 – Custeio

5.2.5. CAPITAL

Foi orçado R\$ 50.000,00 para capital e executado R\$ 16.633,00, o equivalente a 33% do orçado, conforme demonstrado abaixo.

Capital	Orçado	Executado
Bens	50.000	16.633,00
TOTAL	50.000	33%

Tabela 3 - Capital

5.2.6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os recursos da Alagoas Ativos S.A são aplicados em duas contas de investimentos no Banco do Brasil, Aplicação Público Supremo e Aplicação Público Absoluto.

Abaixo demonstraremos um gráfico para acompanhar a evolução dos rendimentos mensais, porém em maio e novembro houve uma queda, devido ao chamado “come-cotas”, este refere-se à antecipação da alíquota do Imposto de Renda, que incide sobre a rentabilidade das aplicações via fundos de investimentos:

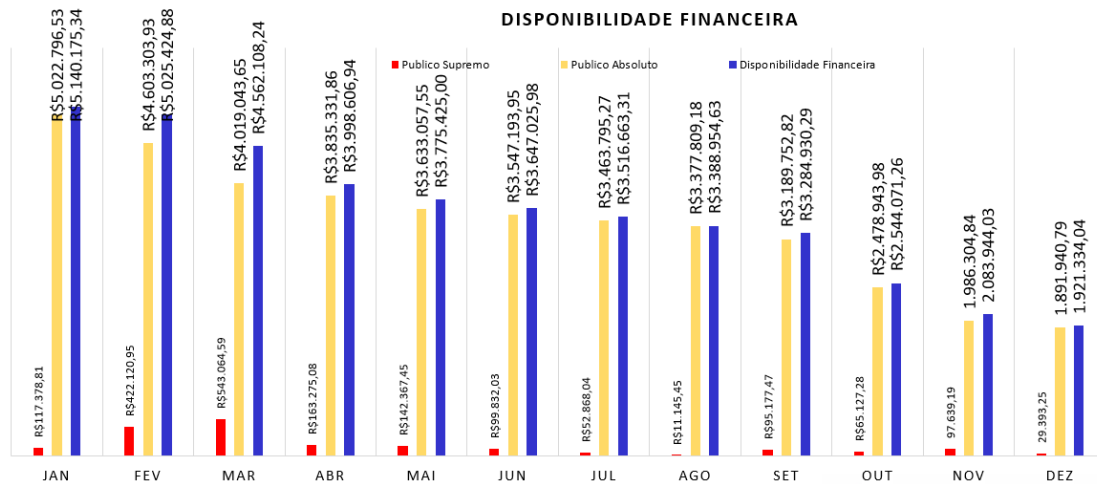


Gráfico 4 – Disponibilidades Financeiras

Em suma, a Alagoas Ativos funcionou, em 2020, com seu capital próprio, porém, no final do ano, recebeu remuneração retroativa à administração do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP e, ainda, 2021, começará a receber mensalmente por este mesmo serviço, o que tornará a empresa autossuficiente em sua atividade, podendo, inclusive, planejar a reposição do capital utilizado.

5.3 GESTÃO DE PESSOAS

ANEXO II - QUADRO GERAL DA LOTAÇÃO DE VAGAS E FORÇA DE TRABALHO		
Lotação	Cargo	Qtde de Vagas
Diretoria-Geral	Diretor Presidente	1
	Diretor Executivo	1
	Diretor Financeiro	1
	Assessoria Jurídica	1
	Assessoria de Projetos	1
	Assessoria da Diretoria	1
	Secretaria Executiva	1
Assessoria de Compliance e Auditoria Interna	Assessoria de Compliance e Auditoria Interna	1
Diretoria Executiva	Gerência Administrativa	1
Diretoria Financeira	Gerência Financeira	1
	Gerência de Contabilidade	1
TOTAL DE VAGAS		11
Total de Cargos Comissionados		
Ocupados	11	
Cargos vagos	0	

Quadro 5 - Quadro geral de lotação de vagas

Conforme se depreende pelo Quadro 6, a Alagoas Ativos manteve em 2020 um quadro funcional reduzido, com apenas onze cargos, incluindo a Diretoria Geral.

O regime de trabalho é celetista, enquanto a forma de remuneração dos administradores e membros dos colegiados é definida em Assembleia Geral, que o fará anualmente, conforme dispõe o art. 11, do Estatuto Social da Alagoas Ativos, sendo modificada somente pela própria Assembleia:

Art. 11. A Assembleia Geral fixará o montante anual global de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, incluindo verbas salariais, remuneração variável, benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em vista as suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

A empresa ainda não possui política em relação à participação de empregados e administradores nos resultados da entidade, assim como não possui política de participação acionária dos membros de colegiados da entidade.

5.4 GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Quanto ao desempenho administrativo referente ao exercício do ano de 2020, da Alagoas Ativos manteve a maioria de seus contratos, através de aditivos, tendo, no entanto, realizado procedimento de licitação para renovação dos principais fornecedores da empresa. A escolha de realizar aditivos nos contratos se deu pela economicidade do procedimento, uma vez que não seria possível manter um fornecedor qualificado, sem efetuar os gastos referentes a um novo procedimento de contratação.

A Alagoas Ativos não possui muitos contratos, por ser uma empresa ainda de funcionamento enxuto, e, em 2020, realizou 12 (doze) aditivos, três termos de apostilamento, treze contratações por dispensa de licitação, uma inexigibilidade e três contratação por meio de licitação na modalidade pregão.

5.4.1. DETALHAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

Esta seção trata sobre as contratações realizadas pela Alagoas Ativos S.A, sejam através de pregão eletrônico, dispensa de licitação ou inexigibilidade de licitação.

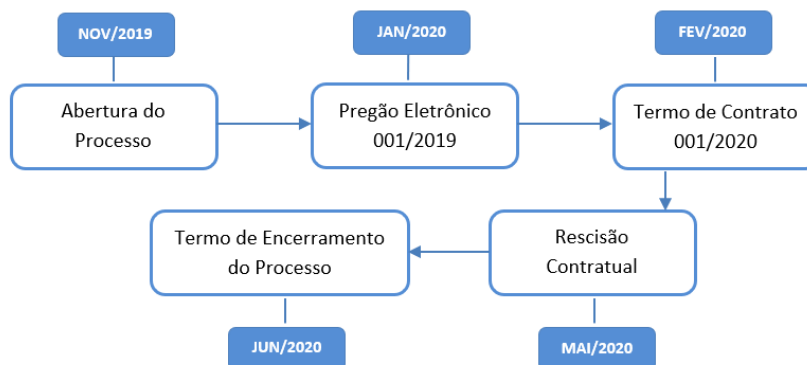
A. TERMO DE CONTRATO Nº 001/2020 – LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

Em 07 de janeiro de 2020, a Alagoas Ativos S.A realizou o Pregão Eletrônico nº 001/2019 cujo objeto foi a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos. Sagrou-se vencedora do certame a empresa SR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.399.304/0001-90, ofertando o melhor lance no valor de R\$2.990,00 (dois mil, novecentos e noventa reais), totalizando a quantia anual de R\$35.880,00 (trinta e cinco mil, oitocentos e oitenta reais).

Se firmou o Termo de Contrato nº 001/2020, com início de vigência a partir de 03/02/2020, com previsão de término de vigência em 03/02/2021.

A primeira modificação no referido contrato se deu em 04 de maio de 2020, com a formalização do Termo de Rescisão ao Contrato nº 001/2020, que teve por fundamento o descumprimento aos preceitos firmados na cláusula décima quinta do contrato, que trata das hipóteses de rescisão. O Termo de Rescisão foi devidamente publicado no Diário Oficial do Estado - DOEAL de 02 de junho de 2020.

Foi encaminhada cópia integral dos autos de licitação a Controladoria Geral do Estado - CGE/AL e ao Tribunal de Contas do Estado - TCE/AL, em 09 de março de 2020, através dos Ofícios 006/2020 e 007/2020, respectivamente. Modalidade de licitação aplicada: Pregão Eletrônico – Art. 32, inciso IV, da Lei 13.303/2016. A contratação foi documentada através dos autos eletrônico de nº E:62017.0000000210/2019. Em síntese:



Fluxograma 1 – Termo de Contrato 001/2020

B. TERMO DE CONTRATO Nº 002/2020 – AUDITORIA INDEPENDENTE

A Alagoas Ativos S.A celebrou em 21 de fevereiro de 2020 o Termo de Contrato 002/2020, junto a CONVICTA AUDITORES INDEPENDENTES S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 03.061.922/0001-05, tendo por objeto é a prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras referente ao exercício de 2019, com vigência de 60 (sessenta) dias, contados a partir de 21/02/2020, com valor total de R\$12.000,00 (doze mil reais).

O extrato do Termo de Contrato nº 002/2020 foi devidamente publicado no Diário Oficial do Estado - DOEAL de 27 de fevereiro de 2020. Foi encaminhada cópia integral dos autos a Controladoria Geral do Estado - CGE/AL e ao Tribunal de Contas do Estado - TCE/AL, em 27 de fevereiro de 2020, através dos Ofícios 004/2020 e 005/2020, respectivamente.

Modalidade de licitação aplicada: Dispensa de Licitação – Art. 29, inciso II, da Lei 13.303/2016. A contratação foi documentada nos autos eletrônico de nº E:62017.0000000234/2019. Em síntese:



Fluxograma 2 – Termo de Contrato 002/2020

C. TERMO DE CONTRATO Nº 003/2020 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

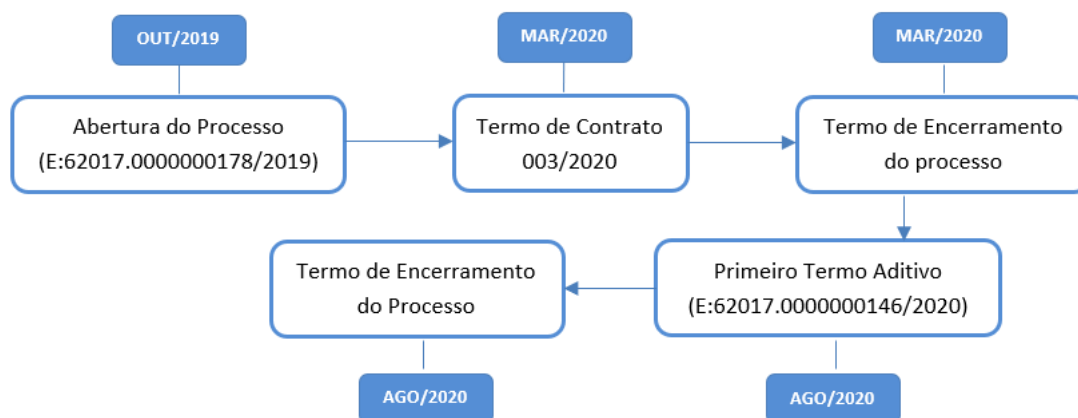
Em 09 de março de 2020 foi celebrado entre esta Alagoas Ativos S.A e a empresa JRCOACH E CONSULTORIA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.936.534/0001-64, o Termo de Contrato nº 003/2020, cujo objeto é a elaboração de planejamento estratégico, incluindo alinhamento gerencial quanto à missão, visão, valores, definição de objetivos estratégicos e planos de trabalho, elaboração de planos de ação e indicadores de acompanhamento individualizados por núcleo de gestão e acompanhamento periódico para alinhamento da execução das ações propostas no planejamento da Alagoas Ativos S.A, com valor total de R\$24.600,00 (vinte e quatro mil e seiscentos reais), a serem pagos conforme cronograma de atividades e produtos, constante da Cláusula Primeira do contrato.

Na data de 12 de agosto de 2020 foi realizado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 003/2020, cujo objeto foi a alteração do cronograma de execução estampado na Cláusula 3ª, do item 3.1.1 do Termo de Contrato nº 003/2020.

A contratação foi documentada nos autos eletrônico de nº E:62017.0000000178/2019. No que tange ao Termo Aditivo consta dos autos de nº E:62017.0000000146/2020. O extrato do Termo de Contrato nº 003/2020 foi devidamente publicado no Diário Oficial do Estado - DOEAL de 11 de março de 2020.

Foi encaminhada cópia integral dos autos de contratação a Controladoria Geral do Estado - CGE/AL e ao Tribunal de Contas do Estado - TCE/AL, em 11 de março de 2020, através dos Ofícios 008/2020 e 009/2020, respectivamente.

Bem como foi remetido também aos órgãos de controle acima mencionados o integral teor dos autos referente ao Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 003/2020, através do Ofício Eletrônico 12/2020 - CGE/AL e Ofício Físico 020/2020 - TCE/AL (autos nº E:62017.0000000146/2020). Modalidade de licitação aplicada: Dispensa de Licitação – Art. 29, inciso II, da Lei 13.303/2016. Em síntese:



Fluxograma 3 – Termo de Contrato 003/2020

D. TERMO DE CONTRATO Nº 004/2020 – PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS - DOE/AL

Em 08 de junho de 2020 foi celebrado o Termo de Contrato 004/2020 entre Alagoas Ativos S.A e a COMPANHIA DE EDIÇÃO, IMPRESSÃO E PUBLICAÇÃO DE ALAGOAS - CEPAL, inscrita no CNPJ sob o nº 04.308.836/0001-09, cujo objeto é a prestação dos serviços de publicação de matérias oficiais em geral, com valor estimado de gasto estipulado em R\$10.000,00

(dez mil reais), com prazo de vigência e execução de 12 (doze) meses, com início a partir da celebração.

A contratação da CEPAL se deu por inexigibilidade de licitação com fundamento nos artigos 28, §3º e 30, inciso I, da Lei 13.303/2016. O extrato do Termo de Contrato nº 004/2020 foi devidamente publicado no Diário Oficial do Estado - DOEAL de 22 de junho de 2020.

Foi encaminhada cópia integral dos autos de contratação a Controladoria Geral do Estado - CGE/AL e ao Tribunal de Contas do Estado - TCE/AL, em 29 de junho de 2020, através dos Ofícios Eletrônico 007/2020 e Ofício Físico 018/2020, respectivamente.

Modalidade de licitação aplicada: Inexigibilidade de Licitação – Art. 28, §3º e art. 30, inciso I, da Lei 13.303/2016. O processo de contratação foi documentado nos autos eletrônico de nº E:62017.0000000020/2020. Em síntese:



Fluxograma 4 – Termo de Contrato 004/2020

E. TERMO DE CONTRATO Nº 005/2020 – SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO.

Tendo em vista a necessidade de implementar na Alagoas Ativos S.A os serviços de medicina do trabalho, de modo a elaborar, implantar e coordenar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, a realização de exames médicos admissionais, periódicos, de mudança de função e demissionais, com emissão de Atestado de Saúde Ocupacional foi formalizado o Termo de Contrato 005/2020 junto a empresa SIGMA - SAÚDE OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO, inscrita no CNPJ sob o nº 08.531.952/0001-43, com valor global estimado de R\$2.720,00 (dois mil, setecentos e vinte reais).

O Temo de Contrato 005/2020 foi celebrado em 16 de junho de 2020, com vigência e execução de 12 (doze) meses, contados a partir de sua celebração, conforme Cláusula Segunda, item 2.1 do Contrato. O extrato do Termo de Contrato nº 005/2020 foi devidamente publicado no Diário Oficial do Estado - DOEAL de 22 de junho de 2020.

Foi encaminhada cópia integral dos autos de contratação a Controladoria Geral do Estado - CGE/AL e ao Tribunal de Contas do Estado - TCE/AL, em 29 de junho de 2020, através dos Ofícios Eletrônico 006/2020 e Ofício Físico 019/2020, respectivamente. Modalidade de licitação aplicada: Dispensa de Licitação – Art. 29, inciso II, da Lei 13.303/2016. O processo de contratação foi documentado nos autos eletrônico de nº E:62017.0000000037/2020. Em síntese:



Fluxograma 5 – Termo de Contrato 005/2020

F. TERMO DE CONTRATO Nº 006/2020 – APARELHOS DE AR-CONDICIONADO.

A Alagoas Ativos S.A., considerando a necessidade de contratação dos serviços de manutenção corretiva e preventiva nos aparelhos de ar-condicionado celebrou o Termo de Contrato 006/2020 junto a empresa POLIFRIO REFRIGERAÇÃO, inscrita no CNPJ sob o nº 36.661.040/0001-21, cujo objeto é a prestação de serviços, por demanda, de manutenção dos aparelhos supramencionados, com valor global estimado de R\$9.480,00 (nove mil, quatrocentos e oitenta reais).

O Termo de Contrato nº 006/2020 foi celebrado em 13 de agosto de 2020, com vigência e execução de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação de sua celebração, conforme Cláusula Segunda, item 2.1. do Contrato. O extrato do Termo de Contrato nº 006/2020 foi devidamente publicado no Diário Oficial do Estado - DOEAL de 19 de agosto de 2020.

Foi encaminhada cópia integral dos autos de contratação ao a Controladoria Geral do Estado - CGE/AL e ao Tribunal de Contas do Estado - TCE/AL, em 20 de agosto de 2020, através dos Ofícios Eletrônico 011/2020 e Ofício Físico 014/2020, respectivamente. Modalidade de licitação aplicada: Dispensa de Licitação – Art. 29, inciso II, da Lei 13.303/2016. O processo de contratação foi documentado nos autos eletrônico de nº E:62017.0000000122/2020. Em síntese:



Fluxograma 6 – Termo de Contrato 006/2020

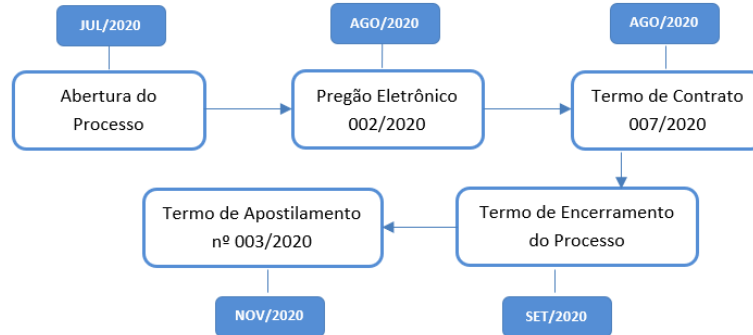
G. TERMO DE CONTRATO Nº 007/2020 – LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

Em 06 de agosto de 2020, a Alagoas Ativos S.A realizou o Pregão Eletrônico nº 002/2020 cujo objeto foi a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos.

Sagrou-se vencedora do certame a empresa ZETTA FROTAS S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 02.491.558/0001-42, ofertando o melhor lance no valor de R\$1.968,30 (mil, novecentos e sessenta e oito reais e trinta centavos), totalizando a quantia anual de R\$23.619,60 (vinte e três mil, seiscentos e dezenove reais e sessenta centavos). Se firmou o Termo de Contrato nº 007/2020, com vigência e execução de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua celebração, em 18/08/2020, conforme Cláusula Segunda, item 2.1 do Contrato.

A primeira modificação no referido contrato se deu em 17 de novembro de 2020, com a formalização do Termo de Apostilamento nº 003/2020, que teve por objeto a alteração da razão social da contratada que era ZETTA FROTAS S.A, e passa para UNIDAS VEÍCULOS ESPECIAIS S.A, sem alteração da inscrição de pessoa jurídica - CNPJ. O extrato do Termo de Contrato nº 007/2020 foi devidamente publicado no Diário Oficial do Estado - DOEAL de 28 de agosto de 2020.

Foi encaminhada cópia integral dos autos do certame licitatório a Controladoria Geral do Estado - CGE/AL e ao Tribunal de Contas do Estado - TCE/AL, em 31 de agosto de 2020, através dos Ofícios Eletrônico 018/2020 e Ofício Físico 024/2020, respectivamente. Modalidade de licitação aplicada: Pregão Eletrônico – Art. 32, inciso IV, da Lei 13.303/2016. O processo de contratação foi documentado nos autos eletrônico de nº E:62017.0000000131/2020. Em síntese:



Fluxograma 7 – Termo de Contrato 007/2020

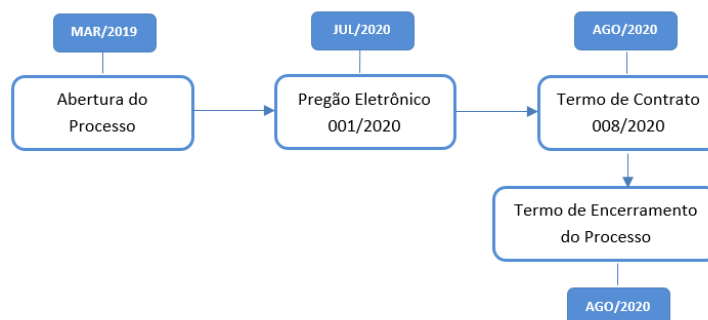
H. TERMO DE CONTRATO 008/2020 – CONTRATAÇÃO TERCEIRIZADOS

Em 28 de julho de 2020, a Alagoas Ativos S.A realizou o Pregão Eletrônico nº 001/2020 cujo objeto foi a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de motorista e copeiragem.

Sagrou-se vencedora do certame a empresa CONSERG EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.297.645/0001-63, ofertando o melhor lance no valor de R\$5.721,93 (cinco mil, setecentos e vinte e um reais e noventa e três centavos), totalizando a quantia anual de R\$68.663,09 (sessenta e oito mil, seiscentos e sessenta e três reais e nove centavos).

Se firmou o Termo de Contrato nº 008/2020, com vigência e execução de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua celebração, em 25/08/2020, conforme Cláusula Segunda, item 2.1 do Contrato. O extrato do Termo de Contrato nº 008/2020 foi devidamente publicado no Diário Oficial do Estado - DOEAL de 31 de agosto de 2020.

Foi encaminhada cópia integral dos autos da licitação a Controladoria Geral do Estado - CGE/AL e ao Tribunal de Contas do Estado - TCE/AL, em 31 de agosto de 2020, através dos Ofícios Eletrônico 017/2020 e Ofício Físico 023/2020, respectivamente. Modalidade de licitação aplicada: Pregão Eletrônico – Art. 32, inciso IV, da Lei 13.303/2016. O processo de contratação foi documentado nos autos eletrônico de nº E:62017.0000000093/2020. Em síntese:



Fluxograma 8 – Termo de Contrato 008/2020

5.4.1. DETALHAMENTO DAS AQUISIÇÕES

Esta seção trata das aquisições realizadas pela Alagoas Ativos S.A e que foram formalizadas através de ordem de serviço ou ordem de fornecimento, tendo por fundamento legal a dispensa de licitação.

A. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSUMO

Em 15 de janeiro de 2020, através do processo administrativo eletrônico E:62017.0000000026/2020 a Alagoas Ativos S.A iniciou os procedimentos para aquisição de material de higiene, limpeza e consumo, divididos em 02 (dois) lotes - LOTE 01 (material de higiene e limpeza) e LOTE 02 (material de consumo).

A referida aquisição findou-se através de dispensa de licitação, com fundamento no artigo 29, inciso II, da Lei Federal 13.303/2016, nos termos do parecer jurídico constante dos autos, aprovado pela Diretoria. Formalizou-se as aquisições através das Ordens de Fornecimentos 001 e 002/2020. As empresas favorecidas e os respectivos valores despendidos seguem abaixo discriminados:

J.R HUMBERTO E CIA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 01.132.817/0001-86, no valor de R\$1.032,10 (mil e trinta e dois reais e dez centavos) - LOTE 01;

NORTSUL COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.625.595/0001-97, no valor de R\$675,40 (seiscentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos) - LOTE 02.

Total global de R\$1.707,50 (mil, setecentos e sete reais e cinquenta centavos).

B. EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA

Em 20 de janeiro de 2020 através do processo administrativo eletrônico E:62017.0000000028/2020 a Alagoas Ativos S.A iniciou os procedimentos para adquirir equipamentos de telefonia com instalação, sendo 01 (uma) central telefônica + 08 aparelhos telefônicos sem fio, divididos em um único LOTE, com 03 (três) itens.

A referida aquisição findou-se através de dispensa de licitação, com fundamento no artigo 29, inciso II, da Lei Federal 13.303/2016, nos termos do parecer jurídico constante dos autos, aprovado pela Diretoria. Formalizou-se a aquisição através da Ordem de Serviço nº 003/2020. A empresa favorecida e o respectivo valor despendido seguem abaixo discriminado:

F.A.M SUPORTE TÉCNICO EM INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.144.281/0001-03, no valor de R\$2.865,60 (dois mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos).

C. NOTEBOOK

Em 23 de janeiro de 2020 através do processo administrativo eletrônico E:62017.0000000038/2020 a Alagoas Ativos S.A iniciou os procedimentos para aquisição de um notebook para a Diretoria Executiva desta Alagoas Ativos S.A, com condições e exigências constantes do Termo de Referência respectivo.

A referida aquisição findou-se através de dispensa de licitação, com fundamento no artigo 29, inciso II, da Lei Federal 13.303/2016, nos termos do parecer jurídico constante dos autos, aprovado pela Diretoria. A empresa favorecida e o respectivo valor despendido seguem abaixo discriminado:

MAGAZINE LUIZA, inscrita no CNPJ sob o nº 47.960.950/0449-27, no valor de R\$4.879,00 (quatro mil, oitocentos e setenta e nove reais).

D. CERTIFICADOS DIGITAIS

Em 11 de fevereiro de 2020 através do processo administrativo eletrônico E:62017.0000000054/2020 a Alagoas Ativos S.A iniciou os procedimentos para aquisição 07 (sete) certificados digitais para assinaturas dos documentos eletrônicos, conforme condições e exigências constantes do Termo de Referência respectivo.

A referida aquisição findou-se através de dispensa de licitação, com fundamento no artigo 29, inciso II, da Lei Federal 13.303/2016, nos termos do parecer jurídico constante dos autos, aprovado pela Diretoria. Formalizou-se a aquisição através da Ordem de Serviço nº 001/2020. A empresa favorecida e o respectivo valor despendido seguem abaixo discriminado:

TERRA CERTIFICADORA SERVIÇO COMÉRCIO E ATENDIMENTO DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.149.205/0001-52, no valor de R\$945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais).

E. LICENÇAS DO WINDOWS

Em 03 de março de 2020 através do processo administrativo eletrônico E:62017.0000000078/2020 a Alagoas Ativos S.A iniciou os procedimentos para aquisição 08 (oito) licenças do Windows 10 PRO, conforme condições e exigências constantes do Termo de Referência respectivo.

A referida aquisição findou-se através de dispensa de licitação, com fundamento no artigo 29, inciso II, da Lei Federal 13.303/2016, nos termos do parecer jurídico constante dos autos, aprovado pela Diretoria. Formalizou-se a aquisição através da Ordem de Fornecimento nº 005/2020. A empresa favorecida e o respectivo valor despendido seguem abaixo discriminado:

SCANSOURCE BRASIL DISTRIBUIDORA DE TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.607.657/0008-01, distribuidora da empresa 7IT TECNOLOGIA E NUVEM, inscrita no CNPJ sob o nº 12.021.383/0001-63, no valor total de R\$6.010,64 (seis mil e dez reais e sessenta e quatro centavos).

F. MÁSCARAS DESCARTÁVEIS E ÁLCOOL EM GEL

Em 27 de abril de 2020 através do processo administrativo eletrônico E:62017.0000000109/2020 a Alagoas Ativos S.A iniciou os procedimentos para aquisição máscaras descartáveis e álcool em gel, conforme condições e exigências constantes do Termo de Referência respectivo.

A referida aquisição findou-se através de dispensa de licitação, com fundamento no artigo 29, inciso II, da Lei Federal 13.303/2016, nos termos do parecer jurídico constante dos autos,

aprovado pela Diretoria. Formalizou-se a aquisição através da Ordem de Fornecimento nº 003/2020. A empresa favorecida e o respectivo valor despendido seguem abaixo discriminado:

DM COMERCIAL MÉDICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 35.880.234/0001-55, no valor total de R\$1.080,00 (um mil oitenta reais).

G. NOTEBOOKS

Em 02 de setembro de 2020 através do processo administrativo eletrônico E:62017.0000000174/2020 a Alagoas Ativos S.A iniciou os procedimentos para aquisição de 02 (dois) notebooks para a Diretoria Financeira e Assessoria de Projetos, conforme condições e exigências constantes do Termo de Referência respectivo.

A referida aquisição findou-se através de dispensa de licitação, com fundamento no artigo 29, inciso II, da Lei Federal 13.303/2016, nos termos do parecer jurídico constante dos autos, aprovado pela Diretoria. A empresa favorecida e o respectivo valor despendido seguem abaixo discriminado:

DELL COMPUTADORES DO BRASIL, inscrita no CNPJ sob o nº 72.381.189/0001-10 no valor total de R\$11.756,00 (onze mil, setecentos e cinquenta e seis reais).

H. EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO INTERNA

Em 22 de outubro de 2020 através do processo administrativo eletrônico E:62017.0000000209/2020 a Alagoas Ativos S.A iniciou os procedimentos para aquisição de 01 (uma) bandeja fixa 19, 1U, 400 para RACK 600MM PT IP e 01 (uma) placa ramal DECT de 5RM (modulare), conforme condições e exigências constantes do Termo de Referência respectivo.

A referida aquisição findou-se através de dispensa de licitação, com fundamento no artigo 29, inciso II, da Lei Federal 13.303/2016, nos termos do parecer jurídico constante dos autos, aprovado pela Diretoria. Formalizou-se a aquisição através da Ordem de Fornecimento nº 004/2020. A empresa favorecida e o respectivo valor despendido seguem abaixo discriminado:

R2 - INFRANET DISTRIBUIDORA DE TECNOLOGIA E ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.257.462/0001-78, no valor total de R\$438,63 (quatrocentos e trinta e oito reais e sessenta e três centavos).

I. PELÍCULA DE PROTEÇÃO SOLAR

Em 27 de outubro de 2020 através do processo administrativo eletrônico E:62017.0000000213/2020 a Alagoas Ativos S.A iniciou os procedimentos para contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de película de proteção solar, com no mínimo 90% de retenção de calor, a ser instalada na Diretoria-Presidência, conforme condições e exigências constantes do Termo de Referência respectivo.

A referida aquisição tem por fundamento a dispensa de licitação, com arrimo no artigo 29, inciso II, da Lei Federal 13.303/2016, nos termos do parecer jurídico constante dos autos, aprovado pela Diretoria. A empresa favorecida e o respectivo valor despendido seguem abaixo discriminado:

MACEIÓ FUMÊ EQUIPADORA - ADRIANO J G DA SILVA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 08.267.812/0001-00, no valor total de R\$2.302,50 (dois mil, trezentos e dois reais e cinquenta centavos).

5.4.1. TERMOS ADITIVOS E APOSTILAMENTOS 2020

Esta seção trata dos termos aditivos e apostilamentos formalizados pela Alagoas Ativos S.A em 2020 referente aos contratos firmados em 2018 e 2019.

A. ADITIVO AO CONTRATO 002/2018 CELEBRADO ENTRE ALAGOAS ATIVOS S.A E A EMPRESA MEYER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Em 15 de janeiro de 2020, a Alagoas Ativos S.A celebrou, através do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000002/2020, junto a contratada MEYER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.199.931/0001-23 o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 002/2018, que teve por objeto a prorrogação do prazo de vigência e execução por mais 12 (doze) meses. O extrato do aditivo foi publicado no DOEAL de 21 de janeiro de 2020.

B. TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 001/2017 CELEBRADO ENTRE ALAGOAS ATIVOS S.A E ERALDO DO REGO LESSA.

Em 11 de fevereiro de 2020, a Alagoas Ativos S.A celebrou, através do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.00000000045/2020, junto a ERALDO REGO LESSA, inscrito no CPF sob o nº 088.150.974-49 o Termo de Apostilamento 001/2020, que teve por objeto o reajuste do aluguel corrigido pelo IGP-M, no percentual de 3,985580%, passando o valor mensal do contrato de R\$7.740,62 (sete mil, setecentos e quarenta reais e sessenta e dois centavos), para R\$8.049,13 (oito mil, quarenta e nove reais e treze centavos), a partir de janeiro/2020.

C. ADITIVO AO CONTRATO 007/2018 CELEBRADO ENTRE ALAGOAS ATIVOS S.A E A EMPRESA THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.

Em 27 de fevereiro de 2020, a Alagoas Ativos S.A celebrou, através do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.00000000055/2020, junto a contratada THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.910.509/0013-05 o Segundo Termo Aditivo ao Contrato 007/2018, que teve por objeto a prorrogação do prazo de vigência e execução por mais 12 (doze) meses, bem como o reajuste no valor mensal do contrato, saindo de R\$876,69 (oitocentos e setenta e seis reais e sessenta e nove centavos) para 945,16 (novecentos e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos), devido ao reajuste de 7,81% do IGP-M. O extrato do aditivo foi publicado no DOEAL de 28 de fevereiro de 2020.

D. ADITIVO AO CONTRATO 011/2018 CELEBRADO ENTRE ALAGOAS ATIVOS S.A E A EMPRESA F.A.M SUPORTE TÉCNICO EM INFORMÁTICA LTDA.

Em 26 de março de 2020, a Alagoas Ativos S.A celebrou, através do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.00000000094/2020, junto a contratada F.A.M SUPORTE TÉCNICO EM INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.144.281/0001-03 o Segundo Termo Aditivo ao Contrato 011/2018, que teve por objeto a prorrogação do prazo de

vigência e execução por mais 12 (doze) meses. O extrato do aditivo foi publicado no DOEAL de 27 de maio de 2020.

E. ADITIVO AO CONTRATO 012/2018 CELEBRADO ENTRE ALAGOAS ATIVOS S.A E A EMPRESA OI MÓVEL S.A.

Em 20 de maio de 2020, a Alagoas Ativos S.A celebrou, através do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000111/2020, junto a contratada OI MÓVEL S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 05.423.963/0001-11 o Segundo Termo Aditivo ao Contrato 012/2018, que teve por objeto a prorrogação do prazo de vigência e execução por mais 12 (doze) meses, bem como o reajuste no valor mensal do contrato, saindo de R\$235,98 (duzentos e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos) para R\$252,98 (duzentos e cinquenta e dois reais e noventa e oito centavos), devido ao reajuste de 7,033560 do IGP-DI (FGV). O extrato do aditivo foi publicado no DOEAL de 27 de maio de 2020.

F. ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADO ENTRE ALAGOAS ATIVOS S.A E A FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV.

Em 18 de maio de 2020, a Alagoas Ativos S.A celebrou, através do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000120/2020, junto a contratada FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, inscrita no CNPJ sob o nº 33.641.663/0001-44 o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços, que teve por objeto a alteração do prazo de execução e de vigência dos serviços para 42 (quarenta e dois meses). O extrato do aditivo foi publicado no DOEAL de 22 de junho de 2020.

G. TERMO DE APOSTILAMENTO 002/2020 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADO ENTRE ALAGOAS ATIVOS S.A E A FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV.

Após, em 26 de junho de 2020 foi realizado o Termo de Apostilamento nº 002/2020 que teve por objeto, retificar, por erro material a data de assinatura do Quarto Termo Aditivo, para onde se lê 18 de maio de 2020, leia-se 18 de junho de 2020. O extrato do Termo de Apostilamento foi publicado no site desta Alagoas Ativos S.A em 26 de junho de 2020.

H. ADITIVO AO CONTRATO 031/2018 CELEBRADO ENTRE ALAGOAS ATIVOS S.A E A EMPRESA O AMIGÃO COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA - ME.

Em 27 de julho de 2020, a Alagoas Ativos S.A celebrou, através do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000137/2020, junto a contratada O AMIGÃO COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 18.008.915/0001-09 o Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 031/2018, que teve por objeto a prorrogação do prazo de vigência e execução por mais 12 (doze) meses. O extrato do aditivo foi publicado no DOEAL de 03 de agosto de 2020.

I. ADITIVO AO CONTRATO 003/2020 CELEBRADO ENTRE ALAGOAS ATIVOS S.A E A EMPRESA JR COACH E CONSULTORIA.

Em 12 de agosto de 2020, a Alagoas Ativos S.A celebrou, através do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000146/2020, junto a contratada JR COACH E CONSULTORIA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.936.534/0001-64 o Segundo Termo Aditivo ao

Contrato nº 003/2020, que teve por objeto alterar o cronograma de execução estampado na Cláusula 3, item 3.1.1 do Termo de Contrato. O extrato do aditivo foi publicado no DOEAL de 18 de agosto de 2020.

J. ADITIVO AO CONTRATO 021/2018 CELEBRADO ENTRE ALAGOAS ATIVOS S.A E A EMPRESA G5 OPERADORA TURÍSTICA LTDA.

Em 17 de agosto de 2020, a Alagoas Ativos S.A celebrou, através do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000149/2020, junto a contratada G5 OPERADORA TURÍSTICA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 12.627959/0001-30 o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 021/2018, que teve por objeto a prorrogação do prazo de vigência e execução por mais 12 (doze) meses. O extrato do aditivo foi publicado no DOEAL de 21 de agosto de 2020.

K. ADITIVO AO CONTRATO 024/2018 CELEBRADO ENTRE ALAGOAS ATIVOS S.A E A EMPRESA PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

Em 20 de agosto de 2020, a Alagoas Ativos S.A celebrou, através do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000150/2020, junto a contratada PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.340.639/0001-30 o Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 024/2018, que teve por objeto a prorrogação do prazo de vigência e execução por mais 12 (doze) meses. O extrato do aditivo foi publicado no DOEAL de 24 de agosto de 2020.

L. ADITIVO AO CONTRATO 005/2019 CELEBRADO ENTRE ALAGOAS ATIVOS S.A E A EMPRESA F.A.M SUPORTE TÉCNICO EM INFORMÁTICA LTDA.

Em 22 de setembro de 2020, a Alagoas Ativos S.A celebrou, através do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000181/2020, junto a contratada F.A.M SUPORTE TÉCNICO EM INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.144.281/0001-03 o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2019, que teve por objeto a prorrogação do prazo de vigência e execução por mais 12 (doze) meses. O extrato do aditivo foi publicado no DOEAL de 24 de setembro de 2020.

M. ADITIVO AO CONTRATO 006/2019 CELEBRADO ENTRE ALAGOAS ATIVOS S.A E A EMPRESA ALGAR SOLUÇÕES EM T.I.

Em 22 de setembro de 2020, a Alagoas Ativos S.A celebrou, através do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000182/2020, junto a contratada ALGAR SOLUÇÕES EM T.I, inscrita no CNPJ sob o nº 22.166.193/0001-98 o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 006/2019, que teve por objeto a prorrogação do prazo de vigência e execução por mais 12 (doze) meses. O extrato do aditivo foi publicado no DOEAL de 30 de setembro de 2020.

N. TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 003/2020 CELEBRADO ENTRE ALAGOAS ATIVOS S.A E ERALDO DO REGO LESSA.

Em 17 de novembro de 2020, a Alagoas Ativos S.A celebrou, junto a ZETTA FROTAS S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 02.491.558/0001-42 o Termo de Apostilamento 003/2020, que teve por objeto a alteração da razão social da contratada, que passa para UNIDAS VEÍCULOS ESPECIAIS S.A, sem alteração da inscrição de pessoa jurídica - CNPJ.

O. ADITIVO AO CONTRATO 032/2018 CELEBRADO ENTRE ALAGOAS ATIVOS S.A E A EMPRESA ALEXANDRE DO NASCIMENTO LOPES - EPP.

Em 09 de dezembro de 2020, a Alagoas Ativos S.A celebrou, através do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000232/2020, junto a contratada ALEXANDRE DO NASCIMENTO LOPES - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 23.768.131/0001-19 o Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 032/2018, que teve por objeto a prorrogação do prazo de vigência e execução por mais 12 (doze) meses. O extrato do aditivo foi publicado no DOEAL de 17 de dezembro de 2020.

5.5 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

A infraestrutura patrimonial da Alagoas Ativos envolve principalmente o imóvel em que está fixada a sede definitiva da empresa, a qual é locada de terceiros, um veículo também locado, cuja contratação foi realizada através de licitação e bens e equipamentos de uso comum utilizados rotineiramente pela equipe.

Em relação à gestão imobiliária, a empresa não possui imóvel próprio, nem utiliza imóvel do Estado de Alagoas. No final de 2018, a empresa se mudou para sua sede definitiva, onde se manteve durante todo o ano de 2020. A gestão do imóvel e dos ativos patrimoniais da empresa são de responsabilidade da Gerência Administrativa, que também é a esfera competente da empresa para realizar a manutenção preventiva e corretiva do imóvel e dos equipamentos e bens de uso habitual.

Quanto aos veículos, a empresa optou pela locação, tendo em vista a comodidade do serviço prestado pela empresa locadora em casos de manutenção, avarias e trocas dos veículos, que não são ficam sob responsabilidade da empresa.

5.6 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A gestão da tecnologia da informação é feita através de empresa terceirizada, que efetuou a instalação de todos o sistema de tecnologia da Alagoas Ativos e realiza a manutenção preventiva e corretiva do sistema de informática, servidores e provedores de internet.

Para maior segurança das informações e dados, a empresa possui servidor próprio em que hospeda seus documentos e também trabalha com e-mail corporativo próprio, para que não haja falha de segurança que possa prejudicar a empresa. Por fim, a empresa funciona com backup permanente e sistema de antivírus moderno, de forma a dar maior segurança estrutural às informações tratadas na empresa.

5.7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A responsabilidade socioambiental é um dos valores da Alagoas Ativos, consubstanciado em ter atitudes e iniciativas quanto aos impactos ambientais. Tendo em vista que o seu negócio não impacta diretamente o meio ambiente com resíduos e atividades prejudiciais, a empresa ainda não possui uma política de gestão ambiental.

No entanto, toda a equipe é orientada a trabalhar diariamente com atitudes que minimizem ainda mais esses impactos, como redução no consumo de energia elétrica e água, exemplificados na aquisição de condicionadores de ar com função inverter, que são mais eficientes e otimizam o consumo de energia, além de a sede da empresa ter sido instalada em edifício com janelas amplas, em que é possível manter as luzes desligadas durante o dia na maior parte do imóvel.

Dessa forma, a equipe foi orientada em manter condicionadores de ar e luzes desligadas quando a sala não estiver em utilização, além de utilizar o mínimo de papel possível, preferindo o uso de arquivos digitais e comunicação virtual sempre que possível.

Nesse sentido, em 2020, a empresa manteve a utilização do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, de forma a tramitar todos os seus processos administrativos eletronicamente, sem a necessidade de processos físicos, e o procedimento de pregão eletrônico para suas contratações, com o objetivo de tornar as licitações mais eficientes e ágeis.

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 OPINIÃO DOS AUDITORES EXTERNOS

A empresa contratada apresentou seu relatório com a seguinte opinião:

Examinamos as demonstrações financeiras da ALAGOAS ATIVOS S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ALAGOAS ATIVOS S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O Relatório completo dos Auditores Independentes consta do Anexo II.

6.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis constam do Anexo III deste Relatório de Gestão.

6.3 NOTAS EXPLICATIVAS

As Notas Explicativas às demonstrações financeiras constam do Anexo IV deste Relatório de Gestão.

7. CONCLUSÃO E APROVAÇÃO

A Alagoas Ativos foi criada em 2017 para ser a empresa responsável pela viabilização de projetos de alto potencial de impacto no Estado de Alagoas, lhe cabendo ser uma entidade essencial na implementação de Concessões e Parcerias Público-Privadas junto aos órgãos interessados do Estado.

Nesse sentido, o principal papel da empresa é ser responsável por oferecer garantias nos contratos de PPPs, atuando, também, como a gestora financeira do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, criado em 2019, criando de forma a assegurar o adimplemento das obrigações financeiras contraídas pelo Estado de Alagoas e por entidades da sua Administração Indireta em contratos de Concessão e de PPPs, enquanto parceiros públicos.

A Alagoas Ativos é, ainda, responsável pela gestão patrimonial do Estado de Alagoas, atuando no auxílio da conservação e manutenção de seus bens, o que ocorrerá através de Fundo Imobiliário, cujos imóveis também servirão de garantia nos contratos de PPPs e concessões.

Em 2020, diferente dos anos anteriores, a empresa passou a atuar diretamente na atividade para a qual foi criada, e atuando intensamente nos projetos de concessão e PPP, principalmente no que se refere ao Abatedouro Regional de Viçosa, que obteve avanços sem precedentes, fechando o ano concluído para publicação de edital e efetivação da licitação.

No que se refere ao Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, a empresa obteve ainda mais resultados, gerindo efetivamente o Fundo, juntamente com o Banco do Brasil, que atua como agente de pagamento, e estando pronta para a outorga de garantias a entes estaduais que tenham interesse em garantir seus projetos. Para finalizar o ano, a empresa recebeu sua primeira receita referente à administração do FAP, um marco importantíssimo para a companhia, que gerará receitas recorrentes em 2021 a partir dessa atividade.

Além desses resultados, a empresa avançou em outros projetos, como concessão do CEASA, Aeroporto Regional de Maragogi e o Fundo de Investimentos Imobiliários do Estado, que terão maior foco em 2021, conforme interesse do Estado de Alagoas.

Assim, o Conselho de Administração declara que aprovou nesta data o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2020 apresentado pela Diretoria geral da Alagoas Ativos S.A.

Maceió, 12 de julho de 2021

GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO
Presidente do Conselho de Administração

ANTONIO TENÓRIO CAVALCANTE NETO
Membro Conselho de Administração

JOSÉ ERNESTO DE SOUZA FILHO
Membro Conselho de Administração

GABRIELA MAGALHÃES
Membro do Conselho de Administração

8. ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I - CARTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

CARTA ANUAL
DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
GOVERNANÇA CORPORATIVA

ALAGOAS ATIVOS S.A.

MACEIÓ/2020

ALAGOAS ATIVOS S.A.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

EXERCÍCIO BASE 2020

Em conformidade com o artigo 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30.6.2016, o Conselho de Administração da Alagoas Ativos S.A. subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2020.

I. IDENTIFICAÇÃO

Denominação da Sociedade: Alagoas Ativos S.A.

Sede: Maceió - AL

CNPJ: 29.218.037/0001-72

Tipo de Estatal: Empresa Pública

Acionista controlador: Estado de Alagoas

Tipo Societário: Sociedade Anônima

Tipo de Capital: Fechado

Abrangência de atuação: Estadual

Sector de Atuação: Administração Pública em geral

Telefones de contato: (82) 3435-0736 e (82) 98873-0206

Endereço eletrônico: contato@alagoasativos.com

Sítio eletrônico: www.alagoasativos.com

Endereço: Rua Sampaio Marques, 25, Sala 608, Edf. Delman Empresarial, Pajuçara, CEP 57030-107, Maceió, AL

Diretor Presidente: Antônio Tenório Cavalcante Neto

Auditores Independentes: Convicta Auditores Independentes S/S

Diretoria Geral:

Diretor Presidente - Antônio Tenório Cavalcante Neto

Diretor Executiva – Andrey Mello Cavalcante Gameleira

Diretor Financeiro - José Helenildo Ribeiro Monteiro

Conselheiros de Administração subscritores da Carta de Políticas Públicas:

Presidente – George André Palermo Santoro

Conselheiro - Antônio Tenório Cavalcante Neto

Conselheiro - José Ernesto de Souza Filho

Conselheira – Gabriela Magalhães

II. POLÍTICAS PÚBLICAS

A Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, em seu art. 8º, I, exige a elaboração de “carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela empresa pública, pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos”.

1. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

A Alagoas Ativos S.A., empresa pública constituída sob a forma de Sociedade por Ações de capital fechado, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas, com sede e foro em Maceió, tem como missão “viabilizar investimentos para o Estado de Alagoas, através de serviços técnicos diversificados e de excelência e diálogo aberto entre os setores público e privado”.

Sua criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 7.893, de 23 de junho de 2017, que, juntamente com seu Estatuto Social, instrumentalizado pelo Decreto Estadual nº 58.861, de 03 de maio de 2018, definem seu fim específico:

- I – Colaborar, apoiar e viabilizar a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas, e outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social e das finanças públicas do Estado de Alagoas;
- II – Gerir os ativos patrimoniais do Estado ou de entidades da administração indireta, ou que tenham sido adquiridos a qualquer título;
- III – Gerir os ativos financeiros, mobiliários, imobiliários e fiduciários que integrem o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP; e
- IV – Estruturar e implementar operações para obtenção de recursos junto ao mercado de capitais.

Ambas as normas identificam os objetivos sociais da empresa, cujas atividades serão realizadas em nome próprio e por sua responsabilidade:

- I – Administrar e explorar economicamente ativos estaduais;
- II – Auxiliar o Tesouro Estadual na captação de recursos financeiros;
- III – Estruturar e implementar operações que visem à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;
- IV – Auxiliar o Estado na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos estaduais em geral;
- V – Auxiliar o Estado na atividade de conservação e manutenção de seus bens;
- VI – Colaborar, apoiar e viabilizar os projetos de concessão, de parcerias público-privadas, de locação de ativos e de outros instrumentos similares podendo, para tanto, assumir obrigações ou prestar garantias;

VII – Participar de outras sociedades cujo objeto social seja compatível com suas finalidades; e

VIII – Realizar quaisquer atividades que sirvam de instrumento para a conquista dos objetivos enunciados nos incisos anteriores.

Além das referidas normas, a empresa também é regida pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto Estadual nº 52.555, de 14 de março de 2017, pela Lei nº 6.404, de 15 de novembro de 1976 e demais legislações aplicáveis.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

Com a publicação da Lei Estadual nº 8.232, o Estado de Alagoas atualizou o Programa de Concessões e Parceria Público-Privada do Estado de Alagoas, com o intuito de promover, fomentar e disciplinar a realização de concessões e parcerias público-privadas no âmbito da Administração Pública Estadual direta e indireta, revogando a Lei Estadual nº 6.972/08.

A referida lei foi publicada após diversos estudos sobre as concessões e PPPs existentes no Estado e traz as diretrizes de estruturação e governança do Programa de Concessões e PPPs, o Plano Estadual de Concessões e PPPs, além de dispor sobre os instrumentos, regras de licitação e contratos firmados no âmbito do Programa.

Nesse novo contexto criado pela referida lei estadual, a Alagoas Ativos tem o papel principal de ser responsável por gerir o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, criado para garantir o adimplemento das obrigações financeiras contraídas pelo Estado de Alagoas em contratos de concessão e de PPPs, enquanto parceiros públicos.

Ainda, a empresa tem como um de seus objetivos institucionais ser uma entidade de auxílio ao Estado na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos estaduais em geral, de forma a viabilizar projetos de concessão e de Parcerias Público-Privadas junto às Secretarias de Estado interessadas, realizando análises e modelagens de projetos de concessões e parcerias público-privadas.

A Alagoas Ativos também é responsável pela gestão patrimonial e dos ativos do Estado de Alagoas ou de seus órgãos e entidades da administração direta, auxiliando na conservação, manutenção e melhor aproveitamento dos bens públicos estaduais.

2.1. PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS OU INICIATIVAS

Em relação aos principais programas e projetos, a empresa realizou estudos sobre potenciais projetos de PPPs e concessões para o Estado de Alagoas, avaliando diversas demandas dos órgãos estaduais e analisado a sua viabilidade enquanto projeto de PPP e concessão, em conjunto com a consultoria contratada para auxiliar nessa atividade.

2.1.1. REALIZAR MODELAGEM DE CONCESSÕES E PPPS

2.1.1.1. AVALIAÇÃO DO ABATEDOURO DE VIÇOSA

Com o objetivo de ofertar a população carne inspecionada e fortalecer a cadeia produtiva da pecuária de corte de Alagoas, o Governo do Estado através da Secretaria da Agricultura,

Pecuária, Pesca e Aquicultura - SEAGRI lançou o programa de regionalização de abatedouros. Ele consiste na readequação e construção de novas unidades, a fim de que o rebanho do Estado seja abatido conforme à legislação sanitária e ambiental vigente.

Em virtude de funcionarem em condições sanitárias e estruturas físicas inadequadas, representando um grande risco à saúde pública, ocasionando a exposição da população a às zoonoses como tuberculose, brucelose e toxoplasmose, vários municípios estão sofrendo com o fechamento dos matadouros, acarretando desemprego, retorno do abate clandestino, escassez de produto nas feiras livres e aumento de preço dos produtos.

Nesse contexto, o Abatedouro de Viçosa está em construção e é objeto do Programa de Regionalização do Estado. Possui estrutura moderna, com 2.341 m² de área construída, composta por currais, área destinada à administração, caldeiras, vestiários, subestação de energia, blocos de abate, necropsia, pocilga, lagoas tratamento e depósito para cascos e chifres e possui capacidade de produção projetada de 140 animais/dia, com possibilidade de expansão.

Após período de coleta de dados sobre este ativo e análise das possibilidades de um melhor aproveitamento do mesmo com eficiência, o estudo preliminar foi concluído em agosto de 2018, com a recomendação de concessão de uso da planta, sem outorga inicial com percentual da receita bruta como contrapartida do operador privado ao Estado, incluindo metas de desempenho e investimentos.

Em 2019, o projeto foi aprovado após apresentação e avaliações pelo Conselho Gestor de PPP do Estado. Após a aprovação, o projeto de Lei de Concessão foi encaminhado à Assembleia Legislativa para deliberação e aprovação, o que ocorreu ainda em 2019.

Ao longo do ano de 2020, o projeto de Concessão do Abatedouro de Viçosa, cuja estruturação está sendo conduzida pela Alagoas Ativos S/A, avançou à fase preparatória de licitação, incluindo a finalização do Edital de Licitação e do Termo de Concessão, a aprovação dos referidos documentos no Conselho Gestor de Parcerias (CGP), a realização de consulta pública, de audiência pública e de roadshow, bem como o início do processo de aprovação junto à Procuradoria Geral do Estado (PGE), dando sequência aos estudos realizados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), no âmbito do Produto 11, incluído no escopo do Primeiro Termo Aditivo ao contrato firmado entre a FGV e a Alagoas Ativos S/A.

A aprovação do edital e do termo de concessão pelo CGP foi um processo que se dividiu em duas reuniões distintas: uma realizada no dia 07/10/2020 e outra realizada no dia 13/10/2020. As discussões realizadas no âmbito do referido Conselho estão documentadas no Processo Administrativo nº E:62017.0000000179/2020. Havendo a aprovação pelo CGP, seguiu-se para realização da consulta pública, aberta no dia 03/11/2020 e finalizada no dia 03/12/2020, período no qual recebeu-se contribuições sobre o edital e o termo de concessão. A consulta pública foi documentada no Processo Administrativo nº E:62017.0000000217/2020. No dia 18/11/2020, realizou-se audiência pública na Câmara Municipal de Viçosa/AL, contando com a participação de membros da sociedade civil. As discussões realizadas na referida audiência foram documentadas no Processo Administrativo nº E:62017.0000000218/2020. Por fim, durante o mesmo período de realização da consulta pública (03/11 a 03/12/2020), conduziu-se um roadshow, por meio do qual as empresas interessadas em participar da licitação foram convidadas a se reunir com os responsáveis pela estruturação do projeto para tirar dúvidas e expor críticas e sugestões de alteração do edital e do termo de concessão. O roadshow foi documentado no Processo Administrativo nº E:62017.0000000219/2020.

Todos os processos foram conduzidos pela Alagoas Ativos, contando com a colaboração da Unidade de Parcerias da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG). A consulta e a audiência públicas contaram também com a participação da Comissão

Especial de Licitação, instituída pela Portaria SEPLAG n° 9.099/2020, responsável pela condução do processo licitatório do Abatedouro de Viçosa.

Em paralelo, esta Alagoas Ativos conduziu reuniões periódicas com a Procuradoria Geral do Estado para alinhamento de pontos de sensibilidade no projeto, visando garantir que este seja totalmente adequado às exigências legais. Caminha-se, agora, para aprovação formal do projeto na PGE, seguindo-se, após, para efetiva publicação do edital de licitação.

2.1.1.3. AVALIAÇÃO DO CEASA MACEIÓ

A Central de Abastecimento de Alagoas - CEASA/AL é administrada pelo Instituto de Desenvolvimento Rural e Abastecimento de Alagoas - IDERAL, autarquia estadual, criada pela Lei n° 6.194/2000, e vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura - SEAGRI.

A empresa é gerida com uma combinação de recursos oriundos de receitas próprias e dotação pública. O IDERAL tem como objetivo dar suporte à SEAP na implementação de sua agenda de promoção da agricultura, pesca e abastecimento a partir da prestação de serviços de distribuição, classificação e armazenagem.

Na distribuição, o IDERAL atua tanto no nível estadual quanto no nacional como um canal de comercialização de seus produtores, viabilizando toda a cadeia de distribuição agroalimentar. Nesta função, a CEASA/AL desempenha papel fundamental de controle e a fiscalização do fluxo, da qualidade e das condições higiênicas e sanitárias das mercadorias.

Após estudos preliminares, os dados levantados demonstraram que, apesar da evolução na receita durante o período analisado, parte desta receita é custeada pelos aportes realizados pela SEFAZ/AL e por conta disso a CEASA/AL fica extremamente dependente deste repasse, o que reflete na grande variação entre lucros/prejuízos.

O estudo, então, recomendou o modelo de Concessão de Uso de Bem público com a Exploração, Operação e Manutenção, de forma que o Estado poderá exigir mais investimento de modernização das atividades do aparelho estatal, uma vez que ele possui instrumentos legais de controle e fiscalização do concessionário, acarretando a desoneração do ente federativo da prestação do serviço público.

Em 2020, o projeto se tornou prioridade para o Estado, tendo a SEFAZ iniciado a edição de Decreto concedendo benefícios fiscais importantes para aqueles interessados em trabalhar no CEASA, o que tornará o projeto ainda mais atrativo.

Assim, a empresa passou a atualizar as informações referentes ao projeto e também os estudos já realizados anteriormente, para que, em 2021, possa passar para as próximas fases e entregar os demais documentos para o órgão solicitante.

2.1.2. CRIAÇÃO E FORMATAÇÃO DO FUNDO ALAGOANO DE PARCERIAS – FAP

O surgimento da Lei n° 11.079/2004 trouxe o instituto das parcerias público-privadas, que harmoniza o interesse da administração pública em desenvolver projetos públicos com o interesse do setor privado em realizar investimentos seguros e rentáveis. Uma grande preocupação da referida lei é oferecer ao parceiro privado a segurança necessária no intuito de atrair recursos e investimentos para os projetos públicos. Essa segurança pode ser refletida na criação de

garantias conferidas pela administração pública aos parceiros privados, a fim de mitigar os riscos de inadimplemento das contraprestações assumidas pelo parceiro público.

Com este objetivo, o FAP foi criado formalmente no final de 2019 e tem por finalidade prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelo Estado de Alagoas, na condição de parceiro público, em virtude de contratos de PPPs, não podendo ser extinto antes da quitação da totalidade dos débitos garantidos ou da liberação das garantias pelos credores.

Com natureza jurídica de direito privado, o FAP tem patrimônio próprio e separado do patrimônio de seus cotistas, sendo sujeito de direitos e obrigações próprias, onde o Estado de Alagoas é constituído como seu cotista inicial. Seu Estatuto e Regulamento já foram criados e sua estrutura contará com uma Assembleia de Cotistas e um Conselho Consultivo, a quem caberá a análise técnica dos pedidos de garantias de projetos efetuados ao Fundo.

O FAP será administrado e gerido pela Alagoas Ativos e, a princípio, o FAP será constituído por retenções mensais no percentual de 12% dos repasses a título de FPE recebidos pelo Estado de Alagoas, que ficarão temporariamente na conta do Fundo para caso seja necessário garantir alguma contraprestação pública. Assim será o funcionamento do Fundo:

O objetivo estratégico referente à gestão do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP foi totalmente concluído em 2020, tendo em vista a assinatura do contrato entre a Alagoas Ativos, a SEFAZ/AL e o Banco do Brasil, instituição financeira que funcionará como Agente de Pagamento das garantias outorgadas pelo Fundo, tendo em vista ser o banco responsável pelos repasses do FPE aos Estados.

Além da assinatura do contrato, todos os processos internos necessários ao funcionamento do Fundo também foram mapeados e padronizados, quais sejam, os processos de contratação, acionamento e devolução. Em consequência, a empresa convocou Assembleia de Cotistas para alteração da documentação institucional do Fundo – Estatuto e Regulamento Interno.

Com o contrato, Estatuto e Regulamento devidamente adequados à realidade atual, o Fundo passou a estar efetivamente apto a funcionar e receber solicitações de garantias, já recebendo os repasses mensais do FPE e pronto para garantir projetos de parcerias público-privadas nos quais o Estado de Alagoas seja o parceiro público, aguardando somente a integralização das cotas pelo Estado de Alagoas.

2.1.3. FORMATAÇÃO DO FUNDO IMOBILIÁRIO DE ALAGOAS

Com o intuito de melhorar a eficiência da gestão de patrimônio do Estado de Alagoas, reduzindo gastos e aumentando sua rentabilidade, a Alagoas Ativos, como empresa pública gestora dos ativos do Estado, iniciou em 2018 estudos sobre a formatação, constituição e gestão de Fundos Imobiliários.

Após visitas técnicas realizadas em 2018 à SP Parcerias e Companhia Paulista de Parcerias - CPP, em São Paulo, e à MGI, em Minas Gerais, com a finalidade de reunir informações e dados sobre o procedimento de formatação e constituição desses fundos, a Alagoas Ativos, em conjunto com a FGV, que lhe presta consultoria, passou a realizar os estudos iniciais sobre a constituição, integralização e gestão do Fundo Imobiliário do Estado de Alagoas.

Em 2019, a empresa realizou o primeiro estudo sobre a adequação e gestão de ativos, em que fez uma análise sobre as possibilidades de gestão dos ativos imobiliários de acordo com sua situação de afetação ou desafetação e apontou os requisitos e procedimentos preliminares para a constituição do Fundo Imobiliário do Estado de Alagoas.

Também em 2019, a Alagoas Ativos, em conjunto com órgãos do Estado, realizou levantamento dos ativos imobiliários do Estado e avaliação de seu valor de mercado, além de um estudo econômico-financeiro preliminar, a partir dos dados apresentados, que deverá continuar em 2020.

Em 2020, a empresa focou na avaliação dos imóveis já levantados pelo Estado, de forma a ter um portfólio completo dos imóveis que constituirão o Fundo, além de ter realizado pesquisas aprofundadas relacionadas ao efetivo funcionamento de um fundo dessa natureza e iniciar sua estruturação, que ocorrerá efetivamente em 2021.

3. METAS RELACIONADAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Em relação às metas que dizem respeito ao cumprimento de políticas públicas do Estado de Alagoas, a empresa definiu dois objetivos estratégicos principais: Realizar a Modelagem de Concessões e PPPs e a criação do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP.

Em 2020, a empresa a empresa cumpriu as seguintes metas:

- f) Entrega e finalização do projeto de concessão do Abatedouro Regional de Viçosa;
- g) Realização de consulta e audiência públicas do projeto do Abatedouro Regional de Viçosa;
- h) Entrega de minutas de edital e contrato referentes ao projeto de concessão do Abatedouro Regional de Viçosa;
- i) Finalização da estruturação do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP;
- j) Criação de receita a partir da administração do Fundo Alagoano de Parcerias - FAP;

3.3. METAS PARA 2021

Para 2021, toda a equipe, incluindo a Diretoria Geral e O Conselho de Administração, desenvolveu o Planejamento Estratégico da empresa, traçando novas metas para a empresa, das quais se destacam:

- a) Garantir projetos através do Fundo Alagoas de Parcerias – FAP;
- b) Modelar, pelo menos, mais dois projetos de Concessão e PPP até 2021;
- c) Estruturar e criar Fundo imobiliário para otimizar a gestão dos ativos patrimoniais do Estado de Alagoas;
- d) Analisar estruturas das PPPs já existentes no Estado e avaliar a possibilidade de substituição das garantias fornecidas;

4. RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Enquanto empresa pública, a Alagoas Ativos não tem competência direta para executar políticas públicas, uma vez que, de acordo com sua lei de criação, tem atribuição de auxiliar a Administração Pública, através da prestação dos serviços elencados na sua lei de criação e no seu Estatuto Social a órgãos, entidades e outras empresas estatais do Estado de Alagoas.

Em 2020, a empresa, gerou suas primeiras receitas próprias, a partir do serviço de administração do Fundo Alagoano de Parcerias, que se concretizará em 2021, com o recebimento mensal e recorrente de tais receitas, podendo, a partir de então, se manter autonomamente.

Ainda, com a finalização da estruturação do Fundo Alagoano de Parcerias, a empresa também poderá outorgar garantias a projetos estaduais, o que também terá o potencial de gerar receitas a partir do serviço de gestão das outorgas, contribuindo para o custeio de suas atividades.

5. IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DE OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Tendo em vista a missão da Alagoas Ativos de “viabilizar investimentos para o Estado de Alagoas, através de serviços técnicos diversificados e de excelência e diálogo aberto entre os setores público e privado”, e seus fins específicos, previstos em sua lei de instituição, é possível elencar dois principais impactos que se espera quando da operacionalização das políticas públicas pela empresa.

O primeiro impacto direto para a empresa é efetivamente gerar receitas, seja pela remuneração pela outorga de garantias concedidas nos projetos de concessões e PPPs, seja pela gestão do Fundo Imobiliário e do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP.

O segundo impacto é a captação de investimentos para o Estado de Alagoas, através dos projetos de concessões e PPPs, que serão fontes de novos empregos, aumento do PIB e a melhoria na qualidade da prestação dos serviços públicos do Estado.

III. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, em seu art. 8º, III e VIII, exige a elaboração “carta anual de governança corporativa, que consolide em um único documento escrito, em linguagem clara e direta, (...) informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração”.

1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Alagoas Ativos é uma empresa que tem a função de auxiliar na implementação de Concessões e Parcerias Público-Privadas junto aos órgãos interessados do Estado e na gestão dos ativos patrimoniais do estado, sendo responsável pelas seguintes atividades:

- a) colaborar, apoiar e viabilizar a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas, e outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social e das finanças públicas do Estado de Alagoas;
- b) gerir os ativos patrimoniais do Estado ou de entidades da administração indireta, ou que tenham sido adquiridos a qualquer título;
- c) gerir os ativos financeiros, mobiliários, imobiliários e fiduciários que integrem o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP; e
- d) estruturar e implementar operações para obtenção de recursos junto ao mercado de capitais.

Assim, a empresa é responsável por oferecer garantias nos contratos de PPPs e concessões, sendo a gestora financeira do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, de forma a assegurar o adimplemento das obrigações financeiras contraídas pelo Estado de Alagoas e por entidades da sua Administração Indireta em contratos de PPPs, enquanto parceiros públicos.

É, também, responsável pela gestão patrimonial do Estado de Alagoas, atuando no auxílio da conservação e manutenção de seus bens, o que ocorrerá através de Fundo Imobiliário, cujos imóveis também servirão de garantia nos contratos de PPPs e concessões.

2. ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Dentre as estruturas de controle da Alagoas Ativos estão o Conselho Fiscal, o órgão competente para controlar e fiscalizar os atos da empresa, dos seus administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, e a Assessoria Jurídica, diretamente vinculada à Diretoria Geral, e que é responsável por assessorar a Diretoria-Geral e as áreas em relação aos aspectos jurídicos a serem observados ou considerados na condução dos negócios da Companhia.

A empresa também mantém o cargo de Assessoria de Compliance e Auditoria Interna, responsável por desenvolver, implementar e avaliar o Programa de Integridade e controlar a sua execução, suportar a implementação de controles internos e ações voltadas ao combate à

corrupção, suborno e fraude, realizar diligências de averiguação antes da contratação de qualquer empregado e fornecedor da empresa e realizar investigações internas a fim de averiguar a conformidade das condutas dos colaboradores, realizar o gerenciamento dos riscos, realizar auditorias na área do Almojarifado e na área operacional e de outras áreas específicas para apurar possíveis irregularidades nos procedimentos internos da empresa, aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações.

Em relação à rotina operacional, cada unidade possui seus próprios controles internos em relação às suas atividades, como licitações, contratos, processos administrativos, pagamentos, contabilidade, fornecedores, entre outros. No que se refere à perspectiva de Processos Internos, a Alagoas Ativos revisou todos os processos internos mapeados e padronizados em 2019, além de ter finalizado a padronização dos processos principais do Fundo Alagoano de Parcerias.

A empresa contou com auditoria independente que examinou suas demonstrações contábeis referentes ao balanço patrimonial e demonstrações de resultado do exercício de 2020. No que se refere ao controle externo, a empresa está subordinada ao controle da sociedade, à Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas, a qual a Alagoas Ativos está vinculada, à Controladoria Geral do Estado de Alagoas e ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, que são responsáveis pela fiscalização externa da Empresa.

3. FATORES DE RISCO

Para analisar o ambiente em que a Alagoas Ativos se encontra e substanciar seu planejamento estratégico para 2021, a empresa utilizou a ferramenta de gestão Análise SWOT, em que identificou as Forças, as Fraquezas, as Oportunidades e as Ameaças que podem interferir na definição de suas metas, diretrizes e ações voltadas para o cumprimento de seus objetivos estratégicos.

Conforme a Análise, os fatores relevantes para a atuação da Alagoas Ativos foram:

	FATORES POSITIVOS	FATORES NEGATIVOS
FATORES INTERNOS	FORÇAS <ul style="list-style-type: none"> • Facilidade em adaptação • Comprometimento • Desenvolvimento pessoal; • Boa localização. • Transparência • Ética e conduta íntegra da equipe. 	FRAQUEZAS <ul style="list-style-type: none"> • Manuais e políticas internas • Não possui controle total sobre sua atividade fim; • Ausência de Gestão de Pessoas; • Ainda não possui receitas; • Baixa segurança de informações;
FATORES EXTERNOS	OPORTUNIDADES <ul style="list-style-type: none"> • Interação entre o setor público e o setor privado; • Flexibilidade nos processos • Área de mercado novo • Segurança econômica do Estado (situação fiscal do Estado) 	AMEAÇAS <ul style="list-style-type: none"> • Volatilidade nas estratégias de investimentos do Estado; • Obtenção de informações externas • Confusão finalística com outros órgãos • Público desconhece a empresa;

		<ul style="list-style-type: none">• Atuação de Sindicatos
--	--	---

Como etapa inicial para a implantação do Sistema de Compliance da empresa, realizou-se a análise de riscos, em que se identificou riscos estratégicos, operacionais e de conformidade relacionados com as atividades tanto finalísticas, quanto internas da empresa.

Com base nos fatores relevantes identificados na Análise SWOT e na análise de riscos, a Alagoas Ativos realiza o gerenciamento dos riscos identificados, de forma a definir as estratégias de tratamento e os eventuais controles internos a serem implantados.

4. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Em 2020, os gastos da Alagoas Ativos se concentraram em despesas com pessoal e de custeio. Na categoria de Pessoal, incluem-se os gastos com salários, encargos sociais e pagamento de verba de representação dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal. Já na categoria custeio, estão incluídos, principalmente, as despesas com fornecedores habituais da empresa e materiais de consumo, tendo diminuído consideravelmente os gastos com diárias e passagens, devido ao contexto nacional da pandemia da COVID-19.

Apesar de empresa ter criado sua primeira fonte de receita somente no final do ano de 2020, após o encerramento do exercício, constatou-se a execução de apenas 26,6% do orçamento aprovado.

Como nos anos anteriores, a Alagoas Ativos realizou a aplicação dos recursos, a qual teve suas variações de rendimentos no decorrer dos meses. Desta forma, foi possível verificar o comportamento ocorrido em nossas aplicações, Público Supremo e Público Absoluto, e de nossa disponibilidade financeira.

5. POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Estrutura de Governança da Alagoas Ativos é composta por um Conselho de Administração, integrado por cinco membros escolhidos pela Assembleia Geral, observados os requisitos constantes no art. 5º, do Decreto Estadual nº. 52.555, 2017, que regulamenta a Lei nº. 13.303/2016, e uma Diretoria Geral, constituída por três Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Executivo e um Diretor Financeiro, eleitos pelo Conselho de Administração.

Como instância maior de fiscalização da empresa está o Conselho Fiscal, composto por quatro membros, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de direção ou

assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador em empresa, e eleitos pela Assembleia Geral Ordinária

A empresa conta, ainda, com uma Assessoria de Compliance e Auditoria Interna, responsável tanto pela implantação, execução e monitoramento do Sistema de Compliance da empresa, da verificação da conformidade da empresa às exigências legais e pela implantação, execução e monitoramento da auditoria interna da empresa e avaliação e acompanhamento dos controles internos de cada área.

Como resultado do trabalho realizado pela Assessoria de Compliance em 2020, a empresa conta com os seguintes documentos internos:

- p) Código de Conduta Ética
- q) Política de Classificação de Informações
- r) Política de Divulgação de informações
- s) Política de Porta-Vozes
- t) Política de Transação com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses
- u) Política de Indicação de Administradores
- v) Política de Distribuição de Dividendos
- w) Política de Remuneração dos Administradores
- x) Política de Diárias e Passagens
- y) Políticas de Compliance
- z) Política de Fornecedores
- aa) Política de Avaliação de Imóveis
- bb) Políticas de Combate à Lavagem de Dinheiro, Nepotismo e Fraude
- cc) Política de Atuação em Projeto
- dd) Política de Capacitação

Outros documentos essenciais para o desenvolvimento das atividades da empresa são o Estatuto Social e o Regimento Interno, ambos revisados em 2020.

Importante mencionar que todas as mudanças de diretoria e as contratações realizadas em 2020 foram precedidas do procedimento de due diligence, ou diligência prévia, implantado pela Assessoria de Compliance e Auditoria Interna para verificar a adequação da pessoa ao cargo, se ela preenche os requisitos legais e regimentais e se existe alguma situação de conflito de interesse que possa prejudicar ou interferir nas atividades da Alagoas Ativos.

Mantendo sua atuação em conformidade com as exigências legais, a área continuou a operar e gerenciar o canal de denúncias, por meio do sistema virtual e-OUV e o sistema de informações ao cidadão e-SIC, ambos coordenados pela Controladoria Geral do Estado – CGE, em que qualquer cidadão pode pedir informações, adequando a empresa às exigências de transparência governamental.

6. REMUNERAÇÃO

A remuneração dos empregados e Administradores da sociedade não é afetada diretamente pelos indicadores de atuação da empresa. A empresa possui um quadro fixo de cargos e salários. Os valores remuneratórios são norteados pelos padrões dos agentes públicos, servidores ou empregados, do Estado de Alagoas, apesar de a empresa ser independente do Tesouro Estadual.

Quanto aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, compete à Assembleia Geral fixar sua remuneração. O Conselho de Administração, por sua vez, tem a

atribuição de definir os valores de remuneração da Diretoria Geral e esta é responsável por fixar a remuneração dos empregados da empresa, em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, 13.303/16 e Decreto Estadual nº 52.555/16.

O regime de trabalho é celetista, sendo assegurado aos Diretores eleitos Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, décimo terceiro salário, férias, inclusive indenizadas, e eventuais benefícios, sujeito, ainda, ao recolhimento previdenciário. A remuneração dos administradores, conselheiros e empregados são divulgados no site institucional.

NOME	CARGO	REMUNERAÇÃO
George André Palermo Santoro	Conselheiro de Administração	R\$ 4.500,00
Antonio Tenório Cavalcante Neto	Conselheiro de Administração	R\$ 4.500,00
José Ernesto de Souza Filho	Conselheiro de Administração	R\$ 4.500,00
Gabriela Magalhães	Conselheira Fiscal	R\$ 4.500,00
Adrualdo de Lima Catão	Conselheiro Fiscal	R\$ 3.200,00
Renata dos Santos	Conselheira Fiscal	R\$ 3.200,00
José Ediberto de Omena	Conselheiro Fiscal	R\$ 3.200,00
Isabella Laíse Menezes Vasconcelos Vieira	Conselheira Fiscal	R\$ 3.200,00
Antonio Tenório Cavalcante Neto	Diretor Presidente	R\$ 19.950,00
Andrey Mello Cavalcante Gameleira	Diretor Executivo	R\$ 9.950,00

7. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

A Alagoas Ativos foi criada em 2017 para ser a empresa responsável pela viabilização de projetos de alto potencial de impacto no Estado de Alagoas, lhe cabendo ser uma entidade de auxílio na implementação de Concessões e Parcerias Público-Privadas no Estado.

Nesse sentido, a empresa é responsável por oferecer garantias nos contratos de PPPs, atuando, como a administradora do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, de forma a assegurar o adimplemento das obrigações financeiras contraídas pelo Estado de Alagoas e por entidades da sua Administração Indireta em contratos de Concessão e de PPPs, enquanto parceiros públicos.

A Alagoas Ativos é, ainda, responsável pela gestão patrimonial do Estado de Alagoas, atuando no auxílio da conservação e manutenção de seus bens, o que ocorrerá através de Fundo Imobiliário, cujos imóveis também servirão de garantia nos contratos de PPPs e concessões.

Em 2020, os esforços da empresa foram quase que completamente focados nas atividades externas, que estão ligadas com a obtenção de resultados, com a finaliza da estruturação do Fundo Alagoano de Parcerias, o avanço do projeto do Abatedouro Regional de Viçosa e do projeto do CEASA.

Foi um ano importantíssimo, pois foi o primeiro ano que a empresa gerou receita a partir de sua atividade finalística, referente à administração do Fundo Alagoano de Parcerias - FAP, que ocorreu já no final do ano, mas que marcou um novo ciclo de resultados, que serão ainda mais aprofundados em 2021.

8. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Alagoas Ativos S.A. declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2020, em conformidade com o art. 8º, I, III e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de março de 2016.

Maceió, 12 de julho de 2021

GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO

Presidente do Conselho de Administração

ANTONIO TENÓRIO CAVALCANTE NETO

Membro Conselho de Administração

JOSÉ ERNESTO DE SOUZA FILHO

Membro Conselho de Administração

GABRIELA MAGALHÃES

Membro do Conselho de Administração

MARIA CLARA CAVALCANTE BUGARIM

Membro do Conselho de Administração

ALAGOAS ATIVOS S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Fim do em 31 de dezembro de 2020

ALAGOAS ATIVOS S.A.**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES****Findo em 31 de dezembro de 2020****Conteúdo:**

✓ Apresentação	pág. 04
✓ Metodologia do Trabalho	pág. 06
✓ Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2020	pág. 08
✓ Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas	pág. 13

ALAGOAS ATIVOS S.A.**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES****Findo em 31 de dezembro de 2020****CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

(1.1) Com vistas à execução dos trabalhos de auditoria independente, voltada ao exame das demonstrações financeiras findas em **31 de dezembro de 2020**, informamos que realizamos os trabalhos da Companhia **ALAGOAS ATIVOS S.A.**, inclusive com visita “in-loco”, no período de **15 de março a 08 de abril de 2020**.

(1.2) Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, numa base seletiva, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

✓ Apresentação

APRESENTAÇÃO

Firma de Auditoria

Nome Empresarial: **CONVICTA Auditores Independentes S/S**

Endereço: Rua Dom Vital, 115, Sala 15, Farol – Cep 57.051-200, Maceió – Alagoas – Brasil – Fone: +55 (82) 3023-0179

Inscrições: CNPJ nº 03.061.922/0001-05
CRC/AL nº 196 | CVM nº 7.706 | CNAI-PJ nº 062
CVM / SUSEP / BACEN / OCB / IBRACON / IIA Brasil / MP-AL

Responsável Técnico: Carlos Henrique do Nascimento
Contador - CRC/AL nº 3.376 | CNAI nº 594

Companhia Auditada

Nome Empresarial: **Alagoas Ativos S.A.**

Endereço: Rua Sampaio Marques, 25, Pajuçara, Maceió, Alagoas - Sala 608 - Cep 57.030-107

Inscrição: CNPJ nº 28.953.846/0001-65

Diretor Presidente: Antônio Tenório Cavalcante Neto

Diretor Executivo: Andrey Mello Cavalcante Gameleira

Diretor Financeiro: José Helenildo Ribeiro Monteiro Neto

Contadora: Flávia Mello dos Santos
Contadora – CRC/AL-008214/O

✓ **Metodologia do Trabalho**

METODOLOGIA DO TRABALHO

Os trabalhos foram realizados em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) aplicáveis à auditoria independente, instituídas pelas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em consonância com a legislação vigente, envolvendo a análise das operações, realizadas juntamente com seus respectivos registros contábeis, através da documentação probante e outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias, em grau e profundidade suficiente à emissão do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Utilizamos os procedimentos representativos da técnica de seleção de amostragens indicada para este tipo de trabalho, inclusive efetuando a análise básica de controles internos existentes na Companhia.

Nosso trabalho foi desenvolvido obedecendo a uma linha de ação sequenciada, tendo como objetivo precípuo a constatação do atendimento das finalidades, conforme exposto abaixo:

- a) Planejamento dos trabalhos de auditoria;
- b) Contatos com os responsáveis pelas áreas: contábil, administrativa e financeira, envolvidos com a movimentação dos recursos, registros contábeis e outros documentos, para um melhor entendimento das operações realizadas;
- c) Conhecimento e análise das transações praticadas, com a finalidade de conhecer os principais fluxos de documentos e informações, bem como as funções básicas de seus controles internos operacionais e contábeis;
- d) Avaliação dos sistemas básicos de controles internos utilizados, visando a constatação de sua segurança, principalmente, no tocante à existência da segregação de funções e responsabilidades;
- e) Testes das transações escrituradas na contabilidade, com base nos relatórios e demonstrativos contábeis, a fim de avaliar a sua consistência e o cumprimento dos normativos e dispositivos legais;
- f) Quantificação e avaliação realizadas sobre os saldos das rubricas integrantes das demonstrações financeiras, visando, com base nos resultados das constatações, apresentar este relatório, expressando nossa opinião sobre as demonstrações auditadas; e
- g) Avaliação da base contábil de continuidade operacional usada pela Administração.

✓ **Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselho de Administração e Diretoria Executiva da
ALAGOAS ATIVOS S.A. ("Companhia")
Maceió - Alagoas

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **ALAGOAS ATIVOS S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ALAGOAS ATIVOS S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa 10.d, a **ALAGOAS ATIVOS S.A.**, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, realizou ajustes de exercícios anteriores, no patrimônio líquido, no valor líquido de R\$ 2.992 mil, e não os corrigiu retrospectivamente nas primeiras demonstrações financeiras autorizadas para emissão após sua descoberta, para fins de comparabilidade das informações contábeis naquela data e de forma retrospectiva (CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Portanto, não foi possível, nas circunstâncias, concluirmos sobre os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações contábeis comparativas do exercício findo naquela data.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

Base de Preparação das Demonstrações Financeiras – Continuidade Operacional – Prejuízos Acumulados

Chamamos a atenção para as notas explicativas 3.1. e 10.c, pois a Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acumula prejuízos contábeis de R\$ 5.983 mil. A **Companhia** preparou e apresentou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no pressuposto da continuidade normal dos negócios e das atividades. A Administração vem adotando medidas necessárias com o objetivo de assegurar a continuidade das operações. Assim, as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes à realização e classificação de ativos e passivos, que poderiam ocorrer em caso de descontinuidade das operações da **Companhia**. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

COVID-19

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 16, no tocante aos efeitos do COVID-19 sobre as demonstrações financeiras. A Administração da **Companhia** entende que não houve necessidade de eventuais mudanças nas premissas e julgamentos atualmente adotados, ou de ajustes nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2020, e como resultado da implementação de medidas de monitoramento constante e redução de custos, a Companhia, estima que manterá equilibrado seu fluxo de caixa. Com isso, acredita ter recursos adequados para continuar suas operações no curto prazo e médio prazo, deste modo, o pressuposto de *going concern* foi aplicado na preparação das demonstrações financeiras findas naquela data. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Revisão dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

As demonstrações financeiras da **Companhia** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram por nós examinadas, e emitimos relatório, datado de 7 de abril de 2020, com opinião sem modificação (“sem ressalva”), e com ênfases sobre: (a) base de preparação das demonstrações financeiras – continuidade operacional – prejuízos acumulados, e (b) ajustes de exercícios anteriores.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A administração da **Companhia** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Companhia** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da **Companhia** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

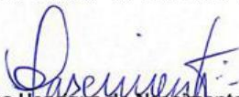
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria ao planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maceió/AL, 08 de abril de 2021.

CONVICTA
Auditores Independentes S/S
CRC/AL nº 196 | CVM nº 7.706 | CNAI-PJ nº 062



Carlos Henrique do Nascimento
Contador
CRC/AL nº 3.376 | CNAI nº 594

ANEXO III – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

✓ **Demonstrações Financeiras e Notas
Explicativas**

ALAGOAS ATIVOS S.A.
CNPJ nº 29.218.037/0001-72
Balancos Patrimoniais
Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31.12.2020	31.12.2019	Passivo	Notas	31.12.2020	31.12.2019
Circulante		3.740	1.977	Circulante		231	458
Caixa e Equivalente de Caixa	3	3.730	1.921	Fornecedores	6	10	284
Aplicações Financeiras		3.730	1.921	Obrigações Tributárias	7	23	20
Créditos de Curto Prazo		6	52	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	8	108	48
Valores a Receber		-	12	Outras Contas a Pagar	9	90	106
Tributos a Recuperar	4	6	40				
Estoque - Almoxxarifado		4	4				
Não Circulante		598	701	Não Circulante		90	179
Realizável a Longo Prazo		155	104	Outras Contas a Pagar	9	90	179
Adiantamentos a Funcionários		20	9				
Tributos a Recuperar	4	135	95				
Imobilizado	5	443	597	Patrimônio Líquido	10	4.017	2.041
Beneficências em Imóveis de Terceiros		66	66	Capital Social		10.000	10.000
Instalações		390	373	Prejuízos Acumulados		(5.983)	(7.959)
Móveis e Utensílios		240	240				
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas		33	33				
Equip. de Informática e Telecomunicação		62	47				
(-) Depreciação Acumulada		(336)	(162)				
Total do Ativo		4.338	2.678	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		4.338	2.678

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALAGOAS ATIVOS S.A.
CNPJ nº 29.218.037/0001-72
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO
Findas em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Notas	31.12.2020	31.12.2019
(-) Despesas Operacionais		(1.035)	(3.816)
(-) Despesas Gerais e Administrativas	11	(980)	(2.907)
(-) Despesas com Pessoal	12	(1.262)	(909)
(+) Outras Despesas e Outras Receitas	13	1.207	-
Prejuízo Operacional Antes do Resultado Financeiro		(1.035)	(3.816)
Resultado Financeiro Líquido	14	19	177
(+) Receitas Financeiras		24	180
(-) Despesas Financeiras		(5)	(3)
Prejuízo do Exercício		(1.016)	(3.639)

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALAGOAS ATIVOS S.A.
CNPJ nº 28.953.846/0001-65
Demonstrações de Resultado Abrangente
Findas em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Prejuízo do Exercício	<u>(1.016)</u>	<u>(3.639)</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	<u>(1.016)</u>	<u>(3.639)</u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALAGOAS ATIVOS S.A.
CNPJ nº 29.218.037/0001-72
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Findas em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		10.000	(4.349)	5.651
Ajustes de Exercícios Anteriores			29	29
Prejuízo do Exercício			(3.639)	(3.639)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		10.000	(7.959)	2.041
Ajustes de Exercícios Anteriores	10.d		2.992	2.992
Prejuízo do Exercício			(1.016)	(1.016)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	10	10.000	(5.983)	4.017

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALAGOAS ATIVOS S.A.
CNPJ nº 29.218.037/0001-72
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Findas em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de reais)

	Notas	31.12.2020	31.12.2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo do Exercício		(1.016)	(3.639)
Ajustes do Lucro do Período			
Depreciação e Amortização	5	176	154
Ajuste de Exercícios Anteriores		2.992	29
Prejuízo do Exercício Ajustado		2.152	(3.456)
Varição nas Contas Ativas e Passivas			
Ativas		(5)	(93)
Valores a Receber		12	(12)
Tributos a Recuperar		(6)	(79)
Adiantamento a Funcionários		(11)	2
Estoques		-	(4)
Passivas		(316)	544
Fornecedores		(274)	269
Obrigações Tributárias		3	9
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		60	(19)
Outras Obrigações		(105)	285
Caixa Gerado (ou Aplicado) nas Atividades Operacionais		1.831	(3.005)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Imobilizado	5	(22)	(329)
Intangível		-	7
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos		(22)	(322)
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa		1.809	(3.327)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	3	1.921	5.248
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	3	3.730	1.921
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa		1.809	(3.327)

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALAGOAS ATIVOS S.A.**CNPJ nº 28. 218.037/0001-72****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Findas em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Alagoas Ativos S.A “Companhia”, é uma empresa pública estadual constituída sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, tendo como objetivo social colaborar, apoiar e viabilizar a implementação de projetos do Governo do Estado de Alagoas através do desenvolvimento de Parcerias Público-Privadas (PPP), gerir ativos patrimoniais do Estado ou de entidades da administração indireta, ativos financeiros, mobiliários, imobiliários e fiduciários que integrem o Fundo Alagoano de Parcerias - FAP e estruturação e implementação de operações para obtenção de recursos junto ao mercado de capitais.

Na data de divulgação das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía como principais administradores, o Senhor Antônio Tenório Cavalcante Neto (Presidente) e o Senhor Andrey Mello Cavalcante Gameleira (Diretor Executivo).

Além do Código de Ética e Conduta implantado pela Administração, as legislações fundamentais observadas pela Companhia na orientação do negócio são:

- Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 - Dispõe sobre as sociedades por ações;
- Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- Decreto nº 52.555, de 14 de março de 2017 – Regulamenta, no âmbito do estado de Alagoas, a aplicação da lei Federal Nº 13.303, de 30 de junho de 2016, para estabelecer regras de governança e gestão às suas empresas públicas e sociedade de economia mista, e dá outras providências;
- Lei nº 7.893, de 23 de junho de 2017 – Autoriza o poder executivo a constituir sociedade anônima sob o controle acionário do estado de alagoas, institui o fundo alagoano de parcerias-FAP, e dá outras providências;
- Decreto nº 58.861, de 03 de maio de 2018 – Dispõe sobre o estatuto social da empresa Alagoas Ativos S.A. e dá outras providências

O Decreto nº 58.861 de 3 de maio de 2018, sancionou o estatuto social da empresa Alagoas Ativos S.A. e deu outras providências.

No exercício de 2020, a Companhia continua em fase de organização (pré-operacional) de suas operações, e a sua continuidade está condicionada ao fato da Alagoas Ativos S.A. vir a lograr êxito na celebração de Parcerias Públicas Privadas para o Estado de Alagoas, acionista único, que no decorrer desta fase, cobre as suas necessidades de caixa, por meio do capital social integralizado.

Os projetos de viabilização de futuras Parcerias Públicos Privadas estão sendo desenvolvidos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), por meio da prestação de serviços de consultoria. Tais projetos foram contratados em 12 de dezembro de 2017, e tem como objetivo principal a assessoria para adequação da gestão de ativos e desenvolvimento de modelo institucional, a adequação aos novos postulados da Lei nº 13.303/16, conforme Termo de Referência, datado de 13 de julho de 2017, incluso ao ofício GSEF nº 677/2017, de 14 de julho de 2017. O valor do contrato dos serviços de consultoria da Fundação Getúlio Vargas - FGV é de R\$ 5.600 mil, e até a data da preparação das demonstrações financeiras, o referido instrumento jurídico havia sido aditado em 08 de agosto e 07 de dezembro de 2018, sem alteração no valor total.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com as alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas a seguir.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelos Administradores da Companhia em 22 de março de 2021.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações e riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

2.3. Principais Práticas Contábeis Adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

c) Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata

As aplicações financeiras de liquidez imediata, ou com vencimento igual ou inferior a 90 dias, são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

d) Instrumentos Financeiros – CPC 48

A Companhia adota desde 1º de janeiro de 2018, quando aplicável, o CPC 48, o qual estabelece princípios para os relatórios financeiros de ativos financeiros e passivos financeiros envolvendo todos os três aspectos de contabilização: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilidade de hedge.

O CPC 48 introduz uma nova metodologia para classificação e mensuração de ativos financeiros, que consiste na determinação do modelo de negócio utilizado pela Companhia para gerir seus ativos financeiros.

Ativos Financeiros

Os modelos de negócio definidos pelo CPC 48 são:

- Manter ativo financeiro para recebimento dos fluxos de caixa contratuais – objetivo de manter o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros somente para recebimento dos fluxos de caixa contratuais.
- Manter ativo financeiro tanto para recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto para sua venda: objetivo de manter o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros tanto para o recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela sua venda.
- Outros - Se um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não for classificado de acordo com os modelos de negócio anteriores, então, esse deve ser registrado na categoria residual de ativos.

Para os ativos financeiros, a determinação do modelo de negócio deve considerar os seguintes aspectos:

- Como o desempenho do modelo de negócio (e os ativos financeiros contidos nele) é avaliado e reportado ao pessoal-chave;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio (e os ativos financeiros contidos nele) e, em particular, a forma como esses riscos são gerenciados; e
- Como os gestores do negócio são remunerados (por exemplo, se a remuneração se baseia no valor justo dos ativos gerenciados ou nos fluxos de caixa contratuais recebidos).

Perda por redução ao valor recuperável ("impairment")

O CPC 48 introduz o modelo de perda por redução ao valor recuperável ("impairment"), substituindo o modelo de perdas incorridas pelo modelo de perdas esperadas, demandando a constituição de uma provisão no reconhecimento inicial do ativo exposto ao risco de crédito.

e) Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são apresentados ao custo deduzido da depreciação acumulada. Todos os custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual, e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

f) Operações de Arrendamento Mercantil – CPC 06 (R2)

A Companhia adota o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, desde 1º de janeiro de 2019, e introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço.

A Administração da Companhia avaliou a adoção da nova norma, e por não produzir impacto no resultado, optou pela abordagem sem realização de reapresentações dos períodos comparativos.

O CPC 06 (R2) inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários que foram aplicadas pela Companhia:

- i. Contratos cujo prazo remanescente na data da adoção era igual ou inferior a 12 meses: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

ii. Contratos para os quais os ativos subjacentes eram de baixo valor: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

A norma define que um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros.

g) Provisão para contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais (ações trabalhistas, tributárias, cíveis e ambientais), quando cabível, são realizadas com base nas informações dos assessores jurídicos (advogados) próprios e/ou terceirizados, da Companhia. Os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, são:

- ✓ **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- ✓ **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- ✓ **Passivo Contingente:** de acordo com o CPC 25, é caracterizado como obrigação possível que resulta de eventos passados e não é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação, e se trata de: (a) obrigação presente; ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Os passivos contingentes que satisfazem os critérios de reconhecimento são considerados como perdas prováveis, devendo ser reconhecidos e divulgados em notas explicativas. Enquanto os que não satisfazem os critérios de reconhecimento são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- ✓ **Obrigações Legais:** Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia entende que não havia contingências judiciais que apresentavam prognóstico de perda "provável" na referida data base.

h) Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses da data das demonstrações financeiras. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

i) Receita de Contratos com Clientes – CPC 47

A Companhia aplica o CPC 47, que estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria.

O CPC 47 prevê que a entidade deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo. Quando (ou à medida que) uma obrigação de performance for satisfeita, a entidade deve reconhecer como receita o valor do preço da transação (o qual exclui estimativas de contraprestação variável que sejam restringidas de acordo com os itens 56 a 58 do CPC 47), o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. O preço da transação é o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros (por exemplo, alguns impostos sobre vendas).

j) Aval e Fiança

Até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração informa que não existia qualquer tipo de aval e/ou fiança concedidas a terceiros pela Companhia.

k) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- ✓ Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ✓ Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

I) Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração de acordo com a base contábil de continuidade operacional, ou seja, com base no pressuposto de que a Companhia está operando e continuará a operar em futuro previsível e de que a Administração não pretende liquidar a Companhia ou interromper as operações; e envolveu o julgamento, em determinado momento, sobre resultados futuros inerentemente incertos de eventos ou condições.

3. Caixa e Equivalente de Caixa

O saldo em 31 de dezembro de 2020, era representado por aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme quadro a seguir:

Caixa e Equivalente de Caixa	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações Financeiras		
CNPJS Público Supremo - Banco do Brasil S/A	31	29
CNPJ Público Absoluto	3.699	1.892
Total	3.730	1.921

As aplicações referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários, no Banco do Brasil S/A, e estão atrelados ao (CDI), com rendimentos pós-fixados.

4. Tributos a Recuperar – Circulante e Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo era representado assim:

Tributos a Recuperar	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante		
Tributos Pagos a Maior/Indevidamente - INSS	6	40
Ativo Não Circulante		
Tributos Pagos a Maior/Indevidamente - INSS	40	
IRRF a Recuperar	95	95
Subtotal - Ativo Não Circulante	135	95
Total	141	135

5. Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2020, o subgrupo estava assim representado em sua composição e movimentação da seguinte forma:

Descrição	Tx.	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2019
Imobilizado					
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	20% a.a.	66	-	-	66
Instalações	20% a.a.	380	7	-	373
Móveis e Utensílios	10% a.a.	240	-	-	240
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10% a.a.	33	-	-	33
Equipamentos de Informática e Ferramentas	20% a.a.	62	17	(2)	47
Total do Imobilizado		781	24	(2)	759
(-) Depreciação Acumulada		(338)	(177)	1	(162)
Valor Contábil		443	(153)	(1)	597

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em atendimento ao CPC 06 (R2) foi registrado o saldo do valor do contrato do imóvel de uso da Companhia, como instalações, que está sendo depreciado/amortizado ao longo do prazo restante do contrato e registrado no resultado como despesa de depreciação.

Em 31 de dezembro de 2019, o imobilizado estava assim representado em sua composição e movimentação da seguinte forma:

Descrição	Tx.	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2018
Imobilizado					
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	20% a.a.	66	-	(52)	118
Instalações	20% a.a.	373	373	-	-
Móveis e Utensílios	10% a.a.	240	-	-	240
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10% a.a.	33	-	-	33
Equipamentos de Informática e Ferramentas	20% a.a.	47	8	-	39
Total do Imobilizado		759	381	(52)	430
(-) Depreciação Acumulada		(162)	(154)	-	(8)
Valor Contábil		597	227	(52)	422

6. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020, esse subgrupo estava representado por obrigações junto a fornecedores com vencimento a curto prazo, como quadro a seguir:

Fornecedores	31/12/2020	31/12/2019
Fundação Getúlio Vargas - FGV (a)	-	280
Thomsom Ruterts Brasil	1	1
Meyer Comercio e Serviços LTDA	1	1
Cepal - Companhia de Edição, Impressão e Publicação	1	1
Aloo Telecom	1	-
José Alves Teixeira Júnior	6	-
Mare Engenharia, Arquitetura e Construção Ltda	-	1
Total	10	284

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, os projetos de viabilização de futuras Parcerias Públicos Privadas estão sendo desenvolvidos pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, através da prestação de serviços de consultoria.

7. Obrigações Tributárias

Esse subgrupo estava representado, em 31 de dezembro de 2020, da seguinte forma:

Obrigações Tributárias	31/12/2020	31/12/2019
IRRF s/ Jetons	3	3
IRRF a recolher	15	9
INSS retido da recolher	1	1
IRRF s/ PF	4	7
Total	23	20

8. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Em 31 de dezembro de 2020, este subgrupo estava composto da seguinte forma:

Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	31/12/2020	31/12/2019
INSS a recolher	24	18
FGTS a recolher	7	5
Remuneração de férias	58	19
INSS sobre remuneração de férias	13	4
FGTS sobre remuneração de férias	5	1
FGTS sobre décimo terceiro salário	1	1
Total	108	48

9. Outras Obrigações – Circulante e Não Circulante

Esse subgrupo, em 31 de dezembro de 2020, estava composto assim:

Outras Obrigações	31/12/2020	31/12/2019
Passivo Circulante		
Jetons - Conselho Administrativo e Conselho Fiscal	-	16
Contas a Pagar - Aluguel/Leasing	90	90
Total - Circulante	90	106
Passivo Não Circulante		
Contas a Pagar - Aluguel/Leasing	90	179
Total - Não Circulante	90	179

10. Patrimônio Líquido

Sobre o patrimônio líquido da Companhia:

a) **Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 10.000 mil, representado por 10.000 ações ordinárias sem valor nominal, pertencentes ao Governo do Estado de Alagoas.

b) Reservas e Distribuição de Resultados

O Estatuto Social da Companhia prevê no art. 32 que ao final de cada exercício social, proceder-se-á o inventário físico dos bens e ao balanço geral com observância do disposto no art. 176 da Lei nº 6.404/76 e, feita as necessárias amortizações, do lucro serão deduzidos:

- I. 5% (cinco por cento) para constituição do Fundo de Reserva Legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do Capital Social;
- II. 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento de dividendos às ações, nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Havendo saldo, esse ficará à disposição da Assembleia Geral, que decidirá a respeito de sua aplicação, mediante proposta do Conselho de Administração.

c) Prejuízos Acumulados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o saldo em prejuízos acumulados foi de R\$ 5.983 mil (Em 2019, prejuízos acumulados de R\$ 7.959 mil).

A Companhia preparou e apresentou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no pressuposto da continuidade normal dos negócios e das atividades. A Administração vem adotando medidas necessárias com o objetivo de assegurar a continuidade das operações. Assim, as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes à realização e classificação de ativos e passivos, que poderiam ocorrer em caso de descontinuidade das operações da Companhia.

d) Ajustes de Exercícios Anteriores

A Companhia efetuou ajustes de exercícios anteriores, o que ocasionou em aumento do patrimônio líquido, conforme quadro a seguir:

Ajustes de Exercícios Anteriores	31/12/2020	31/12/2019
Transposição saldo da conta do Intangível de 2018 - CPC 04	-	(7)
Apropriação de despesa antecipada - 2018	-	12
INSS de outras entidades recolhidos indevidamente - 2019	-	25
INSS da competência de dezembro de 2017	(8)	-
Apropriação de despesa antecipada - 2018	-	(1)
Receitas não apropriadas em exercícios anteriores (a)	3.000	-
Total	2.992	29

- (a) O valor de R\$ 3.000 mil, se refere a recebimento ocorrido no exercício de 2020, mas que se refere a remuneração retroativa da administração do FAP - Fundo Alagoano de Parcerias, correspondente a exercícios anteriores.

11. Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas, em 31 de dezembro de 2020, estavam assim compostas:

Despesas Gerais e Administrativas	31/12/2020	31/12/2019
Serviços de Consultoria (a)	162	1.924
Capacitações e Viagens	111	248
Jetons Conselheiros	293	238
Serviços Terceirizados	69	156
Depreciações	176	154
Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica	25	81
Jornais e Publicações	24	-
Locação de Veículos	24	24
Combustíveis e Lubrificantes	16	14
Locação de Impressoras	10	14
Serviços de Internet	11	11
Sistema Contábil	10	9
Energia Elétrica	6	7
Impostos, Taxas e Contribuições	13	6
Outras Despesas	30	21
Total	980	2.907

(a) Em 2020, a redução no volume de “serviços de consultoria”, no âmbito do contrato da FGV, levou a diminuição dos “gastos gerais e administrativos”.

12. Despesas com Pessoal

Em 31 de dezembro de 2020, as despesas com pessoal estavam assim compostas:

Despesas com Pessoal	31/12/2020	31/12/2019
Salários e Ordenados	484	706
Remuneração da Diretoria (a)	411	-
13º Salário	36	-
Férias	48	14
Encargos Sociais	283	189
Total	1.262	909

(a) Em 2020, a “remuneração da diretoria” foi segregada contabilmente do grupo de “salário e ordenados”, com objetivo de melhor refletir tais despesas, em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

13. Outras Receitas e Despesas Operacionais

As outras receitas e despesas operacionais estavam assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outras Receitas Operacionais		
Outas Recuperações (a)	1.208	-
Outras Despesas Operacionais		
Perdas com Imobilizado	(1)	-
Resultado Financeiro Líquido	1.207	-

(b) O valor de R\$ 1.208 mil, se refere a ressarcimento financeiro, realizado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas, de serviços vinculados ao projeto “Escolas” desenvolvido no âmbito do contrato da FGV.

14. Resultado Financeiro Líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o resultado financeiro estava assim composto:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receitas Financeiras		
Juros de Aplicações	24	180
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias, Multas e Juros	(5)	(3)
Resultado Financeiro Líquido	<u>19</u>	<u>177</u>

15. Remuneração dos Conselhos e de Diretoria

O art. 11 do Decreto nº 58.861, de 3 de maio de 2018, que institui o estatuto social da Companhia, prevê que a Assembleia Geral fixará o montante anual global ou individual de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, incluindo verbas salariais, remuneração variável, benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em vista as suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

O art. 13 do estatuto social da Companhia expõe que “fica assegurada aos membros da Diretoria, desde que em exercício de suas respectivas funções, remuneração e demais direitos trabalhistas, respeitando-se as disposições legais sobre o assunto, as diretrizes da política de remuneração fixada pelo Conselho de Administração e o limite anual global de remuneração estabelecido pela Assembleia Geral”.

O Conselho de Administração em 06 de dezembro de 2019, aprovou a Política de Remuneração da Administração da Companhia, a qual foi exposta na nota explicativa nº 12.

16. Covid-19

Em meados de janeiro de 2020, a República Popular da China reportou ter identificado uma nova variante do coronavírus, COVID-19, que estaria se disseminando de forma rápida em sua população. Em 11 de março de 2020, foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que a COVID-19 se tratava de uma pandemia.

As medidas de isolamento social decorrentes dessa pandemia afetaram o ambiente econômico global e provocando um choque nos mais diversos setores da economia. Dentro deste cenário, o momento exige o monitoramento constante das condições de mercado e redução de custos.

A Companhia em linha com as orientações e recomendações da OMS e do Ministério da Saúde, tomou providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas que incluem a adoção

de teletrabalho; rigorosa higienização dos locais de trabalho, medição de temperatura corporal e acompanhamento médico, quando necessário.

O Governo Federal, por sua vez, implementou uma série de medidas, no país, para fazer frente aos efeitos econômicos colaterais, impostos pela pandemia, de dimensões crescentes e ainda incertas que paralisaram, em algum momento, as atividades mundiais, com objetivo de auxiliar o setor produtivo, dentre as quais se destacam: (i) PIS e Cofins e INSS-Contribuição Patronal - tiveram os valores devidos das competências de março a maio de 2020, diferidos para recolhimento em agosto, outubro e novembro de 2020, respectivamente; (ii) FGTS - teve o recolhimento das competências de março a maio diferidas em seis parcelas iguais a pagar de julho a dezembro de 2020; (iii) Sistema S - redução de 50% da alíquota para as competências de abril a junho/2020; e (iv) IOF Crédito – redução de 3% para zero nas operações realizadas entre 3 de abril e 2 de outubro de 2020.

A Companhia tem mantido constante monitoramento do cenário atual e dos seus desdobramentos sobre o mercado que atua, ressaltando que, diante da gravidade, imprevisibilidade e ineditismo do assunto, são necessárias ações de todos os agentes da economia, de forma a reduzir os impactos para o setor e, conseqüentemente, para a sociedade.

Como resultado da implementação de medidas de monitoramento constante, a Companhia, estima que manterá equilibrado seu fluxo de caixa. Com isso, acredita ter recursos adequados para continuar suas operações no curto prazo e médio prazo, deste modo, o pressuposto de *going concern* foi aplicado na preparação das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2020.

Os impactos da COVID-19 e da alteração no ambiente econômico foram avaliados na preparação dessas demonstrações financeiras. A Companhia entende que as informações sobre as estimativas e julgamentos relevantes, que requerem elevado nível de julgamento e complexidade em suas aplicações, não afetaram materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia, inclusive tendo sido revisadas para as demonstrações financeiras ora apresentadas, a fim de determinar a necessidade (ou não) de eventuais mudanças em premissas e julgamentos decorrentes das atuais condições de mercado. A Companhia entendeu que não houve necessidade de eventuais mudanças nas premissas e julgamentos atualmente adotados, ou de ajustes nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2020.

Não ocorreram alterações de premissas no reconhecimento de receita; e permanece a expectativa de conclusão da obrigação no vencimento de cada operação, classificada como sendo altamente provável, sujeita apenas ao cumprimento das condições precedentes e pactuadas. No âmbito do contencioso jurídico da Companhia, não há casos relacionados ao COVID-19 com risco de desembolso financeiro que impactem diretamente às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Antônio Tenório Cavalcante Neto
Diretor Presidente

Andrey Mello Cavalcante Gameleira
Diretor Executivo

José Helenildo Ribeiro Monteiro Neto
Diretor Financeiro

Flávia Mello dos Santos
Contadora CRC/AL nº 8.214